

Veículo: Site A Tarde	
Data: 26/06/2020	Caderno: Economia

A TARDE

Sex , 26/06/2020 às 12:48 | Atualizado em: 26/06/2020 às 13:00

Nota Premiada Bahia retoma sorteios de até R\$ 100 mil em julho

Da Redação



A campanha Nota Premiada Bahia retoma os sorteios mensais no dia 20 de julho. O anúncio foi feito na manhã desta sexta-feira, 26, pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, após a interrupção devido à pandemia do coronavírus. Ao todo, são 91 premiações mensais, realizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

Para concorrer aos prêmios, basta se inscrever [site da campanha](#) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Contemplados

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 da capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios

mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018 , três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Acorda Cidade	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos.

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Agência Sertão	
Data: 26/06/2020	Caderno: Bahia



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições

filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018 , três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Aratu On Line	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios do Nota Premiada Bahia voltam a ser efetuados a partir do mês de julho

Com a volta dos sorteios da Loteria Federal permitida pela Caixa Econômica Federal (CEF), a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) anunciou nesta sexta-feira (26/6) que a nova premiação da Nota Premiada Bahia acontecerá no dia 20 de julho.

São 91 premiações mensais, com valores entre R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. De acordo com a Sefaz-BA, cerca de 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos.

Os próximos três sorteios, de julho, agosto e setembro, os contemplados serão divulgados às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras apenas no final de setembro. Com isso, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana.

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no site do [Nota Premiada Bahia](#) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Vale lembrar que a Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Aquele que se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Veículo: Bahia de Valor	
Data: 26/06/2020	Caderno: Economia

bahiadevalor

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



SORTEIOS DA NOTA PREMIADA BAHIA VOLTAM EM JULHO



admin 26 Junho, 2020

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Veículo: Bahia Já	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Jornalismo da igualdade

Tasso Franco - Diretor de Redação

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

A Sefaz-BA já definiu a data para retorno dos sorteios locais, 20 de julho

Ascom Sefaz , Salvador | 26/06/2020 às 10:14

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Bahia na Política	Página: Online
Data: 27/06/2020	Caderno: --



Enviado por Jair Onofre - 27.06.2020 06:40h

[Sefaz Bahia](#)

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 26 de Junho de 2020 - 10:40

Sorteios da Nota Premiada Bahia retornam a partir de 20 de julho



Os sorteios da Nota Premiada Bahia retornarão a partir do dia 20 de julho. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (26) pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

A interrupção temporária aconteceu por conta da suspensão dos sorteios da Loteria Federal pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

Segundo a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos.

As notas compartilhadas também ajudam entidades filantrópicas vinculadas ao programa, que conta com 543 organizações ativas. A cada quatro meses são repassados R\$ 3 milhões, divididas para essas associações

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, disse o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

A Nota Premiada Bahia conta com 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil.

Veículo: Se Liga Alagoinhas	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios

mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Camaçari Notícias	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias

CAMAÇARI NOTÍCIAS

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Diga Bahia	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Fala Barreiras	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Farol News	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as

entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no **www.notapremiadabahia.ba.gov.br** e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Folha do Estado – Feira de Santana	Página: Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Estadual

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos

26/06/2020 às 12:03h



Crédito: Reprodução

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no [site](#) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Folha do Estado – Feira de Santana	Página: 06
Data: 27/06/2020	Caderno: Estadual

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já

definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras, no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sor-


teios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

Veículo: Ilhéus 24 Horas	Página: Online
Data: 26/06/2020	Caderno: --



SORTEIOS DA NOTA PREMIADA BAHIA **VOLTAM EM JULHO**

 26/jun/2020 . 12:34



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Informe Baiano	Página: Online
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Jornal da Mídia	Página: Online
Data: 27/06/2020	Caderno: Cotidiano



Nota Premiada Bahia volta a fazer sorteio em julho, diz Sefaz



por **Redação**

[27/06/2020](#)



os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.



**Jornalismo
com opinião
em defesa da
Ecologia Integral**

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Publicado no Jornal Grande Bahia

OS SORTEIOS DA NOTA PREMIADA ESTÃO SUSPENSOS, MAS AS FILANTRÓPICAS CONTINUAM GANHANDO

A medida tornou-se necessária devido à suspensão dos sorteios da Loteria Federal. As instituições filantrópicas seguirão recebendo suas premiações normalmente. Continue exigindo sua nota e inserindo o CPF no momento da compra. Solidariedade, nosso melhor prêmio!

A Campanha Nota Premiada Bahia - NPB é uma iniciativa do Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, que incentiva ao cidadão a desenvolver o exercício da cidadania fiscal, por meio da exigência da inclusão do CPF nas notas fiscais eletrônicas, Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica - NFC-e e Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, referentes às suas compras no mercado balnear.

A Campanha prevê a distribuição de prêmios, em dinheiro, para os cidadãos, por meio de sorteios, bem como beneficiar as instituições sociais e de saúde participantes da 3ª fase da Sua Nota é um Show de Solidariedade, através da indicação do cidadão para o compartilhamento das suas notas fiscais eletrônicas.

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Rádio 93 FM Jequié	
Data: 26/06/2020	Programa: 93 Agora
Assunto: Nota Premiada Bahia volta sorteios em julho.	

Data: 26/06/2020

Hora: 18:39:26

Duração: 00:01:16

Emissora: RÁDIO 93 FM JEQUIÉ

Programa: 93 AGORA

Apresentador(a): OUTROS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Nota Premiada Bahia volta a sorteios em julho.

Veículo: Rádio Difusora AM	
Data: 26/06/2020	Programa: Notícias
Assunto: Nota Premiada Bahia volta sorteios em julho.	

Data: 26/06/2020

Hora: 11:37:42

Duração: 00:00:59

Emissora: RÁDIO DIFUSORA 640 AM ITABUNA

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): OUTROS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Sorteios mensais da Nota Premiada Bahia retornarão a partir do dia 20 de julho.

Veículo: Rádio Santa Cruz Ilhéus	
Data: 26/06/2020	Programa: Alerta Geral
Assunto: Nota Premiada Bahia volta sorteios em julho.	

Data: 26/06/2020

Hora: 18:56:12

Duração: 00:01:02

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ 1090 AM ILHÉUS

Programa: ALERTA GERAL

Apresentador(a): OUTROS

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Sorteios mensais da Nota Premiada Bahia voltam a acontecer em julho.

Veículo: Radar da Bahia	Online
Data: 26/06/2020	Caderno: Notícias



BAHIA

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**,

responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

Veículo: Repórter Hoje	
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às

entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018 , três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Resumo Geral Bahia	
Data: 26/06/2020	Caderno: Bahia



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-

se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Salvador Dez	
Data: 26/06/2020	Caderno: --

The screenshot shows the SalvadorDez website interface. At the top, there is a navigation menu with links for Home, Bandas, Notícias, Downloads, Vídeos, Gata da Semana, Músicas, and Events. Below the menu is a promotional banner for Magalu featuring various products with prices and discounts. The main content area displays a news article titled "Sorteios da Nota Premiada Bahia retornam a partir de 20 de julho" dated June 26, 2020. The article includes a sub-image of a hand holding a lottery ticket and a QR code. The text explains that the lottery will resume on July 20th after a temporary suspension by the Federal Lottery Commission (CEF).

Sorteios da Nota Premiada Bahia retornam a partir de 20 de julho

26 de Junho de 2020

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

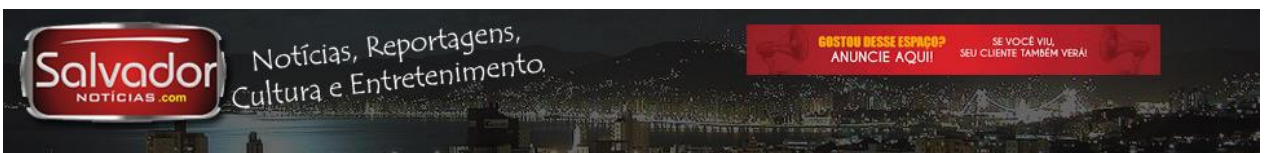
Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Salvador Notícias	Página: Online
Data: 27/06/2020	Caderno: Cidades



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no **www.notapremiadabahia.ba.gov.br** e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Se Liga Alagoins	
Data: 26/06/2020	Caderno: Bahia



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, **a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, responsável pela **Nota Premiada Bahia**, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. A cada quatro

meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Veículo: Secom	
Data: 26/06/2020	Caderno: Fazenda

Fazenda

26/06/2020 08:20

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Vermelhinho BA	Página: Online
Data: 26/06/2020	Caderno: --



Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
segunda-feira, 29 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho

A Sefaz-BA já definiu a data para retorno dos sorteios locais, 20 de julho

Ascom Sefaz , Salvador | 26/06/2020 às 10:14

Curtir 0 Tweet

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-Ba, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

"Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade", observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br (<http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br/>) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=126880)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/27/empreendimentos-da-agricultura-familiar-baiana-ofertam-delivery,126908,0.html>)

Empreendimentos da agricultura familiar baiana ofertam delivery

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/27/empreendimentos-da-agricultura-familiar-baiana-ofertam-delivery,126908,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/27/empreendimentos-da-agricultura-familiar-baiana-ofertam-delivery,126908,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/27/empreendimentos-da-agricultura-familiar-baiana-ofertam-delivery,126908,0.html>)



Nota Premiada Bahia volta a fazer sorteio em julho, diz Sefaz



por Redação — 27/06/2020 em Cotidiano 2 minuto(s) de leitura

Share on Facebook

Share on Twitter



os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota

Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no www.notapremiadabahia.ba.gov.br e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Tags: ICMS Nota Premiada Bahia

 Compartilhe

 Tweet

 Compartilhe



NOTÍCIAS RELACIONADAS

COTIDIANO 

Travessia Salvador-Mar Grande opera normalmente e tem fluxo moderado

A travessia Salvador-Mar Grande tem horários fixos de saída reduzidos por conta do Covid-19 (Foto:...

LEIA MAIS

Governo da Bahia entrega 150 mil máscaras para comunidades tradicionais

Bahia bate recorde e registra 3.251 novos casos de Covid-19 e 51 mortes nas últimas 24 horas

Ivete Sangalo adere à campanha de combate ao câncer durante a pandemia

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Concurso Sefaz BA: Agente de Tributos é cargo de nível médio

O concurso Sefaz BA ofertará 20 vagas para o cargo de Agente de Tributos. O certame da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia já tem comissão formada e está em fase de preparação para a escolha da banca examinadora, que será responsável pelo planejamento e organização do novo concurso público da secretaria. E por falar em Agente de Tributos, tem decisão nova do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a minuta de voto do Plenário Virtual, divulgada na sexta-feira (19/06), a Suprema Corte apreciou a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo partido Democratas - DEM - referente ao art. 24 e do Anexo V da Lei nº 8.210/2002; bem como dos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.470/2009, ambas do Estado da Bahia.

O documento tem como relatora ministra Rosa Weber. De acordo com o registro, "Alega-se que houve criação de critério de ascensão funcional para o cargo

de Agente de Tributos Estaduais de nível superior e mescla de atribuições com as do cargo de Auditor Fiscal, ambos integrantes da administração tributária estadual. Isso em razão de a Lei nº 8.210/2002 ter passado a exigir nível superior como requisito para o cargo de Agente de Tributos Estaduais; ademais, por ter a Lei nº 11.470/2009 conferido aos Agentes de Tributos Estaduais a atribuição de constituir crédito tributário referente às mercadorias em trânsito e à fiscalização de microempresas e de empresas de pequeno porte que sejam optantes do Simples Nacional".

Na minuta costa ainda que "Houve alteração substancial das atribuições dos Agentes de Tributos Estaduais, uma vez que, inicialmente, incumbia-lhes a execução de tarefas de forma a prover subsídio à atuação fiscalizatória dos Auditores Fiscais, os quais, ressalte-se, realizavam a coordenação dos atos executórios. A legislação impugnada

deu um novo perfil às atividades dos Agentes, que não mais se enquadram em serviços de apoio. Foram assinaladas atribuições características de cargo de nível superior com poder de gestão concretizado pelas ações de planejar, coordenar e fiscalizar, antes conferidas aos Auditores Fiscais. Conquanto tenha havido a manutenção de dois cargos distintos entre si - Agentes de Tributos Estaduais e Auditores Fiscais - organizados em carreiras apartadas, percebe-se que houve uma mescla das atribuições dos Agentes de Tributos Estaduais de nível médio com as daqueles de nível superior, que uma vez confundidas entre si, demonstram violação da necessária observância do concurso público".

A modificação

Lei nº 11.470/2009 -, ao ampliar as atribuições dos Agentes de Tributos Estaduais, manteve as carreiras específicas, mas acarretou alteração do status



Supremo Tribunal Federal decide que o cargo de Agente de Tributos da Secretaria de Fazenda da Bahia é de nível médio

funcional dos servidores que foram admitidos quando o requisito de ingresso era somente o diploma nível médio, escolaridade que não corresponde à natureza e à complexidade do

cargo sob a nova roupagem configurada pelas novas atribuições. As carreiras do Grupo Operacional Fisco da Bahia passaram por sucessivas alterações. "As transformações procedidas no

cargo de Agente de Tributos Estaduais extrapolarão os limites traçados pela jurisprudência da Corte para a racionalização da atividade administrativa", consta na minuta.

Auxílio emergencial atenuou queda no Nordeste

Em Alagoas, perda de ICMS, que foi de 21% em maio, deve recuar para 10% em junho

29/06/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Santoro: pior ficou para trás, mas ainda há grande desafio nos próximos meses — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo federal à população mais vulnerável ajudou a amenizar a perda de arrecadação esperada para junho com a pandemia, segundo alguns governos estaduais do Nordeste, como Alagoas e Maranhão.

Em Alagoas, onde a perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ficou em 21% em maio, o prejuízo deve ter recuado para 10% em junho, segundo o secretário de Fazenda, George Santoro. A perda deste mês deve ser de nível parecido com a de abril, sempre na comparação nominal com igual mês de 2019.

Para Santoro, a frustração menor em junho não deve ocorrer somente pela reorganização de alguns setores e por algumas medidas de reabertura do governo alagoano, mas como reflexo também do auxílio emergencial de R\$ 600. “Há um claro efeito disso no Estado, onde a renda média é muito baixa e muitos beneficiários têm recebido cerca de R\$ 1 mil mensais com esse programa.”

Dados das notas fiscais eletrônicas emitidas em maio, relativas às operações que geram a arrecadação de junho, mostram que o comércio varejista como um todo vendeu menos, com queda de 7,2% em relação a igual mês do ano passado, diz ele. Em alguns setores, porém, houve alta significativa. No de supermercados, o avanço foi de 31,4%; no de medicamentos, de 20,9%; e no de material de construção, 11,7%. Nesse último segmento, diz Santoro, também contribuiu a reabertura de algumas atividades.

“Posso dizer que o pior já passou”, avalia o secretário. Ele destaca, porém, que se trata ainda de lento processo de retomada e o grande desafio é o último trimestre do ano, muito importante para a economia alagoana. “Poderemos ter muito impacto ainda se o turismo não voltar minimamente em razão da pandemia. Há

grande preocupação para garantir segurança em relação à saúde e por isso estamos em momento delicado de decidir como será a reabertura.”

No Maranhão também deve haver perda relativa menor em junho, segundo o secretário de Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves. A receita tributária própria do Estado deve cair cerca de 18% em junho. Em maio a perda foi de 22,9%, e, em abril, de 12,5%. Parte da frustração menor no período mais recente é creditada ao auxílio emergencial, diz Ribeiro. “É difícil mensurar, mas é evidente que um auxílio de R\$ 600 tem impacto na economia e se transforma todo em alimento”. Dados da arrecadação efetiva do dia primeiro a 24 de junho em relação a igual período de 2019 mostram que as vendas do varejo maranhense caíram 37%, puxadas por segmentos como têxteis, confecções e calçados, que recuaram 69%. Mas supermercados tiveram alta de 31%, atacado, de 10%, e medicamentos, de 34%.

O secretário se preocupa com o fim ou a redução do valor do auxílio. Para ele, as medidas do governo têm sido “tímidas”. “Agora não é hora de falar em controle fiscal. Isso é importante, mas para ser discutido depois, com regras de transição. É como se no meio da guerra se economizassem recursos para comprar munição.” Segundo Ribeiro, o Estado mantém projeção de perda de receita no ano de 15%. “Não vejo otimismo. A crise já existia antes da pandemia. A reabertura da economia pode ajudar, mas a perda de empregos e renda é muito grande.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Lauro De Freitas

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Veja as oitenta mulheres mais lindas do Brasil

Para Estados, pior fase da arrecadação já ficou para trás

Perda ainda é grande, mas notas fiscais mostram que período de maior baixa ocorreu em maio

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

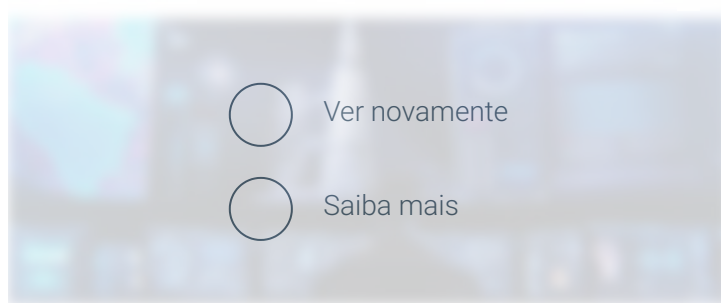


Com base nas notas fiscais emitidas e na arrecadação parcial de junho, os Estados indicam que o vale de receitas em razão da pandemia ficou em maio. No mês atual, segundo as Fazendas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão, Alagoas e Espírito Santo, a perda deve ser menor que a de maio, com desempenho melhor do que se esperava. O prejuízo, porém, é considerado grande, e as quedas devem continuar. A regra geral é a cautela, em razão da incerteza sobre a evolução da covid-19 nos próximos meses.

Entre os motivos para uma perda projetada mais amena em junho, Estados apontam reorganização das empresas após o primeiro impacto, reabertura de atividades em alguns segmentos e também, no caso do Nordeste, efeito do auxílio emergencial de R\$ 600 na economia, amenizando o efeito da pandemia na arrecadação. Em Alagoas e no Maranhão, os levantamentos das notas fiscais de maio mostram que os supermercados venderam cerca 30% mais que em igual mês do ano passado. As vendas de maio se refletem na arrecadação de junho. O varejo como um todo, porém, continua em queda nos dois entes (*ver texto abaixo*).

Em São Paulo deve haver uma das menores diferenças relativas entre o esperado e o realizado, pelas projeções preliminares. A perda prevista para junho era de R\$ 2,68 bilhões, mas deve ficar em R\$ 2,4 bilhões. O acumulado de perdas nos meses de março, abril e maio foi de R\$ 6,9 bilhões. Mesmo com uma frustração um pouco menor e com plano de reabertura da economia em andamento, as previsões de perdas no ano estão mantidas: redução de R\$ 17,4 bilhões no ICMS e de R\$ 19,5 bilhões no total de receitas tributárias.

PUBLICIDADE



No Rio Grande do Sul, onde se esperava frustração de R\$ 700 milhões na arrecadação de ICMS em junho, a perda deve ficar entre R\$ 500 milhões e R\$ 550 milhões. Para o secretário da Fazenda gaúcha, Marco Aurelio Cardoso, não se espera repetir, por enquanto, a redução que em maio chegou a R\$ 850 milhões. Em abril, o prejuízo foi de R\$ 500 milhões. A queda em maio, segundo Cardoso, refletiu a paralisação mais intensa da atividade econômica da última semana de março até cerca de 20 de abril.

A recuperação, diz ele, se deve em parte à reorganização das empresas, à reabertura parcial e à maior circulação de pessoas. Há incertezas, ainda, porém, sobre a evolução da pandemia e seus efeitos na retomada da economia. “O movimento de abertura não é linear. No Rio Grande do Sul tivemos algumas aberturas que depois foram revertidas.”

A expectativa, diz Cardoso, é que julho seja um mês de transição e que em agosto a perda caia para R\$ 200 milhões mensais, embora a possibilidade de realizar o previsto, mesmo ao fim do ano, esteja descartada. A receita é sazonalmente mais forte no Estado de novembro a fevereiro.

As medidas de contenção de despesas, diz o secretário, devem prosseguir. Os gastos com pessoal no primeiro quadrimestre subiram 0,2% nominais contra igual período do ano passado, um controle que precisa ser mantido, segundo ele. O que se prevê hoje, diz Cardoso, é que com o socorro da União que começou a entrar nos caixas estaduais em junho, entre outras medidas, o déficit orçamentário do Estado, inicialmente previsto em R\$ 5,2 bilhões, seja acrescido em R\$ 500 milhões a R\$ 700 milhões, incluindo na conta as parcelas da dívida com a União. Recursos extraordinários, como o esperado pelo acordo relacionado à Lei Kandir homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio, podem fazer com que o saldo negativo volte ao programado, afirma ele.

A expectativa é semelhante em Goiás, segundo a secretária de Fazenda, Cristiane Schmidt. A perda de receita corrente líquida projetada para junho, diz ela, é de R\$ 250 milhões, na comparação nominal com igual mês de 2019. Em abril, o prejuízo foi de R\$ 350 milhões, e, em maio, de R\$ 450 milhões. Os valores já consideram a recomposição do Fundo de Participação do Estado (FPE). Com esse desempenho e

caso a frustração seja ainda menor em julho, afirma ela, com a covid-19 cedendo, há “esperança” de que o Estado feche as contas com equilíbrio entre as receitas e despesas em 2020, como se projetava antes da pandemia.

Cristiane lembra que alguns municípios, de forma mais autônoma, decretaram a reabertura de atividades antes mesmo da decisão do governo estadual, o que acabou ajudando a arrecadação. Caso os números da covid-19 apontem agravamento, porém, o governo estadual deve retomar medidas mais restritivas, salienta.

A importância do setor agropecuário no Estado e em toda a região Centro-Oeste, diz Cristiane, também tem favorecido as receitas. Embora a produção em si seja voltada principalmente à exportação e por isso não gere arrecadação de ICMS, em razão da desoneração, a atividade contribui para que a renda não caia tanto e gera demanda para prestadores de serviços e fornecedores de insumos.

O Espírito Santo contabiliza frustração menor de receitas em junho, mas não muda a projeção de perdas de R\$ 3,4 bilhões - R\$ 2 bilhões em ICMS e R\$ 1,4 bilhão em royalties e participações especiais de petróleo - para o ano, dentro de um orçamento de R\$ 19 bilhões, segundo o secretário da Fazenda, Rogelio Pegoretti.

Em junho, diz ele, a Fazenda capixaba deve arrecadar 20% a menos de ICMS que em igual mês de 2019, em termos nominais. Em abril o recuo foi de 6%, com aprofundamento para 30% em maio. O Estado sofre também com a queda nos recebimentos do petróleo. O próximo pagamento trimestral de participações especiais, afirma, estimado inicialmente em R\$ 200 milhões, deve vir em cerca de R\$ 10 milhões. Segundo o secretário, houve em junho desempenho melhor que o esperado em combustíveis e no comércio, por razões ainda não muito claras. Há maior circulação de pessoas e veículos, diz, e algumas grandes empresas do setor de distribuição se instalaram no Estado em 2019, o que aumentou a base de contribuintes.

Pegoretti se diz cético em relação ao efeito que a reabertura das atividades pode ter na arrecadação. Para ele, o problema maior é a perda de renda e de demanda. “O comércio está fechado. Mas, se estivesse aberto, não estaria vendendo.” Por isso, afirma ele, o Estado segue com cautela e com medidas de corte de gastos.

& NEGÓCIOS ECONOMIA

economia@grupopostarde.com.br

INTERNET Leia mais notícias de economia no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

Série 8/14

A PRÓXIMA MATÉRIA SOBRE AS ÁREAS MAIS AFETADAS PELA PANDEMIA ABORDARÁ O SETOR DE ARTESANATO

MARIANA BAMBERG*

Um dos 14 setores mais impactados pela pandemia - segundo mapeamento realizado pelo Sebrae -, o segmento de serviços educacionais foi logo um dos primeiros a ser afetado pelo novo coronavírus. Mas as dificuldades foram além da busca por soluções para operacionalizar as aulas a distância. Os estabelecimentos de ensino precisam agora também lidar com uma queda média de 66% no faturamento mensal e com a necessidade de uma planeja-mento para a retomada das atividades. E, para isso, gestores lançam mão de investimentos em equipamentos de segurança e de uma maior flexibilização nas negociações de mensalidades atrasadas.

Segundo a analista da Unidade de Competitividade do Sebrae Nacional, Patrícia Mayana, a inadimplência, os pedidos de descontos e evasão escolar são um dos principais desafios enfrentados pelo setor nesse momento de pandemia. Essas situações foram responsáveis, inclusive, por quedas no faturamento mensal que, segundo mapeamento do Sebrae, chegaram a uma média 71% em abril e 66% em maio.

No Colégio Perfil, o diretor, Wilson Abdon, revela que foi preciso uma maior flexibilização nas negociações de mensalidades. Cerca de 12 alunos chegaram a cancelar os contratos, "todos do grupo 1 e 2, séries que não são exigências". "Na grande maioria das vezes temos conseguido chegar a um consenso com os pais. Conversamos, ouvimos a situação, tentamos ajudar as famílias. Temos flexibilizado as condições de pagamento e, em alguns casos, temos concedido descontos até superiores ao que foi determinado pelo Ministério Público do Estado", relata.

TAC com o MP

No início deste mês, o Ministério Público estadual firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com 46 escolas particulares de Salvador para readequar os contratos durante a pandemia. Ficou decidido que a partir da parcela com vencimento no mês de junho até a parcela com vencimento no mês de retorno das aulas, haverá um desconto com percentual mínimo de 30% na educação infantil, 25% no ensino fundamental I e 20% nos ensinos médio e fundamental II, desde que a instituição continue prestando o serviço de forma não presencial.



Carlos conta que o Marizia Maior planeja medidas de segurança

Raphael Müller / Ag. A TARDE

COVID-19 Desde o início da pandemia, as escolas particulares investem em atividades remotas

Setor de educação planeja ações para retomada das aulas



Bruno e Silmara explicam que a Maple Bear criou uma plataforma online

Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Apesar de já trabalhar com um material digital, essa adaptação ou adoção das atividades a distância foi, segundo Abdon, mais um desafio. O planejamento pedagógico foi completamente refeito: para as crianças menores as atividades são encaminhadas através de roteiros semanais e "conversas online", já os maiores, dos ensinos médio e fundamental II, contam com aulas diárias online. Mas a preocupação, segundo Abdon, tem sido em ouvir e ajudar as famílias. "Estamos, realizando pesquisas para saber o que os pais estão achando dessa nova metodologia. Chegamos até a disponibilizar equipamentos para família que não tinha computador suficiente para três crianças, disponibilizamos também capacitação para que os pais conseguissem ajudar os fi-

lhos nas atividades", conta. Na Escola Experimental, a preocupação tem sido em desenvolver uma metodologia que não faça a criança perder a rotina e que, mesmo a distância, não diminua a qualidade das atividades. Por isso, a diretora Biza Almeida conta que foi desenvolvida, para a educação infantil, a sacola dos tesouros, um kit, enviado para a casa dos alunos com materiais necessários para a tarefa, como cola e cartolina. Outro aliado nesse momento é o aplicativo da escola, "que permite uma comunicação e orientação direto ao celular dos pais".

Na rede de escolas Maple Bear a tecnologia também tem sido aliado para prosseguir com o ano letivo e manter o contato com os pais. Os franqueados da unidade Ma-

ple Bear do bairro da Canela, Bruno Schwenck e Silmara Schwenck, explicam que a rede desenvolveu uma plataforma online que reúne recursos de apoio, orientações e materiais de estudo para que os alunos utilizem a distância. "Foram criados também canais diretos de atendimento aos pais por meio de telefone, WhatsApp, agenda eletrônica, Instagram e e-mail".

Até mesmo nas medidas de segurança planejadas para a retomada das atividades, a tecnologia tem dado suporte. Um termômetro a distância irá aferir diariamente a temperatura de funcionários e um tapete sanitizante, para higienizar os calçados dos alunos, será aplicado na entrada do colégio. Produtos de saneamento serão utilizados na limpeza dos brinquedos a

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

ESTRATÉGIAS PARA O SETOR

TECNOLOGIAS Ainda é momento para capacitar e ajudar seus profissionais e professores para que eles tenham mais autonomia no uso das ferramentas que estão dando suporte às atividades remotas

COMUNICAÇÃO Nesse momento, quem obtiver uma boa comunicação com as famílias vai conseguir evitar a redução de receitas. Faça-se presente, crie novos canais e esteja disposto a ouvir e ajudar

NEGOCIAÇÃO Busque conversar com os pais, entender a situação e chegar a um consenso de melhor condição e desconto para ambos os lados

SEGURANÇA Mesmo ainda não existindo um protocolo de funcionamento no estado, é importante se preparar para a retomada das atividades. Analise as medidas adotadas em outros estados e países e veja o que é possível fazer

A TARDE

Tempo Presente

tempopresente@grupotarde.com.br

Marco do saneamento anima industriais

Chamado de marco legal do saneamento, o novo ordenamento aprovado pelo Senado Federal para o tratamento das águas e rede de esgoto no Brasil está distante de ser ponto pacífico, apesar dos esforços de grupos interessados em atrair investimentos ao setor.

Uma das instituições entusiasmadas com a mudança é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao considerar de extrema importância a decisão dos senadores, pois permitiria a modernização do saneamento.

Nota distribuída ontem pela CNI diz ser "imprescindível" ao Brasil caminhar na direção de "universalizar os serviços de saneamento", considerando a relevância para a saúde do cidadão.

Entre as ações positivas impostas pelo Projeto de Lei 4.162/2019 está a necessidade de realização de licitações pois a falta de concorrência, segundo os industriais, atingia diretamente a incapacidade de gestão do setor.

Além disso, o atual contexto fiscal reforça a necessidade do aumento da participação privada, que hoje é responsável pelo atendimento de apenas 9% da população – afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

ABERTURA – A abertura de espaço para a iniciativa privada atuar na exploração do setor, segundo Andrade, deverá atrair grandes investimentos e a geração de, pelo menos, um milhão de empregos em cinco anos.

Atualmente, cerca de 100 milhões de brasileiros não são atendidos por coleta de esgoto, sendo que 30 milhões sequer contam com abastecimento de água em casa. Os investimentos em saneamento básico no Brasil não passam de R\$ 12 bilhões anuais.

“Aparentemente, pretende-se investigar a Operação Lava Jato em Curitiba. Não há nada para esconder nela, embora essa intenção cause estranheza. (...) Registro minha solidariedade aos procuradores”

SERGIO MORO, ex-ministro da Justiça, sobre pedido de informação da PGR à Lava Jato em SP, Rio e no Paraná

Selo certifica boas práticas

Para alcançar o Selo Arte, os artesãos precisam apresentar boas práticas e registro nos órgãos oficiais, entre outras iniciativas com objetivo de fortalecer a marca do item a ser colocado no mercado. Em orientação aos produtores, os gestores promoveram a primeira de uma série de videoconferências com o tema “O que você precisa saber para comercializar seu produto com o novo Selo Arte”. O debate foi promovido pela CNA, com a mediação da assessora técnica da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais da Confederação, Marina Zimmermann. O Selo Arte foi criado pela Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018, e serve para confirmar a qualidade dos produtos de origem animal produzidos de forma artesanal, incluindo desde os critérios técnicos até a embalagem.

Gestores otimistas

Apesar do cenário negativo desenhado pela pandemia do coronavírus, no Turismo a percepção é de que há luz no fim deste túnel: Salvador está entre os destinos mais procurados se a pandemia for controlada. Os dados são da operadora CVC Brasil: num cenário de alívio, se o coronavírus for finalmente vencido, 85% dos passeios turísticos serão entre cidades brasileiras. Para o diretor executivo da CVC, Fábio Mader, a Bahia, em especial Salvador, terá papel importante na retomada do setor no Brasil. Um dos motivos para acreditar no melhor dos mundos é a ampliação da malha aérea, a partir de julho, com 12 novos voos interligando Salvador a outras grandes cidades. A capital baiana receberá novas rotas de Fortaleza, João Pessoa, Natal, João Pessoa e Recife, além de Conquista.

Rafael Martins / Ag. A TARDE



MAL BANAL | A terra, bem tratada, nos dá de tudo. Como espécie longe de sua maioria moral, temos toda comida necessária para que ninguém passe fome, ainda assim é coisa corriqueira, até banal, que falte tanto a tanta gente

POUCAS & BOAS

● Hoje, a partir das 19h, tem Live Show da Dag sob o comando do artista e produtor cultural Jean Marques. O objetivo é arrecadar donativos que serão distribuídos para artistas feirenses, que desde o início da pandemia têm dificuldades de trabalhar e manter as suas famílias. A participação será através de transferências bancárias ou doações de alimentos e produtos de higiene. Com diversos convidados, o show promete humor, curiosidades e diversão.

● Em Ubaitaba começa a valer amanhã o decreto que suspende o funcionamento do comércio não essencial e que estará em vigor até o dia 12 de julho. Nesta segunda-feira começa também a vigorar o toque de recolher, entre as 20h e as 5h, com a meta de frear a disseminação do novo coronavírus na cidade.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

DECISÃO Pedido foi apresentado pelo vereador Cézar Leite (PRTB), que é pré-candidato a prefeitura de Salvador, pelo caso de compra de respiradores

ALBA ARQUIVA PEDIDO DE IMPEACHMENT DE RUI

João Souza / Ag. A TARDE/ 21.05.2019

DA REDAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), deputado Nelson Leal (PP), determinou o arquivamento do pedido de impeachment contra o governador Rui Costa (PT), apresentado pelo vereador Cézar Leite (PRTB), pré-candidato a prefeitura de Salvador. A decisão de Leal foi publicada no Diário Oficial do Legislativo ontem.

Acompanhado de advogados, como Leandro de Jesus e Maurício Costa, lideranças e movimentos da direita baiana, Leite protocolou o pedido quinta-feira passada, com o argumento de que Rui Costa deveria ser investigado pela compra de respiradores no valor de R\$ 49 milhões em nome do Consórcio Nordeste. Ao todo, segundo a acusação, essa compra teria dado um prejuízo de quase R\$ 10 milhões aos cofres públicos no período da pandemia do novo coronavírus.

Parecer

Ao arquivar o pedido de impeachment, Nelson Leal se baseou no parecer do procurador-geral do Legislativo, Graciliano Bomfim. No documento, Graciliano argumenta que, para abertura do processo, é necessária "a existência de suporte probatório mínimo da materialidade do crime de responsabilidade e da existência de indícios de autoria".

O procurador-geral cita, ainda, a tese do professor



Decisão do presidente Nelson Leal (PP) foi publicada no Diário Oficial do Legislativo

Parecer do procurador diz que não existe suporte probatório mínimo da materialidade do crime

Aury Lopes Júnior, para quem "a acusação deve ser carregada com os elementos probatórios – geralmente extraídos da investigação preliminar – que fundamentem a admissão da denúncia". Isso em razão do "caráter infamante do processo penal em si, em que o simples fato de estar sendo processado já significa uma grave 'pena' imposta ao indivíduo".

Para o procurador-geral Graciliano Bomfim não haveria como acolher a pretensão acusatória "pela inexistência de justa causa" quanto ao cometimento de crime de responsabilidade atribuída ao governador, e completou: "Os fatos imputados e narrados na denúncia são genéricos e nem ficam claros como tais atos se ajustariam aos dispositivos invocados".

OPORTUNIDADES NEGÓCIOS

empresosenegocios@grupoatarde.com.br

INTERNET Leia mais sobre negócios e carreiras no Portal A TARDE



www.atarde.com.br/economia

PRISCILA DÓREA*

Na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença. Ter uma franquia é um casamento onde a marca sempre está lá dando apoio ao franqueado. E isso não podia ser diferente em uma pandemia. Empresas têm criado ações que buscam minimizar o impacto da crise causada pela Covid-19 em suas franquias em um ano que até começou bem, com elas faturando R\$ 1,330 bilhão no primeiro trimestre, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF), mas mesmo sendo um valor alto e maior que o do mesmo período de 2019 (R\$ 1,305 bilhão), ele não reflete a situação atual.

"O faturamento do primeiro trimestre de um ano tem sido maior que a do ano anterior desde 2014, mas a pandemia nos alcançou no meio de março, e esse valor foi menor do que o esperado para o início de 2020. Mas, mesmo sem o balanço do segundo trimestre, sabemos que é nele que poderemos ver o impacto real", explica o diretor regional do Nordeste da ABF, Leonardo Lamartine. Mas ele salienta: as franquias vão sentir menos o impacto da crise por causa do apoio das marcas.

E ser um suporte para seus franqueados foi o que levou Cândido Espinheira, CEO da Yes! Cosmetics, a instaurar logo no início da pandemia um comitê de crise, com o objetivo de auxiliar as franquias com as negociações com fornecedores e shoppings, questões trabalhistas e formas de venda. "Também negociamos internamente as taxas pagas a franqueadora, facilitando a aquisição de produtos, prorrogando vencimentos, e isentando juros e algumas taxas, como a de marketing".



Priscila é franqueada da Yes! Cosmetics

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

COVID-19 As unidades têm auxílio para negociar com fornecedores, lidar com as questões trabalhistas, fazer vendas por delivery e descontos nos royalties

Franqueadoras dão suporte a suas franquias na pandemia

"Tivemos descontos de 50% por três meses nos royalties (da franquia)"

NEUSA MARQUES, da Supera

Raphael Müller / Ag. A TARDE

Uendel Galter / Ag. A TARDE



mentos, e isentando juros e algumas taxas, como a de marketing”.

Repensar o negócio

Todas as lojas físicas da Yes! foram fechadas com o início da pandemia, e a reabertura, conta o CEO, vem acontecendo de forma gradual e não uniforme, com as vendas bem tímidas, “mas os franqueados foram orientados a vender online”, conta. E foi isso que Priscila Gico, proprietária da franquia da Yes! Cosmetics do Salvador Norte Shopping, fez. No entanto, as vendas via WhatsApp e Instagram exigiram que ela se reinventasse para continuar tocando o negócio.

“Não foi e não está sendo nem um pouco fácil, mas é uma oportunidade para repensar o negócio, canais de venda e em como atingir o público. Tento ser positiva em tudo na vida, e olhar as coisas dessa forma ajuda a passar por esta fase difícil. No meio disso, a franqueadora está sendo uma grande parceira, especialmente na ajuda com o adiamento do pagamento de fornecedores, suporte psicológico e treinamentos de venda online e liderança”, conta.

A adaptação ao meio online também foi a solução para a psicóloga e mestre em educação Neusa Marques, gestora da Supera. A franquia de educação começou o ano a todo vapor, já que esse era um dos setores que mais cresceriam em 2020, segundo a ABF, mas com a pandemia o planejamento precisou ser refeito. A solução foi criar o Modelo Supera em Casa, onde o aluno é acompanhado de forma individual a distância.

Neusa conta que a principal ajuda da franqueadora foi a mudança nas aulas para atender ao modelo a distância. “Também tivemos descontos de 50% por três meses nos royalties, orientação jurídica e financeira, congelamento dos preços e diálogo aberto para condução de impasses”. Reduzir as taxas e incentivar o uso da



Manoel e Roberto, sócios da Blue Sol Energia Solar, estão temporariamente isentos do fundo de propaganda

tecnologia tem sido a principal ação das marcas, até mesmo daquelas em que os setores sofreram menos, como a Blue Sol Energia Solar, especializada em energia fotovoltaica.

Nelson Colaferro, sócio-fundador e presidente do conselho de administração da Blue Sol, explica que o impacto da crise causada pela Covid-19 foi pequeno, mas eles precisaram agir rápido. “A tecnologia sempre foi nossa aliada e migramos fácil para o trabalho remoto. Os franqueados estão temporariamente isentos do pagamento de fundo de propaganda e os valores acumulados nos últimos meses estão sendo usados para capitalizar a rede”.

A Blue Sol também vai bonificar as melhores franquias com um bônus no pa-

gamento dos royalties de até 30%, e Manoel Higor, sócio e diretor operacional da unidade de Salvador, explica que no início da pandemia alguns agendamentos foram adiados, mas, quando soluções foram encontradas, o serviço voltou com força total. “O orçamento e toda a frente comercial está no modo remoto, e as instalações são feitas no telhado do imóvel, com o mínimo de contato social possível, então estamos conseguindo trabalhar com tranquilidade”, ele explica.

Porém, nem mesmo toda ajuda possível pode impedir que uma franquia feche temporariamente se isso for um decreto do governo. E esse foi o caso do Divino Fogão, empresa em que todas as franquias estão localizadas em shoppings, uma das

primeiras coisas a fechar com o isolamento social. Algumas unidades começaram a operar por delivery, mas não a grande maioria, e isso fez com que a franqueadora registrasse uma queda de 78% nas vendas em relação ao mesmo período do ano passado.

Fundador e presidente do Divino Fogão, Reinaldo Varela acredita que o segmento de alimentação foi um dos mais afetados, principalmente as redes que atuam em shoppings. “Nós estamos negociando os aluguéis com os shoppings, firmando acordos para que a loja pagasse aluguel apenas pelo tempo que ficasse aberta no mês de março, e seguimos negociando mês a mês. Na Bahia, em específico, nenhuma administradora de shopping center cobrou alu-

guel das lojas do Divino Fogão após as negociações”.

Claudineia dos Santos Queiroz é a gestora da franquia do Divino Fogão do Shopping da Bahia, que está fechada, conta que a loja foi isenta dos royalties e fundo de propaganda e que tem recebido apoio nas outras frentes do negócio. “A ajuda da empresa tem sido essencial neste momento, tanto no administrativo quanto no jurídico, assim como estamos recebendo orientação sobre adequação gastronômica e instruções preventivas quanto à saúde. O pior da situação é que começamos o ano muito bem, estávamos numa ascensão de vendas, até que veio a pandemia”, ela conta.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO



FRANQUIAS NA PANDEMIA

DIALOGUE Procure conversar abertamente com a franqueadora sobre os tipos de apoio que ela pode oferecer e, caso não tenha, tente incentivar que a franqueadora dê espaço para que as situações que venham a surgir possam ser discutidas

DIFICULDADES Fale com a franqueadora sobre as dificuldades únicas de sua franquia, com decretos municipais e estaduais; mesmo que o suporte geral da empresa sirva para todas as franquias, pode haver situações em que caminhos diferentes precisem ser tomados

DIVULGUE São grandes as chances de mudança média ou até radical no modo como seu negócio pode funcionar nesta pandemia, então dê uma força extra na divulgação neste momento, principalmente mostrando para os clientes que ele ainda terá um serviço de qualidade

Nem só para ver stories e saber da vida alheia servem as redes sociais. Com a questão da pandemia e do isolamento social, as redes sociais aparecem como um caminho para que os negócios possam continuar a vender. Neste cenário o Instagram se destaca, seja como meio para contato com os clientes, seja como ambiente para iniciar ou concluir as vendas. Há empreendedores que afirmam que pouco mais de 70% das suas vendas já passam de alguma forma pela rede social.

Para a analista do Sebrae Taiane Jambeiro, é fundamental que os negócios estejam nas redes sociais, tanto para continuar funcionando neste momento de pandemia quanto por ser o espaço em que os clientes estão. "Os clientes estão nas redes sociais, então é importante que os empreendedores também estejam. Além de que nem todo empreendedor tem condição de ter um site, então as redes sociais aparecem como alternativa com menor custo".

Na startup Escoar – empresa que conecta cooperativas e agricultores familiares com o consumidor final e estabelecimentos comerciais –, o investimento nas redes sociais aumentou com a pandemia. A CEO do negócio, Suzana Calmon, conta que usa o Instagram como uma "vitrine", em que o *feed* e o *direct* servem para começar a negociação com o cliente, enquanto o WhatsApp é usado para fechar o negócio.

Ela conta que após o começo da pandemia aumentou os lucros em 74% e que grande parte das vendas passa pelo Instagram. O que a tem ajudado com o crescimento dos números? De acordo com a empreendedora, é a presença humanizada nas redes sociais.

Presença na internet

"Os clientes gostam do atendimento humano e personalizado. Aparecemos (os sócios) no perfil para humanizar a loja e mostrar que tem alguém do outro lado da tela. Nós mostramos os produtos, apresentamos aos clientes. A minha dica é essa: tente ser o mais humano possível, seja transparente, apareça", afirma Suzana.

Quem também passou a investir mais nas redes sociais de seu empreendimento foi Rafael Rios, sócio-diretor da Playground Game Store, um negócio de jogos analógicos. "Modificamos a relação com o Instagram devido à pandemia. Como uma forma de tentar encontrar sobrevivência nessa situação", explica Rafael.

Ele conta que a rede social não representava muita influência nas vendas, mas que agora 20% delas passam de alguma maneira pelo Instagram. O uso principal da plataforma para Rafael é manter o contato com os consumidores e dar o "start" nas vendas, para então direcionar o cliente para o site

COVID-19 Com a pandemia, a presença em plataformas como Instagram e WhatsApp passa a ser imprescindível para contatos com os clientes e vendas

Redes sociais já respondem por até 70% dos negócios

Uendel Galter / Ag. A TARDE



Suzana, da Escoar, usa o Instagram como 'vitrine' para expor os produtos e o WhatsApp para fechar as vendas

REDES SOCIAIS COMO ALIADAS

CONTEÚDO É importante entregar conteúdo de qualidade para o cliente, conteúdo informativo. Não só vender, é criar uma relação e oferecer conteúdo

FREQUÊNCIA A dica para a frequência é fazer um calendário de postagens para definir o que vai postar a cada dia e para que consiga manter uma regularidade

AGILIDADE Nas redes sociais tudo é muito rápido e o cliente tem pressa, por isso é importante responder rapidamente tanto por *direct* quanto os comentários

FUNÇÕES O Instagram, por exemplo, tem várias funções que podem ajudar o negócio e usá-las ajuda o seu perfil a ser mais recomendado pela plataforma, que valoriza o uso das funcionalidades

CONHECIMENTO É preciso conhecer bem o cliente que se quer atingir para usar a linguagem adequada e conseguir diferenciar o que ele gosta do que não gosta

FONTE: TAIANE JAMBEIRO, ANALISTA DO SEBRAE

onde a compra é realizada.

"Compartilhamos a todo momento e sempre tentamos interagir com nosso cliente, responder o *direct*, fazer enquetes, se fazer presente na vida deles. Antes era só um meio de falar com eles, mas agora é por onde ocorre o começo das vendas", afirma o empreendedor. Outra iniciativa que ele está começando é a de usar a loja do próprio Instagram.

Amanda Argôlo, junto com Carol Casais, sócias-proprietárias da Canek – loja de decoração que foca em produtos de cerâmica –, também passou a investir mais no e-commerce e nas redes sociais. Amanda fala que 40% das vendas do seu negócio começam pelo Instagram.

Ela ressalta que é importante não deixar as redes paradas. "O principal é gerar um conteúdo, não deixar o perfil parado. Seja com fotos ou filmagens, *feed* ou *stories*". Outro ponto que ela recomenda para outros empreendedores é investir em atendimento rápido e humano.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

A TARDE

RUI E NETO SEGUEM BEM AVALIADOS

A avaliação do desempenho do prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), e do governador da Bahia, Rui Costa (PT), manteve-se positiva na última rodada de pesquisas promovida pelo Grupo A TARDE e o Instituto Data Poder360, núcleo de pesquisa do jornal digital Poder 360.

Nas últimas três rodadas, a avaliação dos que consideram a gestão do prefeito boa ou ótima oscilou dentro da margem de erro: entre 76% e os atuais 75%. O mesmo aconteceu com os que consideram seu trabalho ruim ou péssimo, que ficou entre 3% e os atuais 8%.

A avaliação do governador da Bahia também manteve-se estável durante todo o período das rodadas da pesquisa, com oscilações pouco acima da margem de erro. Tomando por base as últimas

três rodadas, a avaliação boa e ótima da gestão do governador oscilou entre 57% e os atuais 52%, preservado desde a última pesquisa realizada há 15 dias.

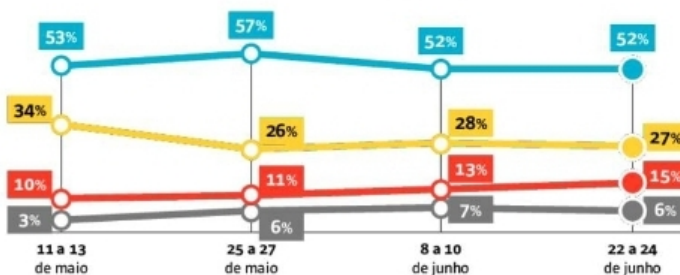
A preservação da avaliação de Rui mostra que o episódio da compra de respiradores, que provocou a saída de seu secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, não afetou sua avaliação junto aos baianos. Aque-

les que classificam a gestão do petista como ruim e péssima ficaram entre 11% e os atuais 15%. A cientista política e professora da Ufba Carla Galvão avalia que as ações conjuntas da prefeitura de Salvador e governo do estado no enfrentamento ao novo coronavírus refletem na avaliação positiva dos gestores.

"A pandemia pôs de lado um conflito grande que existia. Até por fazerem parte de grupos políticos distintos, já havia uma competição intergovernamental muito grande em relação à governança dentro da cidade de Salvador, mas o prefeito ACM Neto e o governador Rui Costa passaram a tratar do enfrentamento da Covid-19 de maneira conjunta, o que reflete positivamente no eleitorado. A pandemia está ensinando em alguma

Em geral, como avalia o trabalho do governador Rui Costa até agora?

Ótimo/Bom Regular Ruim/Péssimo Não sabe



medida que é possível estabelecer pactos para tratar conjuntamente dos problemas que são comuns", destaca Carla Galvão.

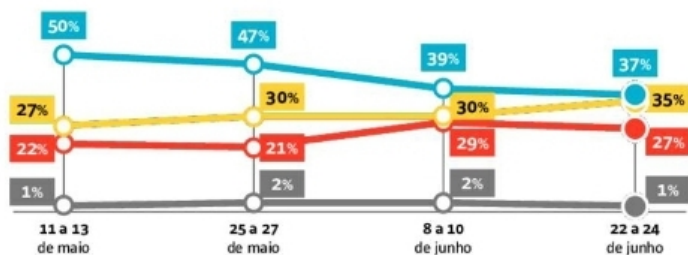
A TARDE procurou o governador, mas foi informado por sua assessoria de que ele não iria se posicionar. O prefeito

ACM Neto pontuou que os dados da pesquisa servem de estímulo para trabalhar ainda mais. "Esse resultado é reflexo das ações adotadas pela prefeitura desde o início da pandemia. Antes mesmo da confirmação do primeiro caso da Covid-19 em Salvador, reuni a

minha equipe e disse que o nosso principal foco era preservar vidas. A partir daí, passamos a trabalhar 24 horas por dia nesse sentido. Até agora, investimos cerca de R\$ 200 milhões diretamente em medidas de combate à pandemia", disse o prefeito.

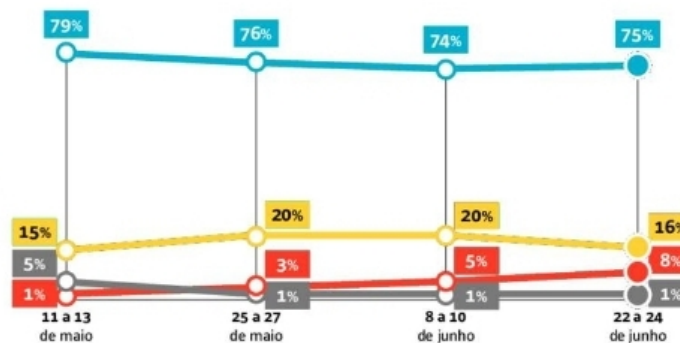
Em geral, como avalia o trabalho do prefeito da sua cidade até agora?

Ótimo/Bom Regular Ruim/Péssimo Não sabe



Em geral, como avalia o trabalho do prefeito ACM Neto até agora?

Ótimo/Bom Regular Ruim/Péssimo Não sabe



A TARDE

B2

SALVADOR SÁBADO 27/6/2020

POLÍTICA

politica@gruposantae.com.br



PREFEITURAS Plínio Carneiro Filho, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, foi entrevistado ontem no programa Isso é Bahia, de A TARDE FM

TCM vê 'problema crônico' em despesas com pessoal



VINÍCIUS RIBEIRO

Os recursos aplicados pelas 417 prefeituras da Bahia durante a pandemia da Covid-19 estão na mira do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O primeiro passo para este acompanhamento foi por meio de um questionário virtual, já respondido por todas as gestões municipais do estado, conforme informou o presidente da Corte, conselheiro Plínio Carneiro Filho, em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM ontem.

"Já completamos 100% dos municípios que responderam. O questionário já adianta um pouco esse lado, então, agora vamos fazer a auditoria em cima destas informações", disse. De acordo com o chefe do TCM, em respeito aos efeitos da pandemia, os prazos para as prestações de contas estão sendo dilatados, a exemplo das despesas de meses anteriores analisadas agora no mês de junho. Dentro desta realidade, o conselheiro não



Ascom TCM / Divulgação

Conselheiro diz que tribunal aplicou questionário

descarta que a apreciação seja finalizada em 2021.

Os problemas causados pela pandemia também foram responsáveis por diversos decretos, que versam sobre flexibilização de regras para dispensas de li-

citação e reconhecimento de calamidade pública. Neste quesito, Plínio Carneiro demonstrou preocupação com os gastos com a contratação de pessoal.

"Os municípios do estado da Bahia têm um problema

crônico em relação ao limite com despesa de pessoal. Com o decreto de calamidade, há uma certa dilatação dos prazos para que o município respeite o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, e esse, com certeza, vai ser o maior foco de atuação do Tribunal em relação aos decretos de calamidade pública", apontou Plínio.

O presidente do TCM ainda ressaltou que os municípios são obrigados por lei neste período a disponibilizar o quanto antes dados sobre os gastos e os materiais adquiridos. Segundo observação do presidente do TCM, "a maioria esmagadora (das prefeituras) está aplicando a transparência pública das despesas realizadas no enfrentamento da pandemia".

MUNICÍPIOS TÊM QUE PRESTAR CONTAS

O presidente do TCM ainda ressaltou que os municípios são obrigados por lei neste período a disponibilizar o quanto antes dados sobre os gastos e os materiais adquiridos



Seoane, sócio da Suarez Materiais de Construção, abriu canais de sua loja no WhatsApp e no Instagram

COVID-19 Em função da pandemia do novo coronavírus, lojistas do segmento estão criando alternativas para fazer negócios por redes sociais e sites

Vendas online de materiais de construção crescem 50%

MADSON SOUZA*

A digitalização de diversos setores e negócios, que antes mostravam um certo receio de sair do tradicional, é uma das principais consequências da pandemia de Covid-19.

De acordo com estudo da Juntos Somos Mais – uma joint-venture, ou seja, um empreendimento conjunto, entre as empresas Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre –, as vendas online do setor de lojas de materiais de construção em maio cresceram 50% se comparado com o mês de fevereiro.

Por meio das redes sociais ou sites, com o objetivo de divulgar os produtos ou finalizar as vendas, o uso dos meios digitais pelo setor parece indicar não ter volta.

Para Geraldo Cordeiro, presidente da Associação dos Comerciantes de Material de Construção da Bahia (Acomac-BA), o comércio online já é uma realidade. Ele conta que as empresas do ramo já estavam se atualizando e que a pandemia acelerou esse processo.

“Caminho irreversível”

“É um caminho irreversível a chegada do digital. As vendas online ainda são uma parcela pequena do total das lojas de materiais de construção, mas é algo que tem crescido”. O presidente da Acomac ainda ressalta que “o e-commerce é uma ne-

cessidade e os proprietários devem estar mais atentos para atender melhor os consumidores”.

Exemplo de empreendedor que passou a olhar para o comércio online devido à pandemia é o de Seoane Suarez, sócio-gerente da Suarez Materiais de Construção. Ele abriu canais de comunicação nas redes sociais do WhatsApp e do Instagram para divulgar seus produtos

“As vendas online ainda são uma parcela pequena do total, mas é algo que tem crescido”

GERALDO CORDEIRO, da Acomac-BA



e realizar vendas. O trabalho de visitas e negociações que antes fazia para pessoas jurídicas passou a ser feito de maneira online.

Com 40% de suas vendas sendo feitas de forma online, Suarez explica a importância do ambiente digital. “É algo que tem crescido muito. As pessoas têm comprado online mais frequentemente. Isso é algo perceptível até pelo meu número de vendas dessa forma, dá para ver que é algo que tem crescido devido à pandemia”.

Mais reformas

A proprietária da Vale Materiais de Construção Liliane Lis aponta que a quarentena também tem influenciado nas vendas do ramo. “Como as pessoas estão mais tempo em casa muitas delas estão se dedicando a coisas que as incomodavam, mas não tinham tempo de mudar. Elas têm investido mais na casa e feito mais reformas, sejam por questão estética, sejam por necessidade”.

Seu negócio teve crescimento de 12% nas vendas desde o início da pandemia, conta a empreendedora. Ela fala que usa diversas redes para comunicar e vender para os clientes, como Facebook, Instagram, e-mail, porém destaca que a mais importante é o WhatsApp. Pelo aplicativo de mensagens, ela diz que conversa com os clientes, faz os or-

çamentos, é definida a forma de pagamento e a compra já é concluída.

Equipe maior

Para a Flávia Chiba, gerente de e-commerce da Ferreira Costa, a pandemia foi um momento de reforço e aceleração no ambiente digital. O site da empresa teve aumento na equipe para lidar com a demanda e ajudar no atendimento dos clientes.

Também foi implementado o WhatsApp como canal de comunicação com os clientes. Ela explica o motivo da aceleração da implantação da rede social.

“No WhatsApp, o cliente fala com o atendimento da loja, que é feito por um vendedor. Isso é importante para que o cliente possa tirar suas dúvidas e entender as questões técnicas dos produtos. Isso é algo que aconteceria numa loja física”, explica Flávia.

A gerente conta que as redes sociais são usadas para comunicação com os clientes, divulgar produtos e os direcionar para o site. Enquanto o site é o espaço em que as compras são realizadas, Flávia aponta que as pessoas estão comprando mais online em todo o mercado e que o site da Ferreira Costa teve desde o início da pandemia o tráfego de 30% de novos usuários.

***SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO**



Liliane, da Vale Materiais de Construção, observa que as pessoas estão fazendo mais pequenas reformas

Veículo: A Tarde	Caderno:
Data: 27/06/2020	Página:

A TARDE

A TARDE

SALVADOR SÁBADO 27/6/2020

ESPECIAL

POLÍTICA Flávio Dino (PCdoB) afirma que consórcio da região foi enganado na compra de respiradores

NORDESTE FOI VÍTIMA DE FRAUDE, DIZ GOVERNADOR DO MARANHÃO

Valter Campanato / Agência Brasil



RODRIGO AGUIAR

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), disse, ontem, que os estados do Nordeste foram “vítimas” no processo de compra de respiradores pagos mas não entregues. “Hoje você tem um quadro mais estável em muitos estados, mas em abril e maio havia um desabastecimento total. Não daria para escolher fornecedor naquele momento, porque não havia tempo. Algumas coisas deram certo, outras deram errado”, declarou Dino, em entrevista ao A TARDE Conecta, transmissão feita pelo Instagram do Grupo A TARDE.

Presidido pelo governador Rui Costa (PT), o Consórcio Nordeste conseguiu rescindir alguns contratos e receber de volta o dinheiro pago por equipamentos não recebidos, mas na maioria dos casos o montante não foi devolvido. O Ministério Público Federal (MPF) já instaurou inquérito civil para investigar eventuais atos de improbidade ad-



ministrativa no contrato firmado pelo consórcio com a empresa Hempcare, alvo da Operação Ragnarock, realizada pela Polícia Civil da Bahia no início de junho.

O contrato previa a aquisição de 300 respiradores, ao custo de R\$ 48,7 milhões. O processo referente à operação foi encaminhado para o

Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por processar e julgar governadores.

Rui Costa

Citado como possível candidato à Presidência da República em 2022, o comunista destacou sua boa relação com Rui e disse que estarão alinhados no pleito.

“Isso é uma realidade. Tenho estima pelo governador Rui, assim como pelo senador Wagner. Estaremos juntos, agora vamos ver em que conjuntura e em que palanque”, completou.

Dino criticou ainda o presidente Jair Bolsonaro, a quem chamou de “anárquico” e classificou como “força

PROGRAMAÇÃO A TARDE CONECTA

27/6 (HOJE):
9h - Corpo em Movimento com o Personal Trainer César Melo

28/6 (AMANHÃ)
17h - Fernando Oberlaender (Editora Caramurê) convida: Escritor Daniel Rebouças sobre a história da Bahia

Flávio Dino disse que situação de emergência dificultou escolha de fornecedor

centrífuga que dissolve a previsibilidade” de que o país necessita.

Segundo o governador do Maranhão, ainda há um risco concreto à democracia. Apesar de um “arrefecimento das ameaças porque as instituições agiram”, isso não significa que o risco deixou de existir.

Veículo: A Tarde	Caderno:
Data: 27/06/2020	Página:

A TARDE

Plataforma digital ajuda a divulgar pequenos negócios locais na Bahia

MARJORIE MOURA

Responsáveis por 52% do emprego formal no país e por 27% do PIB nacional, os pequenos empreendedores ganharam uma ajuda nessa pandemia. Trata-se da plataforma Fique no Lar (<http://www.fiquenolar.ifce.edu.br/#/>), que divulga pequenos negócios e já conta com cerca de três mil empresas nos 75 dias de funcionamento.

O objetivo é formar uma rede de apoio ao comércio local, para que os pequenos

possam se fortalecer neste momento. A implantação da plataforma é uma parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE), de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e o Instituto Federal do Ceará (IFCE) – desenvolvedor do sistema.

“Muitos empreendedores precisaram se reinventar para se adaptar à nova realidade. Acredito que o saldo é positivo, temos cadastros em todos os territórios da Bahia”, afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econô-

mico e presidente do Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).

Vantagens

De acordo com o Sebrae as principais vantagens de apoiar lojistas locais são: a promoção do desenvolvimento social; fazer o dinheiro circular pelo bairro, gerando possibilidade de ganhos para outros negócios já instalados; o consumo local afeta até o trânsito, já que produz menos deslocamentos pela cidade.

Veículo: A Tarde	Caderno:
Data: 27/06/2020	Página:

A TARDE

Saque-aniversário do FGTS já pode ser usado como garantia

AGÊNCIA BRASIL

O saque-aniversário, modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), poderá ser usado como pagamento ou garantia de empréstimos. Ontem os bancos já começaram a operar essa linha de crédito.

Segundo o Ministério da Economia, o trabalhador que estiver com a modalidade de saque-aniversário vigente poderá conceder autorização às instituições com as quais contrate ou pretenda contratar a alienação ou ces-

são fiduciária do seu saque anual para que acessem as informações cadastrais e financeiras de sua conta vinculada relativas a valores do saque-aniversário.

A totalidade do saldo poderá ser dada em garantia, o que permite ao trabalhador conseguir o máximo de financiamento com base no saque-aniversário a que tem direito. Quanto às taxas de juros, será usado o teto do consignado no serviço público.

Essa modalidade de garantia (cessão ou alienação fiduciária em operações de

crédito) foi autorizada pela Resolução 958, de 24 de abril de 2020, do Conselho Curador do FGTS.

Retirada

O saque-aniversário permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do FGTS a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa. O dinheiro poderá ser retirado até dois meses depois do mês de aniversário.

IMOBILIÁRIO

imobiliario@grupotarde.com.br

INTERNET **Leia mais sobre o setor da construção no Portal A TARDE**

www.atarde.com.br/economia

Bruno Aziz



COVID-19 87% das empresas do setor têm a intenção de aumentar aporte

Construção planeja investir mais em tecnologia após a pandemia

MARIANA BAMBERG*

Se existe alguma certeza sobre os impactos da pandemia do novo coronavírus no mercado, ela está relacionada à digitalização e à intensificação da adoção de novas tecnologias. E isso já é comprovado até mesmo nos setores mais tradicionais, como a construção civil. Uma pesquisa realizada pela startup Prospecta Obras – que trabalha mapeando obras em andamento no país – revelou que 87% das empresas do setor têm a intenção de aumentar os investimentos em tecnologia após a pandemia.

Cerca de 53% dos entrevistados disseram que ainda não sabem qual o percentual do faturamento da empresa deve ser destinado a investimentos em tecnologia. Mas 23% apontam que será em torno de 10%, e outros 17% afirmam que pode chegar a 20% do faturamento total da empresa. Ainda segundo a pesquisa, apenas 8% dos entrevistados têm a intenção de reduzir os investimentos em tecnologia após a pandemia. O fundador da Prospecta Obras, Wanderson Leite, acredita que essa minoria faz parte de um grupo de empresários que ainda tem uma visão “antiga e artesanal da construção civil”.

Leite explica que, antes do novo coronavírus, os segmentos da construção civil apresentavam cenários tecnológicos diferentes entre si. No comércio, por exemplo, essa visão artesanal da construção civil ainda mais comum. Segundo o fundador da Prospecta Obras, os primeiros passos, como a criação de sites e estratégias para redes sociais, ainda estavam sendo dados.

“Só quando foi determinado isolamento social e criou-se essa distância entre o consumidor e o lojista que o comércio começou a avaliar a incorporação da tecnologia, deixar de esperar o cliente bater à porta

“A tecnologia tem sido a principal aliada neste momento (de pandemia)”

WANDERSON LEITE, da Prospecta



Divulgação

para se comunicar com ele e entender suas novas necessidades a partir do digital. Fizemos lives, estruturamos uma comunicação, conversamos mais com os clientes. A tecnologia tem sido a principal aliada neste momento”, conta Leite.

Canteiros de obras

Já nas indústrias e canteiros de obras, a maior digitalização – tanto nos processos de gestão como de operação – já era tendência, segundo Alexandre Landim, um dos sócios da construtora Conie Empreendimentos. “Mas as necessidades impostas pela pandemia fizeram com que o uso da tecnologia ficasse em foco, se potencializasse ainda mais”. O estudo da Prospecta Obras comprova isso. A pesquisa revelou que 68% dos entrevistados acreditam que os investimentos em tecnologia tornaram-se ainda mais importantes neste momento de pandemia.

“A venda digital superou todas as expectativas. Ferramentas digitais permitiram que o cliente visitasse nossos empreendimentos, ti-

vesse atendimento online e, por fim, até assinasse o contrato de compra eletronicamente. A gestão das obras também foram impactadas, reuniões de coordenação de projetos puderam ser feitas por videoconferência e foi intensificado o compartilhamento de informações por vias digitais”, conta.

A tecnologia foi usada até mesmo para a entrega de um novo empreendimento. Foi o que aconteceu com o Singulare Iguatemi, da construtora e incorporadora Moura Dubeux. Em teleconferência, os novos 116 condôminos puderam votar para síndico, subsíndico e conselho fiscal e tirar dúvidas. E, para matar a curiosidade, os condôminos, que poderão futuramente realizar a vistoria, receberam também vídeos de apresentação das áreas comuns do empreendimento e um aplicativo para o *checklist* de cada ambiente. Segundo a gerente de marketing da construtora, Eduarda Dubeux, a iniciativa ajudou a cumprir os prazos.

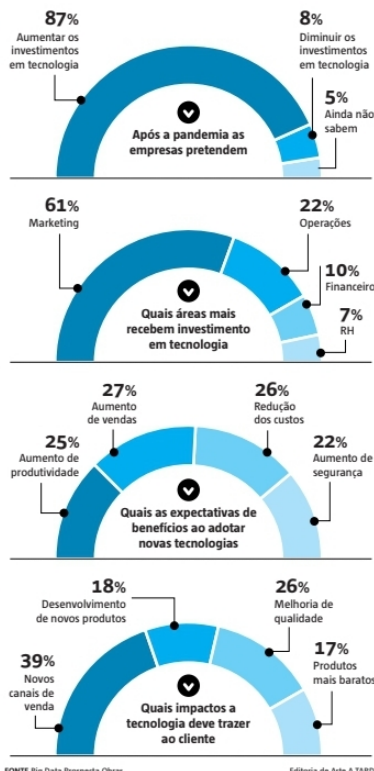
“Neste momento de pandemia tivemos que aprender a utilizar ainda mais a tecnologia e em todas as áreas. Nas vendas nós já utilizávamos, na gestão e agora até nas entregas. Temos atrás nós nunca imaginávamos uma entrega 100% online, porque é um momento de receber o condômino. Tudo isso nos trouxe outras formas de fazer as coisas”, conta Dubeux.

Já nas áreas de gestão e projetos, o diretor de relações institucionais do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), Carlos Henrique Passos, acredita que outra tendência é digitalização de contratos e documentos, prática que já era realidade mas se fortaleceu ainda mais durante a pandemia, “primeiro porque facilita o trabalho em *home office* e depois porque o papel pode ser um transmissor do vírus”.

Outra tendência que foi,

PERSPECTIVAS

Impactos da pandemia na adoção de novas tecnologias pela indústria da construção civil



FONTE: Big Data Prospecta Obras

Editoria de Arte A TARDE

segundo Passos, intensificada pelo distanciamento social recomendado está relacionada ao uso de plataformas para captação e gerenciamento da relação com clientes. Na Prima Empreendimentos, por exemplo, essas foram as principais tecnologias incorporadas às operações neste período de pandemia.

O diretor comercial da construtora, Franklin Mira, conta que foi adotada tecnologia de Big Data, que fornece informações que contribuem “para planejar investimento mais preciso em divulgação de serviços e produtos” – na pesquisa da Prospecta Obras o Big Data é considerado a segunda tecnologia mais promissora no setor, com 33% dos votos, atrás apenas de ferramentas de inteligência artificial e robótica (37%). A Prima passou a adotar também sistemas “mais robustos”, que permitem aferir os investimentos em marketing digital e acompanhar os processos de vendas, “desde a intenção de adquirir um imóvel até o pós-venda”.

“Assim que estamos vivendo antecipou e promoveu o início de novos projetos de tecnologia digital. E o objetivo é continuar investindo e aperfeiçoando todas as ferramentas já implementadas, e as novas que foram adquiridas serão ainda mais reforçadas”, revela Mira.

O diretor de relações institucionais do Sinduscon-BA acredita que a tecnologia, seja aplicada na gestão, marketing, obras ou entregas, pode melhorar a qualidade do serviço, garantir segurança a profissionais, contribuir para evitar desperdícios e ajudar no cumprimento dos prazos. Mas ele alerta que “é preciso fazer com que o produto final caiba no bolso do cliente, ainda mais nos pós-pandemia, quando o poder de compra do consumidor vai diminuir”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Nas indústrias da construção e canteiros de obras, a maior digitalização já era tendência

53% dos entrevistados disseram que ainda não sabem qual o percentual do faturamento deve ser destinado a investimentos em tecnologia

Prazo para declaração do Imposto de Renda termina amanhã

RECEITA FEDERAL O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF) de 2020, ano base 2019, termina amanhã. Até a última sexta-feira, pouco mais de 25,111 milhões de declarações foram recebidas pelos sistemas da Receita Federal. O Fisco espera receber este ano um total de 32 milhões de declarações.

Inicialmente, a data limite para o envio do documento era 30 de abril, mas o prazo foi prorrogado em razão da pandemia. O contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo fica sujeito a multa, que varia de R\$ 165,74 a até 20% do imposto devido.

Contribuinte que entregar a declaração fora do prazo paga uma multa de R\$ 165,74

Devem fazer a declaração todos que, em 2019, tiveram renda tributável superior a R\$ 28.559,70 ou renda isenta não tributada ou tributada na fonte acima de R\$ 40 mil. Aqueles que tiveram ganho de capital no ano passado (com operações na Bolsa de Valores ou na venda de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto, por exemplo) também devem declarar.

Em relação à atividade rural, quem obteve renda bruta anual superior a R\$ 142.798,50 com produção agrícola em 2019 ou que busque compensar prejuízos de anos-calendários anteriores também deve prestar contas à Receita. Quem passou a ser residente no Brasil em 2019 ou que tinha, em 31 de dezembro, bens acima de R\$ 300 mil, também são obrigados a declarar.

Não há teto para dedução de gastos com saúde. Para gastos com educação, o li-

mite de dedução é de R\$ 3.561,50. No caso de dependentes, o limite de abatimento é de R\$ 2.275,08.

Há três formas de fazer a declaração. Pelo computador, o contribuinte tem acesso ao PGD (Programa Gerador de Declaração) 2020, disponível no site da Receita, ou pelo serviço "Meu Imposto de Renda", disponível no Portal e-CAC. É possível declarar pelo aplicativo "Meu Imposto de Renda" via dispositivos móveis (como celulares e tablets).

O primeiro lote de restituições foi pago no final de maio para quem já entregou a declaração. O segundo lote começa a ser pago também amanhã - o maior lote de restituições da história, com R\$ 5,7 bilhões pagos a cerca de 3,3 milhões de contribuintes. O cronograma de pagamento das restituições vai até 30 de setembro.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 29/06/2020	Página:

Correio*

ANGRA 2 BATE RECORDE DE PRODUÇÃO

ENERGIA A Usina Nuclear Angra 2 atingiu um marco histórico. A unidade que entrou em operação comercial em 2001 alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh, no dia 19 deste mês. O recorde ocorreu três dias antes de a Eletronuclear iniciar, na última segunda-feira (22), parada de reabastecimento de combustível de Angra 2, com redução do número de ativi-

dades e de profissionais envolvidos, em função da pandemia do novo coronavírus.

A usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua. Para o diretor de Operação e Comercialização da Eletronuclear, João Carlos da Cunha Bastos, esse desempenho pode ser atribuído à qualidade do projeto e ao rigoroso trabalho das áreas de operação e manutenção.

Donaldson Gomes

REPORTAGEM

@donaldsongomes

O Polo Industrial de Camaçari é responsável por R\$ 1 em cada R\$ 5 em riquezas produzidas pela indústria baiana. De lá saem quase 30% de tudo o que a Bahia exporta e aproximadamente 10% da arrecadação estadual. Mas além do papel econômico que vem desempenhando há 42 anos, o maior complexo industrial da América Latina vem cumprindo uma missão imprescindível no combate ao avanço da pandemia do novo coronavírus.

Se nas últimas quatro décadas a capacidade instalada capaz de produzir 12 milhões de toneladas/ano de produtos químicos e petroquímicos funcionou como motor para impulsionar a economia baiana, mesmo em meio à retração causada pelo isolamento o centro industrial continua a exercer o seu papel. De lá saem produtos fundamentais para produção de medicamentos, materiais de higiene, embalagens para medicamentos, entre outros produtos, no momento em que o fechamento de fronteiras escancarou a importância de uma indústria forte.

Mauro Pereira, superintendente do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari, destaca o papel indutor de desenvolvimento que o Polo de Camaçari exerce há 42 anos, através da sua geração de empregos e de riquezas. Além disso, ele ressalta o papel da área industrial como indutora de desenvolvimento e lembra que houve um significativo processo de diversificação no outrora polo petroquímico e agora reconhecido como polo industrial.

Ele lembra que o Polo de Camaçari se manteve pujante, mesmo diante de um cenário desfavorável para o conjunto da indústria brasileira. Para Mauro Pereira, o momento atual é bastante propício para discutir a importância do setor para o país. "Neste momento, em que o mundo inteiro busca toda a parte de fármacos, remédios de modo geral, nos deparamos com um grau muito elevado de dependência externa. Até os princípios ativos, em muitos casos vem de fora", lembra. "Não dá para aceitar um grau de dependência tão grande", diz.

Mauro Pereira destaca o potencial que o polo tem para fabricar na Bahia uma série de produtos que hoje são importados. Em Camaçari são produzidas matérias-primas e produtos para as indústrias farmacêuticas, de higiene e limpeza, embalagens e equipamentos de proteção. Mas lembra que a contribuição poderia ser ainda maior.

COMPETITIVIDADE

O superintendente do Cofic destaca que o Polo de Cama-



VANER CASAE / AG BAPRESS

Polo: essencial há 42 anos

Indústria Complexo em Camaçari responde por 22% do total de riquezas da indústria baiana

çari continua a ser importante para a atração de investimentos para o estado. Entre os atrativos, ele destaca o sistema ambiental integrado, gerido pela Cetrel. "Se uma empresa se instala em um outro complexo industrial, ela precisa se preocupar com a montagem de uma estrutura própria para a gestão de seus resíduos, enquanto o Polo oferece isso como um diferencial e um grande atrativo para a indústria que se instala em Camaçari", diz.

Além disso, um outro destaque está na integração das cadeias de produção. Camaçari tem o maior complexo petroquímico industrial integrado da América do Sul. O processo se inicia com o refino do petróleo, na Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde. No Polo, estão disponíveis matérias-primas de primeira e segunda geração petroquímicas, o que garante facilidades para diversas atividades in-

90 empresas estão instaladas no Polo de Camaçari atualmente, diz a SDE

16 bilhões de dólares é o total de recursos investidos no Polo desde a sua fundação

15 bilhões de dólares é o quanto faturam anualmente as empresas instaladas

dustriais. O superintendente do Cofic acredita que o aproveitamento do potencial que o Polo de Camaçari ainda tem para crescer depende do investimento nas melhorias das condições de infraestrutura.

Marconi Oliveira, conselheiro da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), acredita que o Polo de Camaçari tem todas as condições de se destacar na retomada da economia brasileira pós-pandemia. Para ele, isso trará benefícios econômicos para todo o país.

"Eu acredito que as economias de todo mundo devem se fechar um pouco e que nós também vamos nos fechar aqui no Brasil. O modelo de globalização foi impactado pela pandemia", avalia Oliveira. Ele acredita que haverá uma busca por uma menor dependência externa.

"Camaçari em particular e a Bahia de modo geral têm que aproveitar esse momento. Existem plantas paradas,

Polo é o maior complexo industrial da América Sul e um dos maiores da cadeia petroquímica mundial

mas já tem toda uma estrutura pronta, licenciamento ambiental de um Polo e o domínio das funções necessárias para uma operação desta natureza", enumera.

Para Marcone Oliveira, a pandemia já provocou uma série de alterações em processos que aconteceriam mais lentamente em condições normais. Além disso, ele lembra que o atual patamar de preços do petróleo é favorável para a indústria petroquímica. "Toda vez que há uma queda nos custos da matéria-prima, você ganha em competitividade", diz. "Nós temos um dos maiores polos industriais da América Latina. Nasceu com visão exclusivamente petroquímica e se tornou mais amplo".

Mesmo com os investimentos da empresa em outros lugares do Brasil e do mundo, Camaçari continua ser a sede do maior complexo da Braskem. O diretor industrial da empresa, Carlos Alfano, lembra que os produtos fabricados em Camaçari são essenciais para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. "Quando a gente olha as nossas operações, são cinco unidades industriais que produzem matérias-primas essenciais para a fabricação de embalagens, produtos de limpeza e até medicamentos", destaca.

Alfano destaca os investimentos da Braskem na modernização e ampliação da sua operação em Camaçari, como o projeto Orion, que permite flexibilização em relação à matéria-prima.

BREVE HISTÓRIA DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI

● DÉCADA DE 50

1950 Entrada em Operação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe.

● DÉCADA DE 60

1966 Criação da Companhia Petroquímica do Nordeste/Copene, dando início à construção do Complexo Básico.

● DÉCADA DE 70

1972 Início da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari.

1975 Inauguração do Porto de Aratu, estratégico para escoamento da produção do Polo.

1978 Início de Operação do Polo Petroquímico de Camaçari.

● DÉCADA DE 90

– Ampliação da Refinaria Landulpho Alves e da Copene

– Adensamento de cadeias produtivas do Polo, como reflexo da política de atração de novos investimentos.

● DÉCADA DE 2000

2001 Implantação do segmento automotivo no Polo com o início de operação da Ford. Neste período, o complexo, até então petroquímico, passa a ser denominado Polo Industrial de Camaçari.

2002 Criação da Braskem.

2006 Inauguração da Fábrica de Pneus da Continental (a primeira do Grupo no Brasil).

2007 Inauguração da fábrica de pneus da Bridgestone (a segunda fábrica do grupo no Brasil).

2009 Transferência da matriz da Paranapanema para Camaçari e a incorporação da Caraliba Metais pela empresa.

● DÉCADA DE 2010

2011 Início de implantação do segmento eólico com a inauguração da Gamesa e Alston, as primeiras fábricas de Aerogeradores na Bahia.

2012 Fechamento da unidade da Dow, levando ao fechamento das duas unidades da Dupont

2013 Início da implantação do Complexo Acrílico pela Basf, inauguração da nova Unidade ITF Chemical (Fármacos). O novo Plano Diretor do Polo é lançado.

2013 Inauguração da Kimberly-Clark

2014 Inauguração da Fábrica de Motores da Ford (a primeira no tipo na região Nordeste).

2014 Inauguração da fábrica do Grupo Boticário

2015 Inauguração da nova fábrica da Basf e o início da operação do Complexo Acrílico.

2016 Fechamento da Cooperar

2016 Fechamento das Tubos Tigre

2017 Aquisição da antiga unidade da Dow pela Formitex, com projeto de reabrir as unidades da Dupont.

2018 Interrupção das atividades da Fafen.

2019 Arrendamento da Fafen pela Unigel.

2019 Inauguração da Flopam, fábrica de insumos para tratamento de água e auxiliares para a produção de petróleo

2020 Inauguração do Cimtec Park, mais importante complexo de tecnologia e inovação do Brasil.

Projeto mudou economia de toda a Bahia

Há 42 anos, o Polo Industrial de Camaçari vem moldando a economia baiana. A influência do complexo industrial projetado inicialmente para fornecer matérias-primas químicas e petroquímicas foi além do gigantesco impacto econômico. O empresário Roberto Flamengui, presidente do Sinpeq, sindicato que representa a indústria química e petroquímica, conta que o gigante industrial na Região Metropolitana de Salvador (RMS) influenciou as mais diversas áreas da economia e da sociedade baiana.

“A existência do Polo trouxe uma série de oportunidades diretamente ligadas ao empreendimento, mas não só isso. O setor de serviços se desenvolveu muito na Bahia e além disso, os baianos passaram a sonhar em trabalhar lá em Camaçari, o que estimulou a busca por formação profissional”, lembra Flamengui, que chegou à Bahia dois anos antes do início da operação do polo.

“O polo trouxe muita tecnologia de ponta. Para trabalhar lá, as pessoas precisavam de conhecimento e isso levou a uma evolução na área educacional no estado tão importante quanto o impacto econômico que o empreendimento teve e tem até hoje”, analisa.

“A produção no segmento químico/petroquímico atende a mais da metade das necessidades do país. Além disso, os investimentos sociais das empresas do Polo são superiores a R\$ 13 milhões/ano”, destaca o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão.

“O complexo emprega um total de 45 mil pessoas, sendo 15 mil empregos diretos e 30 mil por meio de empresas contratadas”, ressalta o vice-governador João Leão, lembrando que a média salarial é de R\$ 4 mil per capita no segmento químico e petroquímico do país.

Empresário do setor de alimentação, Ademar Lemos Júnior, diretor do Grupo LemosPassos, ressalta a importância do polo para o setor de serviços, “cumprindo o importante papel de contribuir com o avanço econômico e social da Bahia, gerando renda, emprego e investindo para o aumento da produtividade das empresas que ali estão presentes”. Segundo ele, o grupo tem investido em tecnologia para atender à demanda das empresas instaladas lá.

Empresas evoluem nas boas práticas ambientais

As empresas do Polo Industrial de Camaçari testaram e participaram de uma profunda revolução na maneira de produzir bens necessários ao dia a dia do homem moderno. “Saímos de uma realidade, no início dos anos 70, em que a noção de impacto ambiental era algo restrito a uma reduzida parcela de cientistas, e atingimos uma era em que toda a sociedade concorda que não é mais possível pensar o mundo sem levar em consideração questões como tecnologia limpa, sustentabilidade e economia circular”, destaca Mario André Bernardo, gerente de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade da Tronox.

Entre 2013 e 2018 a Tronox investiu cerca de R\$ 47 milhões em novas tecnologias e procedimentos para garantir a melhoria contínua do desempenho ambiental.

“A história do polo coincide e acompanha a própria história do surgimento e desenvolvimento da conscientização ambiental. No início, eram apenas ideias discutidas em conferências internacionais”, lembra. Aos poucos, as discussões foram estimulando a criação de legislações ambientais, que obrigaram empresas de todos os setores a pensarem numa forma diferente de produzir, lembra.

O passo seguinte foi a criação de novas tecnologias. Ele destaca a importância da pressão social feita pela sociedade no processo de mudanças. Atualmente, a



● Proteção ambiental deixou de ser percebida como custo pelas empresas, e passou a ser vista como investimento

Mario André Bernardo
Gerente de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade da Tronox

indústria química e petroquímica brasileira é regulada por uma das legislações mais rígidas do mundo. “Empresas que têm o nível de governança corporativa maduro, tais como as instaladas no polo de Camaçari, muitas vezes vão além do que pede a legislação e buscam padrões ainda mais altos de sustentabilidade”, pondera.

A Tronox é uma das líderes globais na produção de pigmentos de dióxido de titânio.

Mário André acredita que a legislação cumpre seu papel de estabelecer padrões ótimos para garantir a saúde das pessoas e a proteção ambiental, “mas as empresas mais maduras procuram dar um passo ainda maior”.

Gestão integrada promove redução de custos

A lógica de um condomínio, onde os integrantes dividem os custos comuns e com isso economizam é um dos grandes atrativos do Polo Industrial de Camaçari. Quem opera lá encontra a possibilidade exclusiva de uma licença ambiental coletiva, além de uma estrutura centralizada para a gestão de resíduos.

Eduardo Fontoura, gerente de gerenciamento ambiental da Cetrel, conta que além de representar uma economia de custos para as empresas, o modelo de atuação em Camaçari garante ganhos de sustentabilidade que são positivos para toda a sociedade.

Segundo ele, desde a fundação do polo, há uma busca pela otimização dos recursos ambientais. Um pequeno exemplo disso é que 2014 a 2018, houve uma redução de

27% na emissão de SO₂, produto químico que é gerado a partir da queima de combustíveis utilizados nos transportes.

Outro destaque está na economia dos recursos hídricos. No mesmo período, houve uma redução no consumo de água da ordem de 7%. Fontoura estima que num horizonte de 15 anos a redução no consumo é superior a 15%.

“O Polo já nasce com uma visão de vanguarda, diferente de outras áreas industriais, com modelo integrado, inclusive na questão ambiental”, destaca Fontoura. “Nenhum outro lugar do país tem essa gestão integrada. São mais de 50 unidades industriais. A influência que essas empresas tem é analisada de maneira conjunta. Imagina se tivesse que fazer individualmente”, destacou.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 27 e 28/06/2020	Página:

Correio*

24H ECONOMIA

Caixa paga 3ª parcela do auxílio emergencial

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal começa a pagar neste sábado (27) a terceira parcela do Auxílio Emergencial para os beneficiários que não são do Bolsa Família. Os primeiros a receber serão 4,9 milhões de trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro, e que receberam a primeira parcela do auxílio até 30 de abril.

Também será creditada a segunda parcela do benefício para 1,4 milhão de trabalhadores, também nascidos em janeiro e fevereiro, que fizeram parte do segundo lote de aprovados (que receberam a primeira parcela entre os dias 16 e 29 de maio).

A Caixa paga ainda o benefício a outros 200 mil trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro que fazem parte do quarto lote de aprovados. Neste caso, o pagamento é da primeira parcela.

O calendário foi publicado anteontem (25) em edição extra do Diário Oficial da União e

4,9 milhões de trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro receberão 3ª parcela do auxílio a partir deste sábado (27)

detalhado nessa sexta-feira (26) pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, em entrevista virtual. Como os pagamentos são digitais, o banco não abrirá as agências.

Beneficiários do lote 1, que receberam a primeira parcela até o dia 30 de abril, receberão neste sábado o crédito da terceira parcela. Serão mais de R\$ 19,7 bilhões para 31 milhões de pessoas. Também será feito o pagamento da segunda parcela para 8,7 milhões de beneficiários do lote 2, aqueles que receberam a primeira parcela entre 16 e 29 de maio, que receberão um montante de R\$ 5,5 bilhões. A partir deste domingo (28), a Caixa também creditará a primeira parcela para 1,1 milhão de beneficiários do lote 4, que receberão cerca de R\$ 700 milhões.

Todos os beneficiários vão receber o dinheiro em uma conta digital, mesmo aqueles que indicaram conta de outro banco no cadastro. O presidente da Caixa destacou que a prioridade do banco é manter o atendimento digital, de

forma a evitar aglomerações de pessoas nos pontos de atendimento, seguindo os protocolos de prevenção do período de pandemia.

Os beneficiários poderão utilizar os recursos por meio do cartão de débito virtual, disponibilizado no aplicativo Caixa Tem, para compras pela internet ou por meio de maquininhas em lojas físicas. Também é possível realizar o pagamento de boletos e de contas de água, luz, gás e telefone. "Há um uso crescente e intenso de um desses quatro meios, 40% das pessoas já estão realizando compras dessa maneira", disse Guimarães.

Para aqueles que quiserem realizar o saque em dinheiro, o calendário de pagamento vai de 18 de julho a 19 de setembro, também de acordo com o mês de nascimento. Nas respectivas datas, havendo saldo remanescente na poupança digital, o valor será transferido automaticamente para a conta que o beneficiário indicou no cadastro, sendo da Caixa ou conta em outro banco.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS VOLTAM A SUBIR

ENERGIA Os preços dos combustíveis nos postos voltaram a subir nesta semana, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis divulgados nessa sexta-feira (26). Segundo levantamento semanal da agência, o valor médio do litro da gasolina ao consumidor subiu 0,9%, a R\$ 4,022, para o maior patamar desde 18 de abril. O preço do litro do diesel avançou 0,95%, para R\$ 3,077. Já o litro do etanol teve alta de 1,04%, para R\$ 2,709 o litro.

GOVERNO AUTORIZA NOVA LOTERIA

JOGO A Caixa Econômica Federal foi autorizada pelo governo a lançar um novo produto lotérico, chamado Supersete. O aval foi publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União. Segundo a portaria, o jogo consiste na indicação de conjunto finito de prognósticos sobre dez algarismos organizados verticalmente em sete colunas. A aposta mínima será de um número por coluna totalizando sete prognósticos. Os sorteios serão realizados semanalmente.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 27 e 28/06/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



NOVO MARCO ABRE ESPAÇO
PARA CORRIGIR O ATRASO NO
SETOR DE SANEAMENTO

A grande chance do saneamento

Imagine, apenas imagine, que o Brasil tivesse água tratada chegando na casa de todos os brasileiros. Hoje uma população do tamanho da do Canadá não tem serviço de água no Brasil e, portanto, não pode seguir o primeiro protocolo para o combate à pandemia. Outros milhões têm um fornecimento intermitente. Imagine que o Brasil tivesse coleta e tratamento de esgoto. O país teria poupado milhares de vida nessa pandemia.

Nesse momento em que notícias boas são raras, é preciso comemorar o passo dado no saneamento. Ele não garante nada, esqueça os números sempre bilionários que aparecem na economia. Mas o fato é que o novo marco do saneamento estabeleceu datas. Daqui a 13 anos, ou 20, as empresas que prestam serviço terão

que entregar a universalização. No meio do caminho haverá metas intermediárias. E a ANA, a agência das águas, será a reguladora-mor.

"Não tem país com esse potencial, acho que só a Índia, mas ela está muito atrasada. As grandes companhias, Suez, Eólia, Águas de Barcelona, não têm para onde ir. Todo mundo está de olho no Brasil. Hoje eu recebi um japonês no escritório. A primeira pergunta que fazem é: e se o novo prefeito não quiser ou o governador tirar o contrato. No novo marco fica mais difícil essa instabilidade. O Brasil é uma jabuticaba, tem 52 agências reguladoras, mas agora haverá uma coordenação federal. A ANA vai criar normas para as agências", diz Edison Carlos, presidente do Trata Brasil.

Hoje só 6% das empresas

são privadas, o resto é estatal e 75% são estaduais. O Brasil já viu o suficiente para saber que não é porque a companhia é privada que é boa. Nem para achar que a empresa estatal é justa. Conhece a Cedeae e a sua geossmina. Viu que a Odebrecht Ambiental teve que ser vendida, depois de escândalos. A subsidiária da Galvão também caiu na Lava-Jato. O que é importante é haver estímulo à competição, transparência, metas de desempenho, e data para que o Brasil saia da idade média em termos de saneamento.

O novo marco deve muito ao trabalho do senador Tasso Jereissatti, que vem há alguns anos tentando desfazer o ciclo de Medidas Provisórias que caducam ou projetos de lei que precisam ser negociados. O projeto final acabou tendo

que fazer concessão para ser votado. Uma delas: as atuais empresas podem renovar os contratos por 30 anos. Só que terão que provar que conseguem chegar nas metas estabelecidas. Edison Carlos, que está nessa estrada há muito tempo, disse que nunca viu um ministro da Economia tão empenhado nesse assunto quanto Paulo Guedes. O primeiro movimento para sair da inércia em que estava o setor foi dado no governo Temer, mas agora é que se conseguiu aprovar.

"Nas regras atuais o prefeito já podia fazer licitação, mas é quase caso a caso. O prefeito precisa estar incomodado com a empresa operadora do município, chamar outra empresa para fazer uma análise, abrir processo de licitação. O setor privado nunca conseguiu ganhar escala. Niterói, Piracicaba, Limeira, Campos, Campo Grande, umas cidades em torno de Porto Alegre, estão com empresas privadas. Em geral, o prefeito não quer brigar com o governador, e a estatal vai ficando", diz Edison Carlos.

Agora haverá um incentivo maior para a competição, as regras estão mais claras, os municípios se reúnem em consórcios e a empresa concessionária

terá que provar que tem meios de chegar aos seus objetivos. Se tudo der certo, será um estímulo econômico enorme.

"Movimenta as indústrias de plástico, aço, cimento, equipamentos, produto químico, engenharia, consultoria de arquitetura, tudo se movimenta na economia quando o país investe em saneamento", explica.

Quando se diz que o Brasil "tem potencial" nessa área é porque nosso atraso é tão grande que há muito a fazer. Isso pode ser uma das molas da retomada pós-pandemia. Mas o grande capital não financia país onde há incerteza regulatória, agora já há um marco. Não é só isso. É preciso ter estabilidade política. E pelas regras de conformidade muitos fundos só investem em países que respeitam o meio ambiente.

Imagina um país em que o presidente ameaça a suprema corte e dá avisos enigmáticos de que "está chegando a hora". Imagina um país em que o ministro do Meio Ambiente propõe aproveitar a pandemia para driblar a lei ambiental. Foi esse recado que foi enviado essa semana às embaixadas pelos fundos de investimento. Um país só pode ser moderno por inteiro. Não existe progresso pela metade.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 27 e 28/06/2020	Página:

Correio*

Menos da metade dos respiradores comprados é entregue

ESTADOS Levantamento feito pelo site G1 diz que apenas 44% dos respiradores comprados pelos Estados brasileiros por conta da pandemia do novo coronavírus foi entregue. Os estados compraram 6.998 respiradores pulmonares, mas receberam apenas 3.088 até o momento. O levantamento inclui 26 estados e o Distrito Federal.

As informações oficiais foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação e com as assessorias das secretarias estaduais da Saúde. Segundo o G1, os dados são os mais atualizados disponíveis, referentes ao fim do mês de junho. O levantamento do G1 mostra ainda que, na maioria dos estados, a compra de respiradores é apurada pelo Ministério Público de Contas.

A Bahia é um dos cinco estados receberam todos os respiradores comprados, ao lado de Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Segundo o G1, o Estadual adquiriu 219 respiradores. No entanto, vale lembrar que a Bahia comprou 60 respiradores da empresa HempCare via Consórcio Nordeste, que não foram entregues, o que desencadeou a operação Rangnarok, da Polícia Civil. O Ministério Público Federal investiga a compra.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 27 e 28/06/2020	Página: 05

Tribuna

Estados compram 7 mil respiradores, mas menos da metade foi entregue

G1

Os estados compraram 6.998 respiradores pulmonares durante a pandemia de Covid-19, mas apenas 3.088 foram entregues até o momento – o que equivale a menos da metade dos equipamentos (44%).

É o que mostra um levantamento feito pelo G1 com base em dados coletados nos 26 estados do país e no Distrito Federal.

As informações oficiais foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação e com as assessorias das secretarias estaduais da Saúde. Os dados são os mais atualizados disponíveis, referentes ao fim do mês de junho.

O respirador é considerado importante para pacientes em estado grave da Covid-19, quando há insuficiência respiratória. O aparelho tem a função de poupar o esforço de respirar. Em alguns casos, os pacientes chegam a ficar duas semanas na UTI fazendo uso do respirador. Sem esse equipamento em número suficiente, médicos relatam que são obrigados a escolher qual paciente terá mais chances de sobreviver.

Brito: ‘Ser incluído no Cadin nesta situação é morte civil’

DA REDAÇÃO

O vereador Edvaldo Brito (PSD) se disse indignado pela forma como o soteropolitano vem sendo tratado pela prefeitura de Salvador. Na contramão de outras cidades, estados e até do governo federal, a prefeitura continua cobrando os impostos e taxas municipais e não apresenta nenhuma alternativa para o cidadão que está com problemas financeiros, que viu sua renda desaparecer, tudo por conta da pandemia, em que não se está trabalhando. Em abril, Brito apresentou projeto de lei adiando o pagamento dos impostos e taxas municipais, como IPTU, ISS e TFF, que foi rejeitado pela banca de vereadores do prefeito.

Ele mudou alguns pontos e reapresentou o projeto, assinado com mais 10 colegas, mas, este continua,

ainda, na Comissão de Constituição e Justiça, sem sequer ter um relator.

Em seguida, o vereadora apresentou projeto de lei propondo moratória para que o contribuinte tenha adiados os pagamentos enquanto durar a pandemia, e depois será feita uma avaliação para ver como esses débitos serão escalonados, sem multa ou correção.

“É muita falta de sensibilidade, num momento como esse quando temos de dar as mãos, um ajudando o outro, a prefeitura de Salvador só pensa em arrecadar”, diz o edil. Edvaldo Brito deu entrada agora em mais um projeto de lei, visando à proteção do soteropolitano. Dessa vez, o PL 146/20, que determina que nenhum cidadão possa ter seu nome colocado no Cadastro Municipal de Inadimplentes por conta de impostos não pagos durante a pandemia.

Tribuna

Gilmar suspende processos sobre correção de débitos

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o julgamento de todos os processos em tramitação na Justiça trabalhista que discutem qual é o índice de correção a ser aplicado nos débitos trabalhistas, se a Taxa Referencial (TR) ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A decisão atende a pedido liminar apresentado pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), que busca declarar no STF a constitucionalidade da aplicação da TR para esses casos, regra definida pela reforma trabalhista de 2017.

Até que a Suprema Cor-

te possa analisar essa solicitação, o ministro resolveu interromper temporariamente os processos que discutem a controvérsia. Isso porque, alegou a Consif ao STF, juízes e tribunais têm resistido a aplicar a TR para atualização dos débitos, e optado pelo IPCA, que resulta em valores maiores a serem pagos. Enquanto a TR está em 0%, o IPCA-E (acumulado trimestral do IPCA-15) fechou em 1,92% no acumulado de 12 meses.

No pedido, a Consif afirma que no contexto atual de pandemia se destaca o "enriquecimento sem causa que a aplicação do IPCA + 12% a.a. gerará para o credor trabalhista, na medida do endividamento, também



sem causa, do devedor trabalhista". Participante da ação, a CNI afirmou ao STF que a adoção do IPCA-E em substituição à TR terá desdobramentos e repercussões extremas sobre as finanças das empresas, "já

GILMAR MENDES suspendeu o julgamento de todos os processos em tramitação na Justiça trabalhista que discutem qual é o índice de correção a ser aplicado nos débitos trabalhistas

combalidas com a crise advinda da pandemia da covid-19". Outro ponto de agravamento foi a formação de maioria no pleno do TST pela inconstitucionalidade da TR na correção de dívidas trabalhistas.

Tribuna

BNDES prevê 3 leilões no setor de saneamento

DARLAN ALVARENGA
G1

Mesmo com as incertezas relacionadas à economia em razão da pandemia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantém a previsão de realizar até o final do ano 3 leilões desestatização no setor de saneamento: as concessões de água e esgoto em Alagoas e Rio de Janeiro, e a PPP (parceria público-privada) na cidade de Cariacica (ES).

Os 3 leilões fazem parte da carteira de 8 projetos que entrarão no programa de concessão de companhias de água e esgoto, lançado em 2016 pelo BNDES, no então governo de Michel Temer. A princípio, 18 estados aderiram, mas alguns desistiram e, até o momento, apenas 8 projetos em 7 estados estão sendo estruturados pelo banco estatal, e nenhum leilão foi feito até hoje. Se os 8 projetos saírem do papel, a previsão é de R\$ 50 bilhões de investimento ao longo de 35 anos de concessão nas áreas que forem concedidas à iniciativa privada. Veja ao término desta reportagem o cronograma e detalhes dos projetos.

Os leilões da concessão na região metropolitana de Maceió e da cidade de Cariacica estão previstos para o 3º trimestre. Já a concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) é aguardada para o 4º trimestre.

Apesar do dólar mais caro, mais brasileiros investem no exterior

FERNANDA GUIMARÃES,
O ESTADO DE S. PAULO

Em dezembro do ano passado, milhares de investidores brasileiros fizeram, pela primeira vez, um investimento no exterior. A intenção, contudo, não era diversificação, mas sim participar da oferta inicial de ações (IPO, pelas iniciais do inglês) da XP Investimentos, que abriu seu capital fora do Brasil, na Bolsa norte-americana Nasdaq.

A corretora Avenue Securities, criada para facilitar o investimento direto do brasileiro na Bolsa americana, registrou naquele mês a abertura de 11 mil contas - o melhor período até ali. Em maio, já durante a pandemia de covid-19, um novo recorde: 24 mil novos clientes.

Mesmo com o salto do dólar corroendo o valor da moeda brasileira neste ano, o que afeta a rentabilidade futura do investimento no exterior, o investidor brasileiro começou a diversificar sua carteira, com opções no exterior, o que antes era concentrado em grandes investidores. Na Avenue são hoje 100 mil contas abertas.

O número de cotistas de fundos com classificação de "investimento no exterior", conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), ainda é tímido: cerca de 88 mil em março, 10 mil a mais do que no início do ano passado.

No País, os fundos que investem nos chamados BDRs - os Brazilian Depositary Receipts, que são os recibos de ações

negociados no Brasil com lastro em valores mobiliários emitidos por companhias estrangeiras - hoje podem ser apenas adquiridos por investidores qualificados, que são aqueles com mais de R\$ 1 milhão investidos.

No entanto, o assunto está na mesa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que caminha para alterar a regulação e liberar a compra desses papéis por investidores do varejo. O passo vem sendo, há tempos, defendido pelo mercado, já que dará acesso à diversificação para investidores com aplicações menores.

O estrategista-chefe da Avenue, William Alves, comenta que os investimentos no exterior sempre fizeram parte dos portfólios de grandes investidores, mas era algo não acessível ao varejo, grupo de investidores que vem crescendo exponencialmente no Brasil em tempos de juros baixos. "Agora, o que mudou, foi a pessoa física querendo também ter acesso ao exterior diante da queda de juros."

A queda de juros no Brasil, com o País alcançando o juro real zero, tornou muito mais difícil a busca por investimentos com mais retorno, o que vem mudando a dinâmica do mercado brasileiro, com poupadores revisando seus portfólios, muitas vezes pouco diversificados e com muita exposição à renda fixa, especialmente em títulos do governo.

O olhar ao mercado externo, além do componente de diversificação, tem crescido com a performance dos mercados nos Estados Uni-

dos, com a Nasdaq, por exemplo, tendo batido recorde nesta semana.

Para aqueles que preferem investir por meio de fundos no Brasil que investem no exterior, o número de opções das prateleiras das plataformas e gestoras está crescendo. Na Vitreo, por exemplo, um lançamento de um fundo de BDRs de empresas de tecnologia, como as gigantes americanas Amazon, Netflix, Facebook, Microsoft, Google, que tanto se destacaram na pandemia que colocou um terço da população mundial em quarentena. Na primeira semana a captação foi de R\$ 20 milhões, de 1,6 mil pessoas físicas. Na B3 há hoje cerca de 550 BDRs de empresas estrangeiras listados.

"O tema de diversificação internacional veio para ficar. Para diversificar, é preciso ter um pé lá fora e as pessoas estão acordando para isso", afirma o fundador e presidente da Vitreo, Patrick O'Grady. Segundo ele, o brasileiro olha, é claro, a desvalorização do real, mas, segundo ele, a taxa de câmbio não pode ser um impeditivo para diversificar.

Alves, da Avenue, frisa que, apesar da desvalorização do real, os ativos norte-americanos vem apresentando alta valorização, o que pode ajudar a equilibrar essa balança. Um exemplo que recentemente ficou notório foram as ações da Apple - a primeira companhia americana a valer US\$ 1,5 trilhão.

Na Warren, os fundos de investimento no exterior foram um dos que mais cresceram em maio.

Veículo: Política Livre	
Data: 27 a 29.06.2020	Caderno: Economia



Governo do Estado envia novo lote de insumos para o combate ao Coronavírus em 38 municípios

O Governo do Estado enviou, ontem (27), insumos para unidades de Saúde, 318.000 máscaras de tecido e TNT para 38 municípios da Bahia, além de túneis de desinfecção do Senai Cimatec para Juazeiro, Eunápolis e Feira de Santana. A ação faz parte da força-tarefa coordenada pelas secretarias estaduais do Planejamento (Seplan) e Desenvolvimento Econômico (SDE).

“O Governo da Bahia tem atuado em diversas frentes para conter a pandemia do Coronavírus e, para isso, tem enviado de forma sistemática túneis de desinfecção e insumos como forma de contribuir para o combate à Covid-19 em todo o território baiano”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Em Eunápolis será implantado um Túnel de Desinfecção no Hospital Regional, que também vai receber cinco bolhas de contenção, 100 litros de álcool em gel,

1.000 máscaras e 50 protetores faciais de acrílico. O município também vai receber 20.000 máscaras.

Porto Seguro vai receber 40.000 máscaras e o Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães vai recepcionar cinco bolhas de contenção. Uruçuca vai receber 100 litros de álcool em gel e 7.000 máscaras. Já Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabralia vão receber 37.500 máscaras.

Outras 90.000 máscaras serão entregues em Itapetinga, Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

Em Feira de Santana, o Hospital de Campanha Mater Dei vai receber um Túnel de Desinfecção, 5 bolhas de contenção, uma bolha de intubação, 100 litros de álcool em gel, 50 protetores faciais de acrílico e 1.000 máscaras. Para Feira de Santana, também serão entregues 32.000 máscaras.

Já os municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova vão recepcionar 88.500 máscaras.

O Hospital Regional de Juazeiro, por sua vez, vai receber um Túnel de Desinfecção, cinco bolhas de contenção, uma bolha de intubação, 100 litros de álcool em gel, 1.000 máscaras e 50 protetores faciais de acrílico.

[VOLTAR PARA A PÁGINA INICIAL](#)

Veículo: Política Livre	
Data: 27 a 29.06.2020	Caderno: Economia



Governo do Estado entrega 10 novos leitos de UTI à população de Paulo Afonso

BAHIA

O governador Rui Costa entregou dez novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para o Hospital Municipal de Paulo Afonso, na manhã desta segunda-feira (29). O Governo do Estado investiu R\$ 3,7 milhões na implantação dos leitos e mais R\$ 1,5 milhão na instalação de um tomógrafo que passa a funcionar no hospital já a partir de hoje.

“É um prazer enorme estar aqui, mais uma vez, cumprindo mais um compromisso nosso com a população de Paulo Afonso. Com certeza, com essa implantação de novos leitos de UTI, o município se consolida num centro de serviços de saúde para toda a região, incluindo estados vizinhos”, destacou o governador.

De acordo com o prefeito de Paulo Afonso, Luiz de Deus, esta era uma demanda antiga da população. “Recebo estes leitos com muita satisfação, porque era uma

solicitação de muitos anos do nosso povo. A cidade não tinha capacidade para atender doentes graves que necessitavam de uma UTI, e precisávamos transferi-los para outros locais, como Salvador e até mesmo outros estados”, revelou.

A ampliação dos leitos se soma aos esforços já realizados pela gestão estadual no reforço dos serviços de saúde ofertados à população. O diretor médico do Hospital Municipal de Paulo Afonso, Carlos Tenório, destacou que estes são os primeiros leitos de UTI voltados para a clínica médica no município. “ Eu digo que estes são os dez primeiros leitos de UTI de Paulo Afonso. É importante para o município e toda a nossa microrregião, tendo em vista que nossos pacientes graves têm que ser removidos para a capital. O impacto no nosso atendimento é que, agora, podemos ter uma resolução em tempo menor”.

Combate ao coronavírus na região

Para o atendimento exclusivo a pacientes com suspeita de coronavírus, o Governo do Estado estruturou uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) em Paulo Afonso. Foram investidos cerca de R\$ 626 mil para equipamentos, além de R\$ 151 mil para uma ambulância. Ainda foram enviados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para o município.

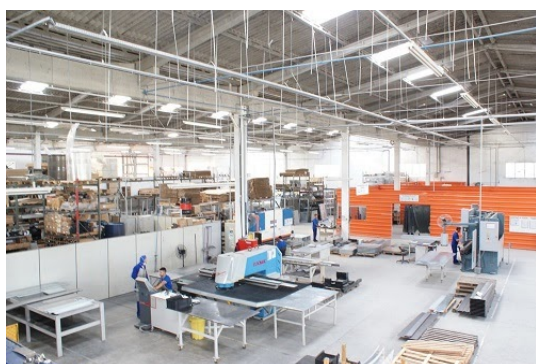
No Laboratório Central de Paulo Afonso também já está sendo feito o teste RT-PCR, que é o padrão ouro para detecção da Covid-19. Para viabilizar a descentralização do diagnóstico, o Governo do Estado realizou um investimento de R\$ 215 mil. No laboratório estão sendo feitos os exames de Paulo Afonso e também analisadas as amostras encaminhadas pelos municípios de Abaré, Chorrochó, Rodelas, Macururé, Glória, Jeremoabo, Pedro Alexandre e Santa Brígida.

Ainda nesta segunda-feira, o governador Rui Costa segue para o município de Juazeiro, onde entrega a requalificação e pavimentação de avenidas.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 27/06/2020	



CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CRESCE EM JUNHO, MAS BAHIA AINDA NÃO APRESENTA BOAS EXPECTATIVAS



admin 27 Junho, 2020

João Paulo Almeida

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança da Indústria, teve alta de 15,2 pontos, na comparação com maio deste ano. O indicador atingiu 76,6 pontos e se a prévia se confirmar no resultado consolidado, esse será o maior crescimento registrado desde o início da série histórica.

Na Bahia o cenário apresentado ainda não é dos melhores. Segundo a pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) divulgada pelo IBGE, das 11 atividades da indústria de transformação investigadas separadamente, apenas 3 tiveram resultados positivos: fabricação de

celulose, papel e produtos de papel (5,6%), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (4,2%) e a indústria alimentícia (1,8%).

Por outro lado, dentre as 8 atividades industriais com queda na produção no estado, o principal impacto negativo veio da indústria automobilística. A fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu expressivos 97,2% frente a abril de 2019. Foi o maior recuo no mês e a maior contribuição para o resultado negativo em geral.

Para Paulo Castelo Branco, economista e presidente executivo da Abimei (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos), o dado divulgado reflete uma importante melhora no setor. “Embora ainda estejamos enfrentando os impactos causados pela crise do novo coronavírus, observamos em junho um maior otimismo do segmento”, comenta.

No levantamento realizado pela FGV, o Índice de Expectativas, que avalia o sentimento do setor para o futuro, apresentou crescimento de 20,6 pontos, para 75,5 pontos, sinalizando uma percepção mais positiva para a indústria, além de uma recuperação em dois meses de mais da metade da queda observada em abril. Já o Índice de Situação Atual subiu 9,2 pontos na prévia de junho, para 77,8 pontos.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 26/06/2020	



PAGAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS GARANTE MAIS DE R\$ 590 MILHÕES A ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 26 Junho, 2020

O Governo Federal finalizou, nesta sexta-feira (26/06), o pagamento integral de R\$ 592,4 milhões de transferências especiais a estados e municípios. Os recursos foram transferidos por meio do novo módulo de transferências especiais da Plataforma +Brasil. Desenvolvida pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em parceria com o Serpro, a ferramenta de transferências especiais permite que emendas parlamentares sejam acompanhadas e recebidas pelos entes por meio da Plataforma online.

As transferências especiais foram criadas pela Emenda Constitucional (EC) 105, de 12 de dezembro de 2019, que acrescentou o art.166-A na Constituição Federal. São recursos de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual sem

uma destinação definida. Os recursos pertencem ao ente beneficiado – estado ou município – e devem ser gastos em programações finalísticas de competência de cada ente. A medida entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano.

Além da agilidade no repasse das transferências especiais, o novo módulo permite a transparência das informações, que podem ser acompanhadas por qualquer cidadão no Painel Parlamentar. Até o momento, foram incluídos 1.555 entes beneficiados com emendas no sistema. O Painel permite a pesquisa das emendas especiais e daquelas com finalidade definida, por autor e número da emenda, sendo possível filtrar também por ano, unidade da federação, município, órgão concedente e natureza jurídica.

O secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert, explica que além do controle social, os parlamentares podem monitorar se as suas emendas foram destinadas a entregas de políticas públicas para a população brasileira. “O Painel funciona como um termômetro sobre a gestão dos recursos e o cumprimento dos prazos, em tempo real. Prestamos um auxílio constante aos estados e municípios que estão na Rede +Brasil. Por meio dela, capacitamos os entes contemplados pelas emendas”, diz.

BC recria o direcionamento de crédito para empresas

O direcionamento de crédito é uma solução tolerável, mas deve ser transitória

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Banco Central se afastou dos dogmas liberais no mais recente pacote de crédito, anunciado na semana passada, ao estabelecer uma punição para as instituições financeiras que não sacarem recursos dos depósitos compulsórios para emprestarem para as micro, pequenas e médias empresas. É o tipo de ação pragmática compreensível numa crise sem precedentes como a atual. Mas será importante não perder a direção de longo prazo de reduzir gradualmente o sistema de crédito direcionado no país.

Depois de forte aumento em março, o crédito começou a perder fôlego a partir de abril. Segundo dados dessazonalizados do Banco Central, as concessões de empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas tiveram uma expansão de 29% em março, seguida de quedas de 22% em abril e de 6% em maio.

O crédito foi distribuído de forma desigual. As grandes empresas, que antes vinham se financiando no mercado de capitais e tinham linhas de crédito abertas com os bancos, saíram na frente e absorveram boa parte dos recursos disponíveis. As operações com empresas de menor porte também aumentaram, mas muito abaixo da demanda, gerando a sensação generalizada de falta de crédito para o segmento.

Em março, o estoque de crédito a pequenas empresas cresceu 9% ante fevereiro, enquanto que para empresas de menor porte avançou 1,8%. Já em abril a expansão

perdeu fôlego, com incremento de 1,9% para grandes empresas e de 0,2% para as menores. Em maio, houve praticamente estagnação.

Os programas desenhados para as pequenas empresas tiveram resultados muito abaixo do esperado. O financiamento à folha de pagamentos, por exemplo, contratou apenas 10% dos R\$ 40 bilhões colocados à disposição. Essa linha de crédito está sendo reformulada no Congresso, permitindo, entre outras coisas, que sejam acessadas por empresas de médio porte e a demissão de trabalhadores.

Para atenuar a severa restrição de crédito das empresas, o pacote anunciado pelo Banco Central na semana passada avança no direcionamento. Uma das medidas permite a liberação de R\$ 55,8 bilhões em depósitos compulsórios de caderneta de poupança para o financiamento de capital de giro de empresas com faturamento de até R\$ 50 milhões. Alternativamente, os bancos podem aplicar em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) de instituições financeiras de menor porte - que, espera-se, terão maior apetite para conceder crédito. Para forçar os bancos a, de fato, emprestarem, o Banco Central decidiu cortar a remuneração das instituições financeiras que não destinarem os recursos a crédito ou a DPGEs.

Com a medida, o Banco Central procura mudar a equação financeira dos bancos. Agora, eles devem pesar, de um lado, os riscos de inadimplência nos empréstimos a empresas de menor porte e, de outro, o custo financeiro da perda de remuneração dos depósitos compulsórios, que é igual ao rendimento da caderneta de poupança. Não se sabe, ao certo, como os bancos vão reagir. Talvez prefiram uma perda certa de remuneração de compulsórios à incerteza das taxas de inadimplência. De forma sensata, o arranjo criado pela autoridade monetária cria uma válvula de escape para os bancos que não querem correr riscos, ao permitir que eles apliquem em DPGEs.

Embora seja uma solução aceitável em alguns momentos, o crédito direcionado não está isento de custos. Ele representa uma distorção no mercado, que gera ineficiências, como subsídios cruzados. Ao fim, quem paga a conta são os próprios consumidores de serviços bancários, com juros mais altos em outras linhas e tarifas ou com a restrição de crédito. É por isso que o governo tem avançado, desde 2016, no projeto de redução do crédito direcionado na economia.

Do ponto de vista fiscal, a liberação de compulsórios para o crédito também não é isenta de custos. O Banco Central deverá retirar o excesso de liquidez injetado na economia, o que aumenta a dívida pública e os encargos financeiros da União.

O ideal seria que, num momento de incerteza extrema, como o atual, o Tesouro assumisse diretamente os riscos que não podem ser suportados pelo setor privado, com subsídios discutidos com o Congresso e explicitados no Orçamento. O direcionamento de crédito é uma solução tolerável no contexto atual, mas deve ser transitória, sem abandonar o projeto de longo prazo de ampliar o crédito contratado livremente nas condições de mercado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Lauro De Freitas

VARIZERO

LINK PATROCINADO

6 Métodos para eliminar o suor e o odor da axila rápido

DERMOSEC

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Quer conseguir crédito com o seu número do INSS? Simule sem sair de casa

PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Gilmar suspende ações trabalhistas sobre índices de correção

Decisão trava análises sobre uso de TR ou IPCA-E e, para especialistas, praticamente paralisa a Justiça do Trabalho

Thiago Resende e William Castanho

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu todas as ações relacionadas à correção monetária de dívidas trabalhistas. Entidades especializadas veem risco de a decisão paralisar a Justiça do Trabalho.

A liminar (decisão provisória) de Gilmar, deste sábado (27), trava a análise de casos que tratem do impasse entre TR (Taxa Referencial) e IPCA-E (Índice de Preço ao Consumidor Ampliado Especial).

A reforma trabalhista, de 2017, determina o uso da TR, que hoje está em 6%. A Justiça do Trabalho tem contrariado a norma e aplicado o índice inflacionário, que nos últimos 12 meses ficou em 1,92%, ou 12% ao ano. Processos trabalhistas envolvem indenizações, como ações sobre horas extras, férias, depósitos no FGTS e 13º salário.

A decisão foi tomada às vésperas de o TST (Tribunal Superior do Trabalho) concluir um julgamento, que já formou maioria na corte, pela adoção do índice mais vantajoso para o trabalhador. O Judiciário está perto do recesso.

Nesta segunda-feira (29), o pleno do TST finalizaria a análise do caso e indicaria o IPCA-E como índice para corrigir as dívidas dos empregadores com os trabalhadores.

Dos 27 ministros, 17 já declararam a inconstitucionalidade da TR no julgamento iniciado no dia 15. Desses, 16 defende-

ram o uso do índice medido pelo IBGE. Faltavam os votos de apenas 3 integrantes.

A presidente do TST, Maria Cristina Peduzzi, votou pela TR, na ocasião. A Folha, neste domingo (28), ela afirmou que a análise do caso será interrompida. "Divergi [da inconstitucionalidade da TR], com a adesão de votos de colegas, para julgar improcedente o incidente [recurso], por entender que a escolha legislativa da TR como índice de correção de débitos trabalhistas não afronta a Constituição", afirmou Peduzzi.

Segundo ela, ações ficarão suspensas até que o STF decida em definitivo sobre o caso.

Há ministros do TST que criticaram a decisão de Gilmar. Integrantes da corte ouvidos pela Folha questionam o fato de a liminar ter sido concedida poucos dias antes do início do recesso do Judiciário.

Há ministros que apoiam a decisão. O STF resolveria a questão de uma vez por todas, trazendo segurança jurídica.

O impacto da decisão de Gilmar vai se esparramar por toda a Justiça do Trabalho.

Juízes de primeira instância terão de aplicar a TR, e não mais o IPCA-E. Os recursos em TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho) e TST terão de aplicar a partir de agora a TR, como determinou a reforma trabalhista. Quem pede IPCA-E é que terá de esperar.

Com a liminar de Gilmar, o caso terá de ser solucionado pelo plenário do STF, composto de 11 ministros. Ainda não há data para julgamento. Só no TST, são 26,5 mil

ações, de um total de 301 mil pendentes de julgamento, que tratam de correção monetária. O tema, em um ranking de 912 assuntos, aparece em 7º lugar —9% do total.

Embora a discussão se arraste há anos na Justiça do Trabalho, Gilmar argumentou que tomou a decisão liminar em razão da crise causada pela pandemia.

Segundo ele, com impacto no mercado de trabalho, o cenário atual torna ainda mais relevante a busca por solução ao impasse sobre qual o índice deve ser aplicado: TR ou IPCA-E. "As consequências da pandemia se assemelham a um quadro de guerra e devem ser enfrentadas com desprendimento, altivez e coragem, sob pena de desaguar-mos em quadro de convulsão social", escreveu Gilmar.

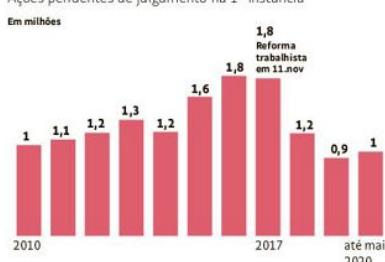
Zerada, a TR é mais prejudicial ao trabalhador, pois não repõe as perdas com a inflação entre a causa trabalhista e a quitação da dívida por parte do empregador. Isso ocorre ao término da ação.

A discussão sobre a fórmula de correção monetária dos valores trabalhistas faz parte de uma ação apresentada pela Confif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro), em 2018. Nela, a entidade pede que o STF declare a TR constitucional.

Outras entidades de representação de empregadores, como CNI (Confederação Nacional da Indústria) e CNT (Confederação Nacional do Transporte) também pediram a liminar. O argumento é que, na reforma, o Congresso

As ações na Justiça Trabalhista

Ações pendentes de julgamento na 1ª instância



Ações no TST que questionam apenas a correção monetária

Processos pendentes de julgamento no TST até maio de 2020

301.844

Valor da Execução/Cálculo/Correção

26.537

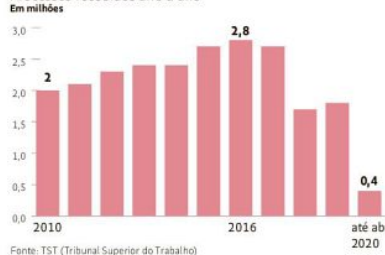
9% dos recursos no TST questionam o índice de correção monetária

7º no ranking da corte superior é o lugar que o tema ocupa entre 912 assuntos mais questionados

Evolução dos processos recebidos desde a reforma trabalhista



Processos recebidos ano a ano



Fonte: TST (Tribunal Superior do Trabalho)

Entregadores organizam paralisação e movimento chega a capitais latinas

Paula Soprana

SÃO PAULO Entregadores de aplicativos organizam uma paralisação nacional para a quarta-feira (9). A mobilização começa a ganhar força, até em capitais de outros países da América Latina.

Reunidos em dezenas de grupos de WhatsApp, trabalhadores compartilham depoimentos de entregadores que devem aderir ao movimento na Argentina, no Uruguai e no Paraguai.

Numa onda de insatisfação que reúne queda de remuneração durante a pandemia, pouca ajuda no fornecimento de itens básicos de higiene e bloqueios injustificados por aplicativos, grande parte da força de trabalho do delivery decidiu não entregar comida e outros produtos na quarta.

Pelas redes sociais, também convocam a população para não realizar pedidos. Buscam adesão de clientes com hashtags como #BrequedoesApps e #SomosImportantes.

A manifestação não inclui vínculo empregatício na pauta (empresas como Uber, iFood e Rappi não têm relações trabalhistas com os profissionais). O pleito central é a melhoria na remuneração, que sofreu baixa mesmo com o aumento da demanda, impulsionada pelo consumo da classe média confinada em casa.

O "breque" conta com lideranças regionais, envolve vários estados, mas não vislumbra um grande protesto nas ruas, já que muitos convivem

com pessoas no grupo de risco da Covid-19 em suas casas. Em São Paulo, um dos pontos de reunião deve ser no Masp, na avenida Paulista.

"Temos mais de dez grupos lotados [cada grupo de WhatsApp pode ter 256 pessoas] para falar sobre a paralisação, mais grupos nacionais de entregadores, que estão comentando o assunto, que passam de cem", diz Edgar da Silva, presidente da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil. Ele diz que a capital tem de 50 mil a 70 mil entregadores.

O ato não agrega só motoristas de apps. O SindimotoSP, sindicato de mensageiros motociclistas, ciclistas e mototaxistas do estado, convocou trabalhadores em regime CLT e autônomos para se unirem aos informais da entrega, chamados pela categoria de "explorados".

"Trabalhadores de todo o segmento de motofrete estão indignados. Estamos com quatro dissídios de greve travados porque os patronais não querem negociar por causa da Covid. Vamos sair, essas três categorias, e vamos para a porta do Tribunal Regional do Trabalho, na [avenida] Consolação", diz o presidente Gilberto Almeida dos Santos.

A pandemia elevou a demanda por delivery, mas não refletiu em maior renda aos motoristas. A colombiana Rappi, por exemplo, já declarou aumento de 30% na América Latina.

Do outro lado, 59% de mo-

toristas dizem que passaram a ganhar menos com as plataformas em relação ao período pré-Covid. A conclusão é um recente estudo elaborado por pesquisadores da Unicamp, Unifesp, UFJE, UFPR e MPT que integram a Remir (Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista).

A rede coletou relatos de 298 motoristas de 29 cidades. Vinte e nove por cento disseram que a remuneração foi mantida e apenas 10% afirmaram que os ganhos cresceram.

"Antes da pandemia, a remuneração já era baixa: 47,4% dos afirmaram receber até R\$ 520 por semana, sem os descontos dos gastos que eles têm para poderem trabalhar com a manutenção de suas motos e bicicletas, combustível, refeição e internet", afirmam os pesquisadores Ana Claudia Cardoso, professora da Universidade de Juiz de Fora, e Renan Kalil, procurador do trabalho.

A pesquisa identificou aumento do número de entregadores em todas as faixas de rendimento mais baixas (até R\$ 520 por semana). No rendimento acima deste valor, todas as faixas apresentaram redução de trabalhadores.

O aumento de jornada não resultou em maior rendimento: 52% dos motoboys que passaram a trabalhar mais horas tiveram queda nos ganhos. Entre os que mantiveram a carga horária, a maioria (54%) passou a receber menos.

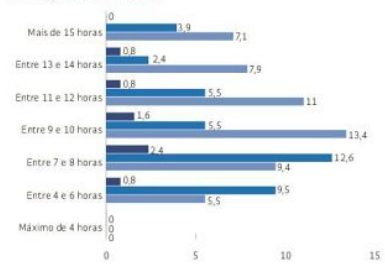
Das pessoas que trabalham mais de 15 horas por dia, 64,3% registraram queda remunerat-

Renda de entregadores cai durante a crise de coronavírus

Rendimentos antes e durante a pandemia, em %



Por carga de trabalho, em %



Entrega deixou de ser bico: trabalhador não fica na rua por menos de 4 horas



Fonte: Estudo Unicamp, Unifesp, UFJE, MPT e UFPR

tória. Além disso, 57,7% dos entregadores dizem não ter recebido apoio das empresas para diminuir os riscos de contágio durante o trabalho. Os motoboys e ciclistas atribuem a baixa nos ganhos pelo aumento da mão de obra nos aplicativos, o que distribuiu as entregas. Também há registro de redução de períodos com tarifas dinâmicas, redução de oferta de prêmios e, segundo a Remir, da bonificação. Motoristas também relatam mudança em um esquema de pontuação individual, especificamente na Rappi. Antes, o entregador era notificado sobre um pedido baseado em sua proximidade. "Eles querem que você fique logado o máximo de tempo possível, o que tira espaço



decidiu aplicar a TR. Por isso, a Justiça do Trabalho deveria seguir a norma, respeitando a decisão do Legislativo.

Perto do fim do julgamento no TST, representantes patronais acionaram o STF para que processos relacionados ao reajuste de dívidas trabalhistas fossem suspensos.

Eles argumentaram que a corte trabalhista estava se antecipando a uma questão que ainda está em avaliação do Supremo. Gilmar, então, aceitou o pedido das entidades e reconheceu que o avanço do julgamento no TST foi um dos motivos para suspender os processos trabalhistas.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) apresentará nesta segunda um pedido para que o ministro esclareça pontos da decisão.

Para a entidade, a liminar praticamente paralisa a Justiça do Trabalho. "Essa decisão, concretamente, favorece os maiores devedores da Justiça do Trabalho, incluindo bancos", disse a presidente da Anamatra, juíza Noemia Porto.

Para ela, a aplicação da TR desestimula que os empregadores quitam dívidas trabalhistas, pois a correção é zero.

O professor de direito do trabalho da FM Ricardo Calciní também destaca o forte impacto da liminar. "Essa é a decisão mais importante do STF em matéria trabalhista dos últimos anos. Vai paralisar qualquer tipo de processo. Qualquer processo precisa de um índice de correção monetária", afirmou.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) questionou a decisão. "Perto do recesso [do STF], em meio ao caos da pandemia, a paralisação das execuções trabalhistas será uma tragédia para a população", disse Felipe Santa Cruz, presidente da OAB em uma rede social.

para trabalhar em vários, por que você perde nota. A pandemia diminuiu o valor de todos os aplicativos. Os novos pegam tudo, isso deixa muita gente com poucos pedidos", diz Ralf Elisário, um dos líderes no Rio, onde o protesto será na Candelária.

O movimento, diz Elisário, não quer levantar bandeira política, embora receba apoio de grupos que defendem abertamente o antifascismo.

Mototaxistas também alegam ser alvos de bloqueios injustificados. Trabalhadores credenciados à Loggi entraram com ação coletiva na Justiça após serem descredenciados. Eles participaram de protesto no Rio no dia 10 de junho para reivindicar melhores condições de trabalho.

A Uber Eats diz que disponibiliza de forma transparente cada taxa e valor correspondente. "Não houve diminuição nos valores pagos", diz.

O iFood, que tem 170 mil cadastrados ativos, afirma que recebeu mais de 175 mil solicitações de cadastro em março, alta de 100% em relação a fevereiro. Ressalta que "não significa que todas essas pessoas estão aptas a serem ativas". A empresa não opera com pontuação.

A Lalamove diz que entender que os motoristas parceiros têm direito de reivindicar o que consideram melhor para a sua categoria.

A Rappi destaca que oferece seguro para acidente pessoal, invalidez permanente e morte acidental. "Dados mostram que 75% deles ganham mais de R\$ 18 por hora, quando ativos em entregas, e quase metade dos parceiros passam menos de 1 hora por dia conectados no app", disse em nota.

folhainvest coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painsa@grupofolha.com.br

Escada rolante

Grande assunto do momento no mercado de shoppings na pandemia, as negociações para readequar os valores cobrados dos lojistas após a reabertura com restrições estão andando, segundo Thiago Hering, diretor-executivo de negócios da Cia.Hering. Ele diz haver diálogo entre as partes, mas com exceções. Sem nome quais grupos de shoppings endureceram o jogo com os donos das lojas, Hering afirma que os principais trabalham para reduzir o preço dos condomínios.

MESA Os shoppings tiveram uma queda de braço com lojistas, que pediram descontos em alugueis, condomínio e outras taxas no período em que ficaram fechados. Com a reabertura parcial, começou uma nova rodada de readequação. Segundo Hering, a maior parte dos shoppings indica que vai manter as reduções na cobrança.

NOVO NORMAL A negociação sobre o cálculo dos alugueis deve encontrar uma nova régua. "O que se está discutindo é que a gente não tenha a incidência de aluguel mínimo, mas percentual. A receita lotérica vai acompanhar um pouco da evolução da curva de vendas", afirma.

EQUILÍBRIO "Alguns dos principais grupos foram bastante parceiros no início, não só conosco. Isso criou precedente para que aqueles que estavam mais inflexíveis começassem a mudar. Ainda assim, tem um ou dois que estão inflexíveis e têm até desgastado a relação com lojistas", diz o executivo.

PORTAS Segundo Hering, é cedo para falar em fechamento definitivo de parte das lojas por causa do coronavírus, mas ele afirma que a empresa acompanha a produtividade das unidades, e que pode haver um "redimensionamento".



PROSA

“O desafio maior é a loja de shopping e sobretudo as grandes cidades que estão trabalhando com restrição de horário”

Thiago Hering, diretor-executivo de negócios da Cia.Hering

com Paula Soprana

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência junho*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Aliquota 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%
*O prazo da competência de junho vence em 20 jul para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Deducir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	354,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	636,13
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	869,36
Acima de 4.664,68	27,5	

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Aliquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% 97,04	713,09
Empregador	20%	250,50 1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vence em 7 jul. A guia de pagamento das patentes inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro



Ilustrações Catarina Pignato

Contribuinte tem até esta terça-feira para declarar o IR

Quem descumprir o prazo terá de pagar multa, que varia de R\$ 165,74 a até 20% do imposto total devido

Fernanda Perrin e Isabela Bolzan

SÃO PAULO Acaba nesta terça (30) o prazo para entregar a declaração de IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) relativa aos ganhos de 2019. Até sexta-feira (26), quase 25 milhões de declarações foram entregues, de acordo com a Receita Federal. Ainda são esperadas 7 milhões de declarações.

Inicialmente, a data limite para o envio era 30 de abril, mas o prazo foi prorrogado em razão da pandemia.

O contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo fica sujeito a multa, que varia de R\$ 165,74 a até 2% do imposto devido. Devem fazer a declaração todos que, em 2019, tiveram renda tributável superior a R\$ 28.559,70 ou renda isenta não tributada ou tributada na fonte acima de R\$ 40 mil.

Aqueles que tiveram ganho de capital no ano passado (com operações na Bolsa de Valores ou na venda de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto, por exemplo) também devem declarar.

Em relação à atividade rural, quem obteve renda bruta anual superior a R\$ 142.798,50 com produção agrícola em

2019 ou que busque compensar prejuízos de anos anteriores também deve prestar conta à Receita.

Quem passou a ser residente no Brasil em 2019 ou que tinha, em 31 de dezembro, bens acima de R\$ 300 mil, também são obrigados a declarar.

Não há teto para dedução de gastos com saúde. Para gastos com educação, o limite de dedução é de R\$ 3.561,50. No caso de dependentes, o limite de abatimento é de R\$ 2.275,08.

Há três formas de fazer a declaração. Pelo computador, o contribuinte tem acesso ao PGD (Programa Gerador de Declaração) 2020, disponível no site da Receita, ou pelo serviço "Meu Imposto de Renda", disponível no Portal e CAC.

É possível declarar pelo aplicativo "Meu Imposto de Renda" via dispositivos móveis (como celulares e tablets).

O primeiro lote de restituições foi pago no final de maio para quem já entregou a declaração. O segundo lote deve começar a ser pago em 30 de junho —o maior lote de restituições da história, com R\$ 5,7 bilhões pagos a cerca de 3,3 milhões de contribuintes.

O cronograma de pagamento das restituições vai até 30 de setembro.

Folha e 10B tiram dúvidas do IRPF

Posso abater o plano de saúde dos meus pais? (S.S.)

Sim, o pagamento do plano de saúde de seus pais, na condição de seus dependentes, é dedutível. A despesa deve ser informada em "Pagamentos Efetuados", no código "26 - Planos de Saúde no Brasil" e precisa ser comprovada com documentos originais que tenham nome, endereço e CNPJ da operadora, a identificação do responsável pelo pagamento e do beneficiário e a data de sua emissão.

Como declarar valores reembolsados? (F.C.R.)

É importante ter os comprovantes em mãos para saber quais os tipos de reembolsos recebidos. Conforme o caso, poderá ser informado na ficha de rendimentos tributáveis e/ou na ficha de rendimentos. i

Como declarar compra de ações a termo? (M.A.C.)

A aquisição de ações a termo deve ser informada na ficha "Bens e Direitos", no código "47 - Mercados futuros, de opções e a termo", se o valor de aquisição for superior a R\$ 140. Informe o país e, no campo "Discriminação", a quantidade e série das ações e a data de vencimento. Não preencha o campo "Situação em 31 de dezembro de 2019" e informe o valor correspondente às ações no período no campo "Situação em 31 de dezembro de 2019".

Tive dois empregos em 2019. Como declarar? (F.M.A.)

Você deve informar esses rendimentos separadamente. Abra duas fichas distintas de "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica" e preencha conforme os dados fornecidos pelo empregador. Quanto ao limite para apresentar a declaração, é preciso ter recebido, em 2019, rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70, ou rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00, entre outras hipóteses.

Emprestei recursos e não quero mais receber. Posso declarar como doação? (L.P.)

Sim. Para colocar o valor remanescente do empréstimo como doação, basta informar no seu Imposto de Renda o montante correspondente. Utilize a ficha de "Doações Efetuadas", no código 80 (Doações em espécie). Informe também o nome e o CPF do beneficiário, bem como o valor doado.

Aluguei dois imóveis com uma cláusula que abateria o aluguel do montante gasto com melhorias no imóvel. Assim, não recebi aluguel em espécie. Como declarar? (J.G.)

O valor das benfeitorias realizadas, compensadas em determinado mês com o valor total ou parcial dos alugueis, tem natureza de rendimento de aluguel para o proprietário e sofre incidência do IR. Se for um imóvel residencial pago por pessoa física, informe em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Física e do Exterior". Se for imóvel comercial, desde que pago por pessoa jurídica, informe conforme comprovante fornecido por ela, na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular".

Senado avalia teto para juros de cartão de crédito e cheque especial

Iara Lemos

BRASÍLIA O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve colocar em votação nesta semana o projeto que limita os juros do cheque especial e do cartão de crédito durante a pandemia.

O projeto é polêmico. Mexe no mercado financeiro, interferindo em contratos privados. A Febrabran (Federação Brasileira dos Bancos) trabalha contra a iniciativa, alegando que a medida pode prejudicar ainda mais a economia.

A expectativa é que o projeto entre na pauta do Senado nesta quarta-feira (1º). O projeto é de autoria do senador Álvaro Dias (Podemos-PR) e o secretário já foi con-

cluído há mais de um mês. O parecer foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e traz alterações em relação ao texto original.

O autor propunha um limite de 20% nos juros cobrados ao ano no cartão de crédito e no cheque especial. O relator alterou a taxa para 30% ao ano. As chamadas fintechs teriam limite de 35% ao ano.

Segundo o BC (Banco Central), em março, os juros do cheque especial oscilavam em 312% ao ano para pessoas jurídicas e em 130% para pessoas físicas. O cartão de crédito, por sua vez, estava em 140% e 326%, respectivamente.

"O pessoal que perde renda com a pandemia está entrando no cheque especial, usando

“ Todos estão dando a sua contribuição e chegou a hora de os bancos darem a deles Lasier Martins senador pelo Podemos-RS

“ Tabelaento produz efeitos econômicos negativos Isaac Sidney presidente da Febraban

cartão, e não têm condições de pagar juros que vão a 300% ao ano. Todos estão dando a sua contribuição e chegou a hora de os bancos darem a deles também", disse o relator.

Além de alterar a taxa, Martins modificou o tempo de validade da proposta para o final de dezembro de 2020, quando encerra o período de calamidade. O texto original reduzia os juros até julho de 2021.

Para o presidente da Febraban, Isaac Sidney, projetos que reduzem a taxa bancária podem agravar a crise econômica. Segundo Sidney, a iniciativa promove uma "intervenção artificial" no mercado.

"Situações como essas ocorreram no passado, e a história já revelou que não se mostram eficazes. Projetos de tabelamento, se aprovados, produzirão, sob a ótica do preço dos serviços financeiros, efeitos econômicos negativos", afirmou.

mercado **coronavírus**

De R\$ 398 bi contra Covid, 86% são para salvar economia que agoniza

Ceticismo de Bolsonaro, desacordos com Congresso e falta de coordenação atrasam efeito das medidas

William Castanho
e Bernardo Caram

BRASÍLIA Declarações do presidente Jair Bolsonaro como "está havendo uma histeria"; "não sou covete" e "é daí?" se entrelaçam ao avanço da Covid-19 e à agonia da economia. O socorro tarda a surtir efeito.

Apesar da resistência do presidente em aceitar os impactos da pandemia, coube a Bolsonaro assinar as principais iniciativas para barrar os danos do novo coronavírus. Os sinais seguem trocados até hoje.

O governo já liberou ao menos R\$ 398 bilhões. Do total, R\$ 342 bilhões (86%) foram para salvar a atividade econômica que, ainda assim, sucumbe.

A saúde ganhou ao menos R\$ 52,5 bilhões — ou 13% do total. Outras pastas receberam no mínimo R\$ 3,5 bilhões — 1% dos recursos federais.

Os números foram levantados pela Folha com base em informações do site do Palácio do Planalto. A Casa Civil compila os atos normativos publicados no DOU (Diário Oficial da União).

Foram consultadas medidas provisórias, leis, decretos, portarias, instruções normativas, entre outros.

O primeiro ato normativo publicado no DOU data de 4 de fevereiro. Trata-se de uma portaria do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde), na qual ele declarou a emergência em saúde pública.

De lá até esta sexta-feira (26), foram 367 medidas. A maior parte delas se refere à economia (161). Saúde vem na sequência, com 97 atos editados.

De todas as medidas, 97 delas têm mais força normativa. São 1 emenda à Constituição, 11 leis, 51 medidas provisórias, 32 decretos, 1 decreto legislativo e 1 ato conjunto do Congresso. Embora tenha politizado a pandemia, Bolsonaro chancelou MPs, leis e decretos.

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado em 25 de fevereiro. E lá se vão quatro meses de crise. Poucos dias depois, em 11 de março, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia. A primeira morte no país foi registrada cinco dias depois.

As declarações de Bolsonaro minimizavam os perigos da doença. "Está havendo uma histeria", disse, em entrevista à Rádio Bandeirantes, no mesmo dia em que se registrou o primeiro óbito no país.

O presidente criticava as medidas de isolamento social adotadas por prefeitos e governadores. O ministro Paulo Guedes (Economia), porém, já estava assustado.

Em entrevista à Folha naquele dia, Guedes disse que estudo do BC (Banco Central) sobre a taxa de contágio no país era "alarmante". O dado, porém, nunca veio ao público.

Segundo ele, "o baque do coronavírus" seria temporário. "O contágio sobe rapidamente, fica três meses e depois desaba. A China já está se recuperando."

Mandetta, no dia seguinte, deu o recado de que seriam "20 semanas muito duras pela frente" — ou seja, cinco meses de penúria, até meados de agosto.

A doença não dá sinal de trêgua, tampouco a economia esboça reação. Nesta sexta, eram mais de 56 mil mortes e 1,2 milhão de infectados. Dados do BC de quinta (25) apontam queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 6,4% neste ano.

"O discurso do presidente atrapalhou? Sim. Mas, mais do que isso, houve uma falta de coordenação generalizada", disse Bruno Ottoni, pesquisador líder do IDados e pesqui-

sador do Ibre/FGV.

Alertas não faltaram. Em março, países que estavam à frente do Brasil na pandemia, como Itália e Espanha, já assistiam à explosão de casos e mortes. Os dois países europeus baixaram lockdown e agora reabrem as economias.

"As medidas demoraram a ser desenhadas, até porque a pandemia chegou aqui depois de entrar em outros países", disse o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco. Para ele, as medidas emergenciais "foram tomadas apesar de Bolsonaro".

O Brasil decretou estado de calamidade pública em 20 de março. "Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não", disse Bolsonaro naquele dia.

ODOU recebeu, então, uma enxurrada de publicações. Foram ordens para fechar agên-

cias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou adotar home office em ministérios.

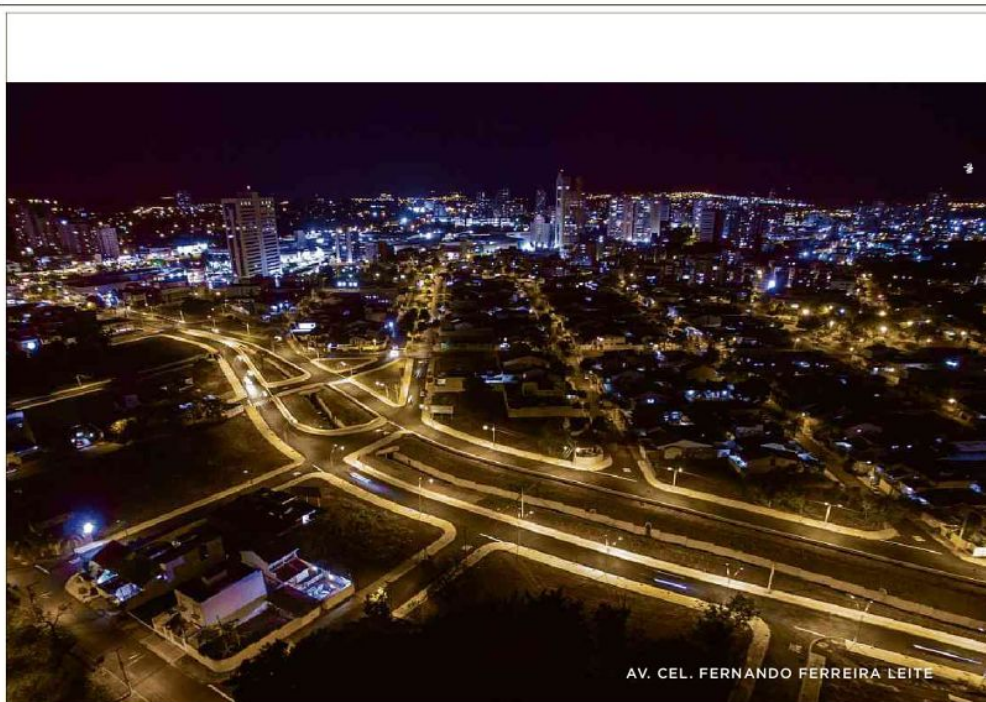
Em março recursos federais começaram a pingar. Porém, foi quase dois meses após a portaria de Mandetta que Guedes entrou em ação com mais dinheiro do Tesouro.

As canetas Bic do ministro de Bolsonaro trabalharam freneticamente. Em 1º de abril, o governo editou a MP da suspensão do contrato de trabalho e da redução da jornada com corte de salário.

Para complementar a renda de 24,5 milhões de trabalhadores, foram reservados R\$ 52 bilhões. Até esta sexta, 11,6 bilhões de acordos haviam sido celebrados, e pagos R\$ 11,7 bilhões, segundo o Tesouro.

"O governo errou um pouco o timing, mas, em termos de valores e de desenho, o programa foi bem concebido. Não à toa se viu uma adesão maciça. Isso por si só demonstra o sucesso", afirmou Ottoni.

Continua na pág. A16



AV. CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE

Um ato de amor à cidade!

PARABÉNS, RIBEIRÃO PRETO.

AMPLIAÇÃO DA AV. CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE.

Um projeto sonhado, há 20 anos, que só foi possível graças à parceria com a Prefeitura Municipal e ao Ministério Público de Ribeirão Preto. Os investimentos da Multiplan de cerca de R\$ 15 milhões permitiram a interligação das zonas oeste e sul, por meio da realização de projeto viário que une as Avenidas Caramuru e Independência com a Presidente Vargas.

O RibeirãoShopping, planejado e construído há quatro décadas em Ribeirão Preto, influenciou algumas das mais importantes transformações econômicas, sociais, culturais e urbanísticas pelas quais passaram a cidade e a região. As oito expansões do shopping e a recente construção de um Centro Médico

de referência, somadas a projetos como a abertura da Avenida Fiúsa para a Avenida Presidente Vargas, a Praça do Piolin, o Parque das Artes e o Terminal de Ônibus que foram agregados à paisagem urbana mostram a sinergia da atividade privada com a comunidade e o desenvolvimento da economia local.

A Multiplan confirmou sua crença no progresso local ao adquirir em 2008 o Shopping SantaÚrsula na região central. São novos caminhos abertos nesta cidade que também é nossa de coração! Continuaremos sempre trabalhando para surpreender milhares de cidadãos desta linda e próspera região do Estado de São Paulo.



mercado **coronavírus**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsa@grupofolha.com.br

Cinderela

A pandemia levou o grupo calçadista Arezzo&Co ao ramo da segurança sanitária. A empresa está desenvolvendo um produto para desinfetar os sapatos provados pelas clientes. O lançamento será patenteado e deve ser apresentado ao mercado na próxima semana, segundo Alexandre Birman, presidente da companhia. Ele diz que neste início da retomada, a maior parte das cerca de 450 lojas da rede que foram reabertas não tem permitido a experimentação dos sapatos.

PE Agora, em grande parte das vendas, as clientes compram o produto sem prová-lo, segundo Birman. Levam o par para casa e voltam para trocar. "Vamos desinfetar esses sapatos em toda a rede", diz.

BOTA Segundo o empresário, o e-commerce cresce no grupo, que tem as marcas Arezzo, Schutz, Anacapi, Alexandre Birman, Fiever, Alme e Vans. Mas ele estima que cerca de 15 lojas físicas das mais de 750 unidades da companhia serão fechadas definitivamente.

SALTO Após renegociar os alugueis das lojas quando os shoppings permaneceram fechados para a quarentena, Birman afirma que também conseguiu redução no valor depois que os estabelecimentos foram reabertos com horários limitados. "O aluguel está proporcional às horas em que estamos abertos", diz ele.

SOLA Birman avalia que a compra da operação da Vans no Brasil feita pela Arezzo em 2019 foi um "tiro certo" e a crise do coronavírus não deve frear a expansão da marca.

TÊNIS Em meio à pandemia, a empresa achou uma solução inusitada: fará uma inauguração a portas fechadas de uma loja da Vans em Belo Horizonte na segunda (29). "Operar marcas que não foram fundadas por nós tem sido uma experiência bacana e nos deu vontade de ter outras", diz.



PROSA

“A roupa tem uma possibilidade de contágio muito maior do que o sapato, mas, obviamente, não queremos contar com isso”

Alexandre Birman
presidente do grupo Arezzo&Co

com Mariana Graziani

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



De R\$ 398 bi contra Covid, 86% são para salvar economia que agoniza

Continuação da pág. A15

No dia 2, o governo publicou mais duas medidas. A gestão Bolsonaro liberou para estados e municípios repasses da ordem de R\$ 16 bilhões, e foi editada a MP que destinou R\$ 98,2 bilhões ao auxílio emergencial de R\$ 600.

A iniciativa socorre informais, como ambulantes, que, com o isolamento social, ficam sem renda. O governo estimava atender até 20 milhões de pessoas, mas 108 milhões solicitaram a ajuda —64,1 milhões foram aprovadas.

Naquele dia, na Rádio Jovem Pan, Bolsonaro pediu fé à nação. "A gente vai com pastores e religiosos anunciar para pedir um dia de jejum ao povo brasileiro em nome de que o Brasil fique livre desse mal o mais rápido possível."

O programa custa R\$ 152,6 bilhões —foram pagos R\$ 95,6 bilhões no desembolso das duas primeiras parcelas.

Otoni destacou como entraves o ceticismo de Bolsonaro, as negociações com o Congresso e os desafios para a execução. Para ele, os efeitos mais profundos no mercado de trabalho serão sentidos em junho, julho e agosto.

O Ministério da Economia afirmou que as ações foram pensadas para apoiar a área de saúde e todos os segmentos. Segundo a pasta, foi necessário aliar a celeridade exigida ao respeito a processos legislativos e orçamentários.

Na avaliação do órgão, é natural a existência de um intervalo entre autorização e pagamento. Afirma ainda que uma série de políticas vão se alongar no período de calamidade, que acaba no fim do ano.

Dados do Tesouro mostram que, do valor liberado, 44% foram efetivamente gastos. O diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado), Felipe Salto, afirmou que o nível dessa execução ainda é baixo. Segundo ele, o problema é a ausência de coordenação. "Está faltando acompanhamento na área da saúde para saber se precisa de mais recurso, se o dinheiro está chegando na ponta."

Em 6 de junho, um mês após a emenda à Constituição do chamado Orçamento de guerra e quatro meses após a primeira portaria sobre Covid-19, o governo publicou a MP com R\$ 60 bilhões para socorrer estados e municípios —do montante, R\$ 10 bilhões são para a saúde.

Prefeitos e governadores se queixaram da demora. As críticas, para Guedes, são injustas.

No dia 9, em reunião ministerial —ao vivo e sem palavras—, ele projetou entre R\$ 900 bilhões e R\$ 1 trilhão os esforços do governo.

Na conta, juntou ações de bancos públicos e do BC, como redução do compulsório. "Naturalmente isso pressiona o Orçamento neste ano, mas nós sabemos que no ano que vem tudo volta ao normal."

Para Salto, o país terá a atividade econômica fragilizada e um enorme desafio para reorganizar as contas públicas. "Não vejo onde o ministro enxerga essa projeção de recuperação extraordinária. Não há nenhum indicio de que isso irá acontecer, ao contrário."

Já está no fim o auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses. O governo lançou uma proposta de mais três parcelas (R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300), ao custo de mais R\$ 100 bilhões.

Ao anunciar a extensão, na quinta, Guedes estava com o presidente, na live semanal, que disse ver "excesso de preocupação" com a Covid-19. "Agora são 19 horas e 2 minutos, e nós queremos prestar uma homenagem aí aos que se foram vítimas do coronavírus. Então, vou pedir para o Gilson [Machado, presidente da Embratur] que toque aí a Ave-Maria [na sanfona]."

Guedes ouviu a Ave-Maria estático. Ave, do latim, save.

Quatro meses de coronavírus no Brasil

Dinheiro liberado para o combate a Covid-19 no Diário Oficial da União



Ajuda do governo de federal e a Covid-19 no Brasil, de acordo com o DOU

Data	Casos acumulados de Covid-19	Áreas com socorro financeiro da União	Em R\$ bi
25.fev	1	-	-
11.mar	52 declarada pandemia pela OMS	-	-
13.mar	98	Saúde	5,1
16.mar	235 1ª morte por Covid-19 no Brasil	Saúde	0,4
19.mar	621	Saúde	5,6
19.mar	-	FAT/economia	5
20.mar	904 decretado estado de calamidade	-	-
23.mar	1.891	Saúde	0,6
25.mar	2.433	Bolsa Família	3
1.abr	6.840	Ajuda para suspensão de contrato de trabalho e corte de salário	52
2.abr	7.911	Repasse aos estados/economia	16
2.abr	-	Saúde	9,4
2.abr	-	Saúde	2
2.abr	-	Auxílio emergencial/economia	98,2
3.abr	9.095	Folha de pagamento/economia	34
8.abr	16.037	Saúde	2,6
8.abr	-	Subsídio da conta de luz	0,9
16.abr	30.449	Repasse ao Ministério da Cidadania/economia	2,6
24.abr	53.448	Auxílio emergencial/economia	25,7
27.abr	66.541	Repasse ao Ministério da Cidadania/economia	0,5
6.mai	125.218	Saúde/socorro às Santas Casas	2
8.mai	145.328	Turismo/economia	5
20.mai	291.579	Saúde	10
25.mai	374.898	Auxílio emergencial/economia	28,7
26.mai	391.222	Saúde	0,3
4.jun	614.941	Socorro aos estados e municípios	50
4.jun	-	Saúde no pacote de socorro aos estados e municípios	10
4.jun	-	Crédito às empresas	20
4.jun	-	Saúde	4,5
26.jun	1.280.054	-	-

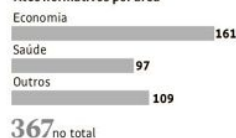
Gastos da União no enfrentamento da Covid-19, segundo o Tesouro



Atos normativos publicados no DOU



Atos normativos por área



Fontes: DOU (Diário Oficial da União)/Palácio do Planalto, Ministério da Saúde, e Ministério da Economia e Consórcio de Veículos de Imprensa (Folha, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo, G1 e UOL)

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
 CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
 DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Eles são 32%

Apoio a Bolsonaro é sólido, mas deixa claros os limites estreitos em que o presidente se move

A nova sondagem do Datafolha sobre a popularidade do presidente Jair Bolsonaro reforça as evidências de que um grupo minoritário, porém muito estável, sustenta a aprovação ao seu governo.

De acordo com o levantamento, 32% dos brasileiros aprovam o desempenho do mandatário, 44% o reprovam e 23% o consideram regular. Os números são semelhantes aos encontrados no fim de maio.

O avanço do coronavírus expôs o despreparo de Bolsonaro e sua equipe para lidar com a calamidade e suas consequências para a saúde pública e a economia, levando a um aumento da taxa de reprovação do governo nos últimos meses.

Mas o Datafolha mostra que o apoio ao presidente se manteve no período, apesar do aumento acelerado do número de mortes, da paralisação da atividade econômica e do acirramento das tensões entre o Executivo e os outros Poderes.

Embora muitos eleitores tenham se afastado de Bolsonaro, frustrados com seu comportamento errático, o instituto informa que novos apoiadores surgiram durante a pandemia — como os beneficiários do auxílio emergencial concedido a trabalhadores de baixa renda.

Nem mesmo o impacto da prisão do ex-assessor Fabrício Queiroz, que assombra Bolsonaro e sua família desde a campanha eleitoral e foi localizado pela polícia na

casa de um advogado do presidente, parece ter sido forte o bastante para alterar esse quadro.

Quase dois terços dos entrevistados acreditam que Bolsonaro sempre soube que o amigo estava escondido ali, mas metade duvida que ele esteja envolvido nos desvios que tornaram Queiroz e o filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, alvo de investigações.

Ainda assim, acumulam-se indícios de desgaste da imagem pessoal do mandatário. Segundo o Datafolha, 46% nunca confiam no que ele diz, e a maioria da população o considera pouco inteligente, incompetente e autoritário.

Ao conservar uma base de seguidores equivalente a um terço do eleitorado, Bolsonaro garantiu alguma proteção contra seus adversários. Isso ajuda a entender por que pedidos de impeachment, por exemplo, não vêm prosperando.

Mas o caráter minoritário desse grupo é também um lembrete das barreiras que o presidente encontra sempre que desafia os limites estabelecidos pela Constituição para o exercício do seu poder.

Bolsonaro parece ter se dado conta de como é estreito o espaço em que se movimenta — e, desde a prisão de Queiroz, tem mantido um bem-vindo comedimento em atos e palavras. A permanência assim, a percepção geral sobre a sua sensatez poderá melhorar.

Crédito para quem precisa

BC acerta ao estimular financiamentos a empresas de menor porte; falta estratégia para superar crise

Em qualquer crise econômica, o trabalho essencial dos bancos centrais consiste em assegurar liquidez e facilitar acesso a capital para que o sistema financeiro continue funcionando. Estabilizar os mercados e evitar um colapso do crédito se faz necessário para evitar uma onda de falências que tornaria a recessão mais profunda e longa.

Na maior parte dos casos, incluindo o do Banco Central do Brasil, as autoridades monetárias não têm mandato para fazer transferências diretas a famílias e empresas. Tal papel está corretamente reservado às autoridades fiscais, que aplicam recursos do Orçamento.

Criar regras para estimular os bancos a emprestar é a parte mais fácil — em particular no caso brasileiro, dadas as elevadas exigências de recolhimento compulsório de recursos impostas ao setor. Não por acaso, o BC adotou logo no início da pandemia medidas energias nesse sentido.

O desafio maior, ainda a superar, está em fazer o dinheiro chegar a quem precisa. Qualquer medida sempre dependerá da decisão voluntária dos bancos de correr ou não o risco de crédito.

Até agora, a maior parte dos recursos acabou direcionada a empresas de grande porte, que puderam também obter financiamentos

direto em mercado. O resto do mercado foi pouco atingido. Daí o anúncio de um novo conjunto de medidas, voltadas para micro, pequenas e médias empresas.

O BC reduziu o requerimento de capital para instituições de menor porte, favorecendo cooperativas. Linhas de capital de giro para empresas com faturamento anual de até R\$ 50 milhões passam a contar para a exigência de recolhimento compulsório de depósitos de poupança. Com a providência, estima-se o potencial de novos empréstimos em R\$ 55,8 bilhões.

Para que de fato ocorram desemboços, o BC impôs uma penalidade — os bancos deverão liberar ao menos um terço do montante, sob pena de perderem a remuneração sobre esses depósitos.

Outro conjunto de medidas afrouxa exigências de capital em troca de novos empréstimos. Para pessoas físicas, criou-se a possibilidade de usar um imóvel como garantia de mais um financiamento. No agregado, as iniciativas expandem a capacidade de empréstimos do sistema em até R\$ 272 bilhões.

O BC tem sido ágil, sem abandonar a necessária prudência. Resta ao conjunto do governo, e ao Ministério da Economia em particular, mostrar uma estratégia consistente para a superação da crise.



Bandeiras esmigalhadas

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO O governo Bolsonaro é tão "suí generis" que deu férias para a oposição. Ele mesmo se encarrega de sabotar a si próprio. Mas, se tivéssemos uma oposição atuante, ela estaria agora empenhada em explorar ao máximo a notícia, divulgada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, de que Flávio Bolsonaro usou dinheiro vivo supostamente recolhido por Fabrício Queiroz em gastos pessoais.

É uma situação de puro simbolismo. Verbas públicas desviadas para o pagamento de despesas indistintamente pessoais como a escola das filhas e o plano de saúde da família são, no imaginário popular, a definição mesma de corrupção.

A confirmar-se uma denúncia sólida de envolvimento do filho número um num caso de desvio de dinheiro público, vai-se uma das últimas racionalizações ainda usadas pelo eleitor não arrependido de Bolsonaro: "pelo menos é honesto". A honestidade, afinal, exigiria do primeiro mandatário, senão que denunciasses o próprio rebento, ao menos que

não violasse princípios republicanos para protegê-lo.

No mais, embora a claqué finja não ver, até as pedras sabem que Queiroz é muito mais um homem de Jair do que de Flávio e que existe um cheque suspeitíssimo depositado na conta da mulher do presidente.

Uma a uma, estão caindo todas as bandeiras defendidas por Bolsonaro durante a campanha eleitoral. A retórica antissistema se foi com a aliança com o centrão. O discurso liberal é cada vez mais escanteado, em parte porque a epidemia exige mesmo maior atuação do Estado, em parte porque a conversão de Jair nunca foi autêntica. A promessa de combater a corrupção, que já sofrera abalo com a demissão de Sérgio Moro, vira agora migalhas.

É difícil vislumbrar um futuro tranquilo para o governo. Hoje, só temos duas certezas: a economia ainda vai piorar bastante e a epidemia vai fazer muito mais vítimas antes de fluir. Nenhuma delas sugere dias fáceis para Jair Bolsonaro.

helio@uel.com.br

Porta da rua

Julianna Sofia

BRASÍLIA Nas palavras do ministro Paulo Guedes (Economia) foi uma ideia "espetacular" do presidente Jair Bolsonaro a proposta de estender o auxílio emergencial por três meses em parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300. De resto, estúpida, Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) não se conteve. Num —improvável— lapso, antecipou nas redes sociais medida que horas mais tarde coube ao chefe anunciar, sem oficializar.

Decreto, Ramos não é um tolo a atropelar por descuido a hierarquia do Palácio do Planalto. Assim como Guedes não acha a proposta lá essas coisas —há algumas semanas defendia apenas R\$ 200 por um, dois meses. E Bolsonaro está longe de ser uma mente privilegiada, segundo avaliam 54% dos eleitores no Datafolha. Recentemente chegou a dizer que vetaria qualquer valor aprovado pelo Congresso que superasse duas parcelas de R\$ 300.

Diante do abismo da desigualdade social, que se acentua com os efeitos da pandemia, o governo revela inabilidade em lidar com o te-

ma. Pressionado a prorrogar o auxílio emergencial e vendo avançar o debate na sociedade e no Legislativo pela criação de um programa de renda mínima permanente, passa a agitar canhestamente bandeira que nunca empunhou.

Em ritmo acelerado, prepara o Renda Brasil a reboque da visibilidade conquistada com o auxílio de R\$ 600. O programa se propõe ambicioso na sucessão do Bolsa Família, via extinção de iniciativas sociais, como o seguro-desfeso e o abono salarial.

Por descer em política de transferência de renda como solução, receberá de braços abertos os beneficiários do Renda Brasil, mas já com o dedo a lhes indicar a porta da rua. Num eufemismo guediano, a saída do novo programa ganha nome de "rampa de acesso". Quem por ela passar, estará habilitado a um plano de empregos para pessoas de baixa renda e sem qualificação. Será possível ao empregado manter o benefício assistencial, com valor menor.

Haverá poucos direitos e encargos trabalhistas reduzidos.

Sem beber e sem fumar

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO "Bebida é conversa", costumava dizer o jornalista Joel Silveira. Mas ele só descobriu isso quando parou de beber, com o fígado incrivelmente inteirado depois de milhares de doses de uísque, castigo sem piedade a que foi submetido durante anos (e incrivelmente também sem que reclamasse). O fato determinante para a abstinência foi que os amigos começaram a morrer, e Joel não tinha mais com quem conversar. Restaram as lembranças: "Ah, Senhor dos Céus, que saudades de uma boa, devastadora ressaca!".

Trabalhando em casa e saindo à rua só para o essencial, um amigo meu — que cultivava os mesmos hábitos de Joel Silveira — também parou. Já lá se vão quatro meses, e nada, nem um mísero gole de chope. Toma água, de vez em quando um suco de graviola. Para grande surpresa dele próprio, não sente falta de encher a caveira como fazia antes da pandemia.

Beber em casa, e sozinho, jamais. "O bom filho a casa não entorna", fi-

losófava. Seu negócio eram os velhos botecoquês do velho Centro do Rio, que só ele parecia conhecer, com suas mesinhas de mármore, chopeira com cem metros de serpentina e o melhor ovo colorido da cidade. Conversava o básico com outros bebuns — futebol, política, vida alheia. Gostava mesmo era de ficar vendo o pessoal passar e, distraído, tropeçar nos paralelepípedos irregulares.

Em compensação, começou a fumar mais. Ultrapassou o limite pessoal de um maço por dia. Automaticamente, sem pensar, acendia o cigarro. Foi quando percebeu que estava fumando uma marca diferente da que elegera na adolescência. Lançado em 1931, o tradicional Hollywood entrou em processo de substituição progressiva — um golpe de marketing dos gênios do mercado. Hoje, envergonhado, não é mais o caminho para o sucesso. Até o nome lhe tiraram. Virou Lucky Strike, aquele que separa os homens dos garotos.

Faz duas semanas que meu amigo não fuma.

Saneamento

Fernando Haddad

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo. Escreve aos sábados

Não sou dogmático em relação a parcerias privadas. Eu e Ana Estela elaboramos uma das mais bem-sucedidas parcerias público-privadas da história, o Proni, que já beneficiou mais de dois milhões de jovens de baixa renda. Chefe também a equipe que elaborou a lei geral das PPPs.

Os dois projetos sofreram oposição de setores da direita e da esquerda. O PFL (atual DEM) chegou a entrar com uma Ação Injuízo ao STF contra o Proni. Os procuradores do MEC eram simpáticos à tese do PFL, o que me obrigou, com o apoio do meu chefe de gabinete, a definir a vencedora estratégia de defesa.

O governo Lula foi também responsável pela maior expansão da história da rede federal de universidades, demonstrando que esforços públicos e privados podem se reforçar mutuamente.

Dito isso, passo a tecer considerações sobre a nova lei regulatória de saneamento.

Ao contrário do que se diz, a lei não "autoriza" a privatização do serviço, seja por concessão ou PPP. Na verdade, a nova lei, pela combinação de fatores como acesso a crédito, regulação federalizada e fim dos contratos de programa, praticamente "obriga" a privatizar, especialmente as empresas estaduais de saneamento, a maioria das quais criadas durante a ditadura militar.

É esse o aspecto que os que votaram a favor do projeto rejeitam em admitir, embora todos os números detalhes do novo marco imponham essa conclusão.

Conhecemos a cantilena: as empresas públicas são ineficientes; a empresa privada, ainda que busque o lucro, graças a sua competência, diminuirá custos a ponto de baixar a tarifa média, universalizar o serviço e remunerar adequadamente os acionistas.

Pois bem. O saneamento é um serviço público como outro (energia, telefonia, transporte), mas tem suas especificidades. O custo da captação de água, na margem, é cada vez maior, e a renda média dos novos usuários é cada vez menor. Não parece grande a disposição de prefeitos e governadores de subsidiar com recursos do Tesouro a universalização do serviço. O governo federal tampouco prevê a criação de um fundo nacional de universalização nos moldes de outros serviços públicos.

A menos que os ganhos de produtividade com a privatização sejam verdadeiramente colossais, a variável de ajuste para expandir os serviços será a tarifa, pressionada pela necessidade de ampliação dos investimentos, de um lado, e de eventual aumento do subsídio cruzado, de outro.

Minha aposta, hoje, é a de que, tudo dando certo, podemos até ter algum incremento do atendimento, mas à custa de um choque tarifário que será suportado prioritariamente pelas classes médias. A ver.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

A nova lei que prevê desconto de 25% na venda de imóveis da União é adequada?

Sim Muito além do desconto: liquidez para viabilizar política fiscal

Além dos benefícios imediatos, alienação de bens gera receita com tributos

Nicolas Paiva

Advogado especialista em direito imobiliário, é sócio de Silveiro Advogados

Após tramitar no Congresso Nacional, a MP915/2019 foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro e convertida na lei 14.011/2020. A lei tem como objetivo aprimorar os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União — e, nos dias atuais, mostra-se como importante ferramenta para redução de despesas e possível alternativa de receita para melhorar a situação fiscal, sabidamente delicada.

De acordo com o Balanço Geral da União, o Brasil tem R\$ 13 trilhões em ativos imobiliários. São aproximadamente 750 mil imóveis, divididos entre bens "de uso comum do povo", "de uso especial" e "dominicais" (sem qualquer destinação específica).

Dentre todos os ativos imobiliários, 25% do valor contábil correspondem aos "bens de uso comum do povo", e 53,17% aos "bens de uso especial". Os imóveis são classificados por sua destinação, como praias, parques e rios no primeiro caso, e hospitais ou escolas públicas na segunda classificação. Nestes dois casos, os referidos bens são inalienáveis, mas podem ser objeto de desafetação (procedimento legal pelo qual um bem público é desativado ou perde sua destinação própria), tornando-se bens alienáveis.

Atualmente, da totalidade do valor patrimonial imobiliário, "apenas" R\$ 215 bilhões são bens dominicais; portanto, passíveis de alienação. Em sua maioria, são bens que representam gastos elevados de manutenção

para o Estado, que, notoriamente, é ineficiente na gestão desses ativos.

Uma das inovações da lei é a possibilidade de concessão de desconto de 25% sobre o valor de avaliação do imóvel já na segunda praça de leilão. Até então, o desconto era limitado a 10%, ocorria apenas na terceira praça e para imóveis de até R\$ 5 milhões.

Não se trata de previsão legal que beneficia possíveis adquirentes em detrimento do patrimônio da União. Trata-se, na realidade, da lei da oferta e da procura. Se não houver demanda que considere pagar o valor de avaliação realizada pela União, tem-se que a oferta não está condizente com o equilíbrio econômico daquele determinado ativo. É uma previsão que visa a dar liquidez ao ativo, viabilizando sua alienação. Ainda, uma vez alienado, o imóvel imediatamente deixa de ser despesa e passa a ser conta-

bilizado como receita, reduzindo o rombo fiscal do Tesouro Nacional.

A alienação desses ativos não traz apenas benefícios imediatos. Quando se tornam propriedade privada, passam a fazer jus à incidência de tributos que beneficiam o caixa de municípios, mediante pagamento de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Além disso, eventuais transações entre esses privados fomentam a economia, pois há obrigatoriedade de recolher os impostos sobre transmissão, como é o caso do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), em favor do município, e do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), em favor do Estado. Assim, a estratégia de "desmobilização" da União é importante aliada na política fiscal de estados e municípios.

A lei não prevê somente procedimento de alienação, mas atua também em várias frentes para racionalizar o aproveitamento e gestão desses ativos, seja por meio de fundo de investimento imobiliário, permuta, dação em pagamento de débito fiscal inscrito em dívida ativa ou rearranjo da destinação para órgãos públicos, considerando, para isso, o perfil de cada imóvel.

Tem-se, portanto, que a lei confere maior eficiência na gestão dos ativos. Alinhada à política econômica fiscal, permitirá melhor equilíbrio nas contas públicas e a destinação de recursos para áreas mais carentes e emergenciais, tais como educação e saúde.

[...]

Trata-se, na realidade, da lei da oferta e da procura.

(...) Uma vez alienado, o imóvel deixa de ser despesa e é contabilizado como receita, reduzindo o rombo fiscal

Não Alienação de imóveis e as imperfeições da lei

Redação imprecisa gera avalanche de dúvidas sobre o valor da avaliação

Cristiana Fortini

Doutora em direito e professora de direito administrativo da UFMG e das Faculdades Milton Campos; é vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)

No último dia 10 de junho, foi publicada a lei 14.011/20, resultado da conversão da medida provisória 915/19. Seu objetivo central é aprimorar os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

Chama atenção a intenção em acelerar e flexibilizar o procedimento que conduz à alienação. Não se transferem bens públicos imóveis sem que se observem passos importantes com realce para a avaliação e a licitação, como regra.

Ao já existente artigo 24-A da lei 9.636/98, foram acrescentados alguns parágrafos pela lei 14.011/20. O "caput" já permitia a venda direta de bens na hipótese de concorrência ou leilão desertos (sem interessados) ou fracassado (houve interessados, mas nenhum vencedor).

O novo parágrafo 1º prevê, diante da mesma realidade (licitações desertas ou fracassadas), a possibilidade de se realizar um segundo certame com desconto de 25% sobre o valor de avaliação vigente.

A hipótese de venda direta é mencionada apenas no parágrafo 2º, que a condiciona a um segundo procedimento licitatório "mal sucedido" (o parágrafo 1º).

A principal observação diz respeito ao percentual de 25% de desconto sobre o valor da avaliação vigente. Deve-se destacar a imprecisa redação, que gera uma avalanche de dúvidas, impossíveis de serem todas elas expostas aqui.

O que se pode afirmar, a partir do texto legal, é que o parágrafo 1º do ar-

tigo 24-A prevê a incidência do desconto de 25% no valor do bem, para fins da segunda licitação.

A diminuição do valor do bem impulsionaria a atratividade do certame, potencializaria a participação e facilitaria a consumação da venda. Mas essa lógica é aderente apenas aos casos de certas áreas desérticas, assim definidas pela ausência de interessados. Casos de licitação fracassada — assim conceituada quando comparecem interessados, mas nenhum se consagra vencedor — não deveriam autorizar o desconto. Afinal, se houve participantes é sinal de que o mercado não foi refratário à avaliação original do bem.

A isso se soma o fato de que a lei estabelece, tanto na segunda licitação quanto na venda direta, um percentual de 25% como desconto aplicável. Pela literalidade dos dispositivos (parágrafos 1º e 2º do artigo 24-A), não se trata de teto máximo. Se

assim fosse, os gestores poderiam analisar o apetite do mercado e então quantificar, motivadamente, o percentual, limitado a 25%.

Claro que se pode cogitar de uma infelicidade do legislador que desejava apenas impor um limite, sem, contudo, ditar um único percentual. Claro que se pode interpretar que quem pode o mais, pode o menos.

Mas, na literalidade da regra, o desconto é de 25%, e não de até 25%, o que soa inapropriado porque impede que a União possa eventualmente alcançar o resultado desejado (venda) com menor sacrifício, o que privilegiaria o interesse público.

A situação assume um ar ainda mais curioso quando se verifica que o mesmo legislador prevê, para o caso de leilão eletrônico, descontos sucessivos até 25%.

Ora, qual a explicação possível para que em casos de concorrências/leilões presenciais ou vendas diretas o desconto seja de 25%, enquanto esse mesmo percentual é o ponto de chegada para descontos em leilões eletrônicos? Falha de redação?

O problema não está em se reduzir o valor do bem. O inôcmodo está em cravar um único percentual como o adequado, desprezando as circunstâncias várias do caso concreto. O inôcmodo está em prever um "até" apenas para leilões eletrônicos. O inôcmodo, enfim, está em se tratar licitações desertas e fracassadas como se traduzissem, nos dois casos, uma reação do mercado ao valor inicial.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

#UseAmarelo pela Democracia

Parabéns pela iniciativa. Precisamos de muitas aulas de história para instruir a população mais jovem e reavivar a memória dos mais experientes ("Inspirada nas Diretas Já, Folha lança campanha em defesa da democracia", Poder).

Ivone Patelli (São Paulo, SP)

Parabéns à Folha pela campanha em defesa da democracia. É preciso resgatar a memória para que os erros cometidos no passado não sigam se repetindo. Nossa democracia está em risco e isso, em grande parte, é resultado da ausência de justiça que responsabilizasse os que cometeram crimes de lesa humanidade durante a ditadura militar, contra o Estado de Direito e a democracia. Nós, do Instituto Vladimir Herzog, estamos engajados na luta pelo Estado democrático de direito e apoiamos a iniciativa.

Rogério Sottili, diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog (São Paulo, SP)

Parabéns pela iniciativa, toda luta constitucionalmente democrática é válida. Mas, desculpe, amarelo? Amarelo se tornou a cor da antidemocracia, do que está sendo combatido. Ao escolher o amarelo, mesmo que por resgate histórico, a Folha dá margem para que antidemocratas se apropriem do movimento e o façam morrer por dentro. Por que não azul ou branco, igualmente nacionalistas e que carregam o simbolismo da paz e da serenidade?

Fábio Farias (Guaulhos, SP)

Datafolha

O presidente continua o mesmo: maledicente, intolerante, incompetente e incapaz ("Aprovação de Bolsonaro segue estável após prisão de Queiroz", Poder, 26/6). Ex-militar na Educação; membros do governo visitam ministro do STF; cargos cedidos ao centrão; isso tudo esse governo produz para neutralizar perdas no seu eleitorado, por desmandos e reflexos do caso Queiroz.

Fausto da Silva Baptista

(São Caetano do Sul, SP)

Até que o resultado dele não é ruim. A imprensa tem que bater mais forte nele, parece que os resultados não são de todo ruins para ele.

Reinaldo Zaton (Santo André, SP)

A popularidade do presidente se mantém graças ao auxílio emergencial de R\$ 600. Mas o aumento da aprovação entre os mais pobres esconde o declínio da aprovação entre a classe média e os mais ricos. Isso é grave risco, pois quem sempre derrubou governos no Brasil foi a elite. Um presidente pode ter 100% de aprovação entre os mais pobres, mas, se perder a elite, já era!

Maurício Serra (Cidade Ocidental, GO)

É difícil para os adoradores fanáticos do mito entender que a população está farta de roubafeira e desmandos! Bolsonaro se elegeu com uma bandeira de honestidade e fanatismo religioso! O fanatismo se mantém, mas a honestidade e competência nem um pouco! Não queremos mais PT e muito menos esse desgoverno! Precisamos de terceira força que resgate a decência que esse povo sofrido merece!

David Silva (Serra, ES)

Inteligência de Bolsonaro

A questão não é o grau de inteligência, mas a serviço de quem está a inteligência ("Maioria dos brasileiros considera Bolsonaro pouco inteligente, aponta Datafolha", Poder). Neste ponto a direita está mal servida.

Mateus Sá (Goiania, GO)

Gostaria muito que vocês fizessem a mesma avaliação para o jornalismo da Folha, aposto que o Bolsonaro sairia ganhando de vocês!

Harold Barretto (São Paulo, SP)

O brasileiro realmente é o mais otimista do planeta! Achar essa figura "pouco inteligente"!

Edison Luciano (Rio Claro, SP)

Guedes e os servidores

Aposentei-me no teto da carreira, em 94, como técnica de nível superior no Executivo. À época meus rendimentos chegavam a pouco mais de 12 salários mínimos. Principalmente devido ao rebaixamento de que fui vítima em 2005 na implantação de novo plano de carreira, além da falta de correção desde 2017, meus rendimentos hoje não chegam a seis salários mínimos. Sou exceção, na visão do ministro ("Apesar do STF, Guedes insiste em cortar salário de servidor", Mercado, 26/6). Precisamos sair de Brasília e conhecer o Brasil.

Maria das Graças Silva (Uberlândia, MG)

Com essa proposta, o ministro da Economia quer nivelar todos por baixo em vez de questionar a iniciativa privada a começar a valorizar mais o trabalho depois da nossa pandemia, e não a ganância por lucro, senão não vamos ter dinheiro circulando no comércio. Claro que não defendo que os estados e municípios quebrem, pois os altos salários é que deveriam ser controlados!

Paulo Roberto (Arujá, SP)

Covid-19

Quanto mortos são necessários ("SP chega a 2,8, e 87 casos de Covid e ultrapassa a Itália", Saúde, 26/6)? Até conservadores dos nossos tempos sabem que corrupção pública privada e salvadores da pátria esquerda ou direita são frutos da ignorância. Pedem ditaduras, pois nelle seus crimes não vêm à público. Nenhum país capitalista decolou sem educação, democracia ou com minoria de incultos que desprezam a ciência, de insanos fanáticos e de empresários trambiqueiros.

João Bosco Gas Carlucho

(Piedade, RJ)

Eferméride

Interessante a Folha, que se diz tão plural, não ter dado qualquer nota que seja sobre os 52 anos do assassinato covarde do soldado Mário Kozel Filho pela quadrilha VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Ou será que somente a morte de guerrilheiros e terroristas importam?

Mário Benoni Castanheira

de Souza (Brasília, DF)

Onças-pintadas

Lock miawn ("Sem turistas, onças-pintadas se aproximam de passarelas no Pantanal", Cotidiano, 25/6).

J. Miguel Ortega (Belo Horizonte, MG)



Onça-pintada, em passarela no MS

Edir Alves/Fazenda San Francisco

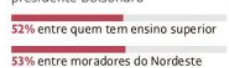
ERRAMOS

eramos@grupofolha.com.br

MUNDO (26 JUN, PÁG. A12) Diferentemente do que publicou a coluna Toda Mídia, Adolfo Pérez Esquivel é argentino, não uruguaio.

PODER (26 JUN, PÁG. A5) O quadro "Popularidade de Bolsonaro permanece estável após prisão de Queiroz" foi publicado com dados incorretos em três gráficos. O correto está abaixo:

Nunca confia nas declarações do presidente Bolsonaro



Presidente está envolvido ou não no esquema de 'rachadinha'?



mercado **coronavírus**

Confiança de consumidor e empresa se recupera mais lentamente no Brasil

País partiu de patamar mais baixo antes da crise e está em pior situação entre 20 países de economias relevantes

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Apesar de a confiança de consumidores e empresários ter apresentado dois meses seguidos de recuperação após o fundo do poço verificado em abril, o indicador brasileiro encontra-se em uma situação desfavorável em relação à maioria dos países economicamente relevantes.

Segundo levantamento do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV), o Brasil partiu de um patamar mais baixo de confiança antes da crise e, quanto se considera as magnitudes da queda e da recuperação, o país está em pior situação entre cerca de 20 economias selecionadas.

A confiança da indústria brasileira, por exemplo, caiu quase 55% de março para abril (cerca de 45 pontos, praticamente o dobro da média do recuo nos países selecionados).

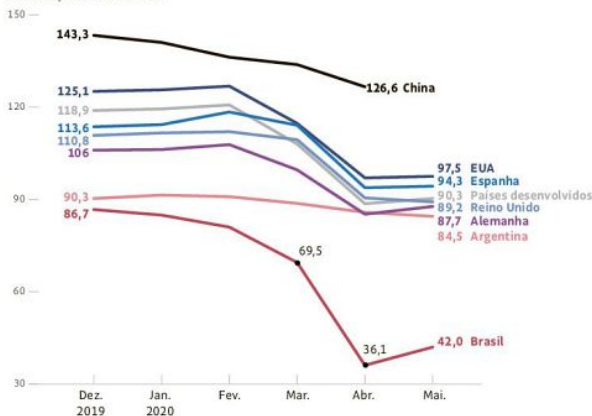
Algo similar foi visto apenas na China. O país asiático, no entanto, recuperou em março mais de 100% da perda de fevereiro (pior mês nesse caso). O Brasil não chegou no meio do caminho e apresenta recuperação mais lenta que praticamente todos os países selecionados.

Em relação à confiança dos consumidores, a queda foi de 50 pontos, quase o dobro do verificado no Japão e na Colômbia, que ficaram em segundo lugar entre os países mais afetados nesse indicador. Nesse caso, a Brasil tem uma taxa de recuperação mais alinhada a outros países, mas que é favorecida pela base de comparação mais baixa.

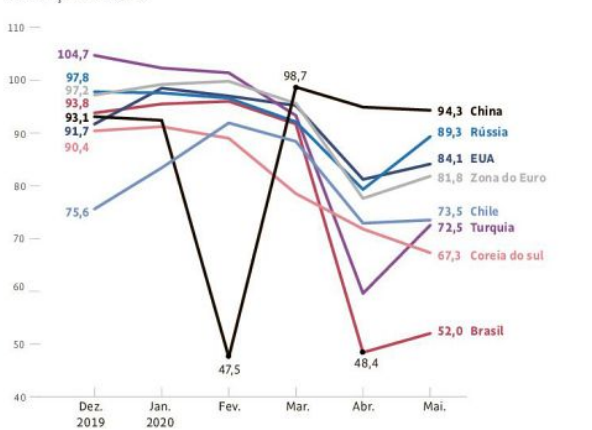
"Se a gente considerar o momento anterior da pandemia e que o Brasil é o país que tem o indicador de incerteza mais elevado do mundo, isso tudo contribui para que a gente imagine que a recuperação da confiança não vai ser tão rápida assim. O Brasil vai ter mais dificuldade que outros

Brasil tem queda maior e recuperação mais lenta da confiança*

Confiança do consumidor



Confiança da indústria



*O estudo completo inclui 20 países selecionados.

Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV)

países", afirma o economista Rodolpho Tobler, da FGV Ibre.

Segundo Tobler, é muito provável que abril tenha sido mesmo o fundo do poço para a economia, mas ainda não se sabe se haverá uma nova onda de contaminação que possa reverter o processo de reabertura das últimas semanas.

Além disso, as sondagens da FGV consideram tanto a avaliação da situação atual como a expectativa em relação ao futuro. E o resultado tem sido mais influenciado pelo indicador de expectativas, pois na situação atual é natural que as pessoas imaginem um futuro melhor do que o presente.

O economista afirma ainda que o consumidor brasileiro está menos confiante que o empresarial, algo que se explica pelos altos índices de desemprego e afeta o principal pilar da economia, o consumo das famílias, que deve demorar a se recuperar.

Segundo Tobler, o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais contribuiu para melhorar a confiança do consumidor, mas não foi suficiente para recuperar o que foi perdido.

Marcelo Neves, professor da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da FEA/USP), afirma que os índices de confiança e outros indicadores econômicos confirmam que a economia está em processo de recuperação, mas a destruição de empresas e empregos nos últimos meses vai atrasar esse processo.

"Aparentemente, a gente bateu no fundo do poço e estamos em uma trajetória de estabilidade para melhorar. A notícia ruim é que o poço é muito fundo. Agora, é preciso dar tração à economia", afirma Neves.

"Será muito difícil ter uma retomada muito rápida. Estávamos atrasados em relação ao resto do mundo antes

da crise. E você teve destruição de emprego, destruição de renda, empresas fecharam, pararam de recolher impostos. Vai ter menos gente para empurrar o carro."

Ele afirma que o auxílio emergencial e outras ações do governo foram importantes para essa estabilização, mas que agora é necessário retirar lentamente esses incentivos e, ao mesmo tempo, buscar outras formas de ação estatal para que haja uma retomada do crescimento.

Além disso, afirma ser importante que a sociedade possa caminhar na mesma direção, a despeito dos problemas políticos, e que haja mais harmonia entre os Poderes para que sejam aprovadas reformas que estimulem os investimentos privados, como ocorreu no caso recente da aprovação do novo marco do saneamento pelo Congresso.

O professor de macroeconomia do Insper Eduardo Correia afirma ver nos indicadores de confiança, incluindo sondagens e índices financeiros como Bolsa e juros, um otimismo exagerado.

Ele questiona a capacidade do Ministério da Economia de coordenar um processo de recuperação econômica que dependa da ação governamental e crítica o relaxamento das medidas de isolamento por governos estaduais, que classifica como precipitada.

"Eu sou muito cauteloso com o caso brasileiro, porque aqui, mais do que em outros países relevantes economicamente, a gente tem se movido no escuro, sem testagem para a Covid-19, com manipulação de dados pelo Ministério da Saúde", afirma Correia. "O Brasil corre um risco maior do que outros países de ter uma segunda onda muito forte justamente por causa de um relaxamento prematuro. O que diferencia o Brasil é essa falta de planejamento."

Retração no 2º trimestre no país será a maior em 40 anos

Fernando Canzian

SÃO PAULO O distanciamento social provocará neste segundo trimestre o maior tombo na economia brasileira em 40 anos. A volta ao patamar anterior à epidemia também deve ser a mais lenta em quatro décadas.

Projeções do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) apontam para uma retração de 9,8% no PIB entre abril e junho de 2020 em relação a janeiro e março.

A maior queda trimestral nas últimas quatro décadas até então havia sido de 4,7%, no quarto trimestre de 1990.

Naquela época, no governo Fernando Collor (1990-1992), a recessão se estendeu por 11 trimestres e causou perda de 8,2%. Mas foi seguida de período expansivo de 12 trimestres, com crescimento de 19,4%.

A retração recorde ocorrerá com o Brasil sem espaço fiscal para políticas contracíclicas, com informalidade e desigualdade em alta e ainda longe de ter se recuperado de sua última recessão, de 2014 a 2016.

É a primeira vez que o Brasil entra em um novo ciclo negativo sem ter se erguido totalmente das perdas do anterior. Quando a Covid-19 chegou ao país, a economia havia recuperado apenas 5,3% do tombo de 8,8% da última recessão.

No primeiro trimestre de 2020, com apenas 1/6 do período afetado pelo isolamen-

to, o PIB já havia caído 1,5%. Somando isso à nova queda projetada para maio e junho, o encolhimento será de 11,9% em dois primeiros trimestres.

É o maior tombo de uma série inédita, que abrange 40 anos, elaborada pela Superintendência de Estatísticas Públicas e pela área de Economia Aplicada do Ibre/FGV.

"O cenário atual é bem mais difícil do que o de recessões anteriores por causa da tendência insustentável de crescimento da dívida pública e do déficit fiscal, recorrente há sete anos", diz Luana Miranda, pesquisadora do Ibre/FGV.

Sem considerar uma eventual segunda onda da Co-

vid-19, o órgão projeta a volta do crescimento no terceiro trimestre. Mas ele será lento e não deve encontrar apoio em gastos estatais, no mercado de trabalho ou nos investimentos das empresas.

O Ibre/FGV estima em 6,4% a retração do PIB em 2020, seguida de recuperação de 2,5% em 2021, insuficiente para recuperar nem metade das perdas deste ano. Além disso, como o setor de serviços (que emprega 2/3 dos trabalhadores, sobretudo informais) sofreu retração recorde, continuará forte a pressão para que o governo estenda o prazo da ajuda emergencial, ampliando o rombo nas contas públicas.

Com os R\$ 600 pagos por três meses a milhões de brasileiros, o auxílio já custou cerca de R\$ 150 bilhões. Na quinta (25), o presidente Jair Bolsonaro disse que ele pode ser estendido por mais três meses, com parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300. O gasto subirá a cerca de R\$ 230 bilhões.

O ajuste emergencial resolve temporariamente o problema dos trabalhadores, pois eles devem conviver em uma economia de baixo crescimento e com taxa de desemprego média de 18,7% neste ano, segundo as projeções do Ibre/FGV.

Até a pandemia, e em razão das dificuldades fiscais, o governo sustentava que a recu-

peração viria dos investimentos e dos empregos privados, que cresceriam lentamente e apoiados na informalidade.

Para Juliana Trece, pesquisadora do Ibre/FGV, será muito difícil, no entanto, o setor privado sustentar a recuperação com um quadro macroeconômico e político atual pouco atrativo aos investimentos.

Ao contrário de outros países que estão elevando o endividamento público, o Brasil poderá encontrar dificuldade também em financiar o aumento de sua dívida em um cenário de juro baixo.

Com a Selic em 2,25% ao ano, bastaria o Brasil crescer mais do que isso para conter

o aumento do endividamento como proporção do PIB — que deverá atingir quase 100% ao fim deste ano, o maior patamar entre os emergentes. Mas a insegurança política e econômica vem pressionando o dólar, que já subiu mais de 30% neste ano.

Mesmo que não pressione a inflação via preços de importados porque a demanda interna está baixa, o dólar caro pode obrigar empresas que usam componentes de fora a produzir menos para atender só os consumidores de maior renda, para quem conseguiriam repassar os aumentos.

Em junho, embora a prévia da inflação oficial (IPCA-15) tenha mostrado estabilidade, artigos de residência, como equipamentos de TV, informática e eletrodomésticos, subiram acima da média.

"Em um cenário como esse, o dólar alto não vira inflação, mas piora a atividade à medida que as empresas diminuem a produção e perdem margem de lucro", diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator.

Segundo ele, isso pode reforçar um ciclo de insegurança e baixo crescimento que acaba pressionando ainda mais o câmbio.

Se isso ganhar força, não só a inflação tende a ser afetada pelo dólar mas o BC poderá ser obrigado a elevar o juro.

Nesse cenário de aumento dos juros, a relação dívida/PIB aumentaria ainda mais.

Pulso da economia nos últimos 40 anos

Ciclos de recessão e expansão

Variação nos trimestres

Acumulada, em%



*Datação não oficial da recessão atual feita com base das projeções da FGV Ibre | Fonte: IBGE e FGV Ibre

A greve dos entregadores de app

'Trabalho enobrece o homem' no dos outros é refresco; ninguém deve se esforçar por ninharia

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

A primeira greve geral dos entregadores de aplicativos está marcada para o dia 1º de julho. Essa greve, do ponto de vista econômico, é importantíssima para delinear as relações trabalhistas que vão nortear grande parte dos novos empregos gerados nos próximos anos.

Há um mito em relação ao movimento dos entregadores: que há incompatibilidade entre o interesse deles e dos consumidores, que qualquer aumento de renda para os trabalhadores significaria maior

preço para os consumidores. Esse dilema não existe, nem do ponto de vista econômico nem no campo ético.

A greve dos entregadores faz todo o sentido econômico, uma vez que as empresas de aplicativos formam, em relação à sua capacidade de contratar trabalhadores, um oligopsonia.

Esse termo técnico significa que poucas empresas são compradoras de um determinado produto ou serviço —no caso, do trabalho dos entregadores. Em um oligopsonia, como no caso de celulares, poucos vende-

dores (como Apple, Samsung e Xiaomi) têm poder de mercado sobre a venda de produtos. Em um oligopsonia, as empresas conseguem baixar o preço dos salários na marra. Quanto maiores os oligopsonias no mercado de trabalho, menor os salários.

E essa é a evidência que temos. O trabalho de José Azar e colegas (2019) mostra que a produtividade dos trabalhadores, nos Estados Unidos, é 17% maior que seus salários deveriam ser, se não houvesse poder de mercado por parte das

empresas contratantes.

Em outro estudo, também de 2019, o resultado é que 60% do mercado de trabalho é altamente concentrado. O resultado de Brad Hershbein e colegas (2019) é também muito claro: um aumento de 1% na concentração do mercado de trabalho é associado com uma redução de 0,14% no salário médio dos trabalhadores.

Flávio Hafner (2020), no contexto francês, mostra o que acontece quando trabalhadores passam a ter mais opções de contratação.

Sua análise depende de um evento que passou a permitir franceses perto da fronteira a trabalhar na Suíça. Nos três primeiros anos, o desemprego dos trabalhadores menos qualificados diminuiu em 3%, e o salário médio aumentou 1,6%.

E, pior, quanto maior o poder de mercado dos contratantes, menor a taxa de retenção, o que é ruim para todos. E é nesse contexto que devemos analisar a greve dos entregadores de aplicativos.

A briga deles não é por gigantes aumentos de salários, que vão virar taxas absurdamente altas para os consumidores. É conflito contra o poder de mercado das grandes empresas contratantes e que pode trazer, a longo prazo, maiores salários para os entregadores e menores preços para os consumidores, se o aumento da remuneração gerar maior

produtividade, menor estresse e maiores taxas de retenção.

Além do argumento econômico, há outro, ético: "Trabalho enobrece o homem" no dos outros é refresco. A sociedade exige salário mínimo por que ninguém deveria trabalhar 200 horas por mês por miséria.

É preferível entregar renda diretamente aos trabalhadores, como a renda básica emergencial, a incentivar trabalho a qualquer custo.

Claro que, do ponto de vista social, quanto mais gente em trabalho, melhor. Mas ninguém deve entregar esforço por ninharia. Essa greve é um grande movimento de pressão aos empregadores que têm poder de mercado.

Somente com elevada coordenação o entregadores vão realmente conseguir pressionar as empresas de aplicativos. Nosso dever é apoiá-los.

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guaanes, Cecília Machado | QU. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Risco de investir no Brasil é crescente sob Bolsonaro, diz fundo norueguês

Para executivo que liderou alerta ao governo, política ambiental atual reverteu ganhos do passado

ENTREVISTA
JAN ERIK SAUGESTAD

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS "Todos queremos continuar investindo no Brasil. Mas, se não vimos uma clara mudança de curso, o risco de continuar está ficando maior e maior, e vamos chegar ao ponto em que teremos que sair", afirma Jan Erik Saugestad, principal executivo da administradora de fundos de pensão norueguesa Storebrand Asset Management.

O fundo liderou o movimento de cerca de 30 companhias que, nesta semana, enviaram uma carta pedindo audiência para discutir a falta de proteção ambiental sob o atual governo brasileiro.

Mais de 230 fundos de investimento já haviam feito ação semelhante em setembro do ano passado, durante as queimadas da Amazônia.

"Aquele foi uma ação voltada para companhias. Vimos reação, não apenas em discurso mas na pressão que elas fizeram sobre o governo", afirmou Saugestad.

"No entanto, não houve mudança na direção das políticas públicas. Por isso, agora queremos falar não mais indiretamente, mas diretamente com o governo", afirmou o executivo.

Segundo ele, não haverá mudanças de uma hora para a outra, mas é preciso barrar já a adoção de leis que tornam ainda mais frágil a proteção ao ambiente —os fundos citam especificamente os projetos de novas regras para posse de terra (projeto de lei 2.633/20) e o que trata de pesquisa e extração de recursos em terras indígenas (projeto de lei 199/2020).

O Brasil recebe uma parcela pequena dos US\$ 87 bilhões (R\$ 400 bilhões) administrados pelo Storebrand no mundo. São cerca de US\$ 117 milhões (R\$ 640 milhões), em 53 empresas.

"Mas importa menos o investidor individual e mais a ação conjunta de várias companhias [que administram no total US\$ 4,1 trilhões]. É o setor amplo dos fundos atuando na mesma direção. Esperamos que o governo reconheça e dê uma resposta", afirma o executivo.

Em setembro, o Storebrand

“**Todos queremos continuar investindo, queremos contribuir com o desenvolvimento econômico do Brasil como investidores. Mas, se não vimos uma clara mudança de curso, o risco de continuar está ficando maior e maior, e vamos chegar ao ponto em que teremos que sair**

“**É preciso haver crescimento sustentável, de um jeito que não seja devastando as florestas. Tem que ser um crescimento inclusivo. E o Brasil avançou muito no passado, com o apoio inclusive de governos como o da Noruega. Agora está se movendo na direção errada**

esteve entre outros mais de 230 fundos que assinaram um manifesto pedindo ação urgente contra incêndios na Amazônia e desmatamento. **Deu resultado?** Aquela foi uma ação voltada para companhias. Vimos reação, não apenas em discurso mas na pressão que elas fizeram sobre o governo brasileiro mostrando o risco de perderem investimento.

No entanto, não houve mudança na direção das políticas públicas. Por isso, agora queremos falar não mais indiretamente, mas diretamente com o governo.

Tentaram um diálogo com a Presidência ou o Ministério do Meio Ambiente? Normalmente falamos com as empresas e, desta vez, conside-



Jan Erik Saugestad, 55

tem mesurado pela Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega e pelo Insead (Instituto Europeu de Administração). Na Storebrand, foi também o principal executivo financeiro e administrador sênior de portfólio

ramos mais fácil abrir o diálogo com as embaixadas. Mas, dada a forte repercussão da carta, o efeito foi praticamente o mesmo de enviá-la diretamente ao governo.

Receberam resposta? Nenhuma resposta formal, ainda está cedo para isso. Mas sabemos que a mensagem alcançou seus alvos.

Na semana passada, o Storebrand e outros seis investidores ameaçaram retirar investimentos do Brasil. A carta, porém, não levanta essa hipótese. Houve dissensão entre os signatários sobre até onde levar a pressão? A carta faz referência a desinvestimento, quando afirma que as empresas ligadas a desmatamento podem encontrar difi-

culdade crescente para acessar os mercados.

Mas há uma distância entre "dificuldade crescente de acesso aos mercados" e retirar investimentos do país. Todos queremos continuar investindo, queremos contribuir com o desenvolvimento econômico do Brasil como investidores.

Mas, se não vimos uma clara mudança de curso, o risco de continuar está ficando maior e maior, e vamos chegar ao ponto em que teremos que sair. Dissemos isso também nas entrevistas.

A carta fala em riscos sistêmicos do desmatamento no longo prazo, mas fundos de investimento, principalmente fundos de pensão madu-

ros, têm uma pressão grande por entregar rentabilidade, e o Brasil ainda é um país onde é possível lucrar. O quanto perto estão os riscos de superar os ganhos? Teria que ver de companhia para companhia, mas é fundamental ter um arcabouço regulatório que seja não só previsível e estável, mas que aponte para a direção certa, que não leve a um risco crescente.

Pode até haver ganhos na superexploração econômica sem cuidado com o ambiente, mas eles são de curto prazo, e os fundos, principalmente de pensão, precisam de retornos de longo prazo. Para isso, precisam não apenas investir em empresas sustentáveis mas ver políticas que garantam sustentabilidade no longo prazo.

Se o desmatamento continua crescendo e as firmas brasileiras continuam recebendo recursos internacionais, é correto concluir que as pressões não têm efeito prático? O quanto essas iniciativas são movidas pela necessidade de dar satisfação aos stakeholders dos fundos? É uma jornada. Você constrói consciência nas empresas, nos governos, nos investidores e nos consumidores. Vou dar outro exemplo ligado ao clima, o carvão. Hoje a maioria dos investidores saiu de empresas de carvão, e muitas geradoras mudaram suas fontes de energia. Os consumidores, que são eleitores, pressionam os governos para sair do carvão.

Não é algo que mude do dia para a noite. É preciso ser persistente e coerente e apontar para a evolução. No caso do Brasil, muita coisa foi atingida. Mas a direção mudou nos anos recentes. Essa mudança de curso é que queremos evitar. Não haverá uma revolução, mas queremos evitar a adoção de novas leis que enfraqueçam a proteção ambiental.

Os fundos se referem especificamente à administração Bolsonaro. Sim.

Porque o sr. resolveu liderar essa iniciativa agora? Trabalhamos com sustentabilidade há 25 anos, mas nos últimos dois anos o movimento brasileiro tomou a direção errada. Vamos continuar pressionando para que o curso do desmatamento mude.

Há quem defenda que pressões econômicas não vão barrar o desflorestamento por que não há projeto de desenvolvimento econômico e social sustentável que apresente alternativas. Sim, é preciso haver crescimento sustentável, de um jeito que não seja devastando as florestas. Tem que ser um crescimento inclusivo. E o Brasil avançou muito no passado, com o apoio inclusive de governos como o da Noruega. Agora está se movendo na direção errada.

Se o sr. se encontrasse com o presidente Bolsonaro hoje, o que diria a ele? Três coisas. Uma é que acreditamos que investimentos sustentáveis garantem retornos por muito tempo e são a coisa certa a fazer, para um país, para as empresas e para os investidores.

A segunda coisa é que estamos ficando sem tempo. Precisamos não apenas parar as emissões de gás carbônico mas capturá-lo para evitar o aquecimento global, e também evitar um colapso da biodiversidade.

E o terceiro ponto é que apenas quando investidores, companhias e governos trabalham juntos podemos mudar algo.

saúde coronavírus

São Paulo posterga abertura de bares e salões de beleza

Capital decide esperar novo balanço; 9 regiões do estado estão em alerta máximo

João Gabriel e Marcos Guedes

SÃO PAULO Nesta sexta (26), o estado de São Paulo teve grandes mudanças em sua quarentena: a capital e as regiões do ABC e de Taboão da Serra avançaram para a fase amarela do isolamento, que permite o funcionamento (restrito) de bares, restaurantes e salões de beleza.

Por um pedido do comitê de contingência de combate ao coronavírus no estado, o prefeito Bruno Covas (PSDB) decidiu que as mudanças na regra de isolamento só se consolidarão caso a capital permaneça nesta fase até a próxima sexta-feira (3).

No interior, porém, houve regressão. Agora são nove as regiões na fase 1, vermelha, de alerta máximo, que impõe restrições maiores de atividade econômica: Franca, Ribeirão Preto, Aracatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, Registro e Piracicaba.

Em São Paulo, Covas pediu cautela. "Vamos aguardar a classificação que teremos na sexta-feira da semana que vem, para que o município possa abrir aquilo que a fase amarela permite".

O pedido do comitê também engloba as regiões sudoeste e sudeste da Grande São Paulo. Também nesta sexta, o governador João Doria anunciou que a quarentena no estado de São Paulo foi prorrogada até o dia 14 de julho.

"Nós vemos que na capital e na região metropolitana houve uma melhora significativa da epidemia. Notamos isso na ocupação dos leitos, na queda das internações, sobretudo na capital, que inclusive teve uma redução no número de óbitos", afirmou Patrícia Ellen, secretária estadual de desenvolvimento econômico.

Em qual fase as regiões do estado de SP se encontram

Divisão por Departamento Regional de Saúde

- Fase 1
- Fase 2
- Fase 3
- Fase 4
- Fase 5



Atividades econômicas	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Espaços públicos	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Atividades imobiliárias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Concessionárias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Escritórios	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Bares, restaurantes e similares	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Comércio	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Shopping centers	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Salões de beleza	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Academias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Teatros e cinemas	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Eventos que gerem aglomerações	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Indústria não essencial	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Construção civil	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Educação	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Transporte	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições

*Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Governo do estado de São Paulo

"Por outro lado, no interior, como já era esperado, temos, sim, uma presença e um crescimento importante da epidemia, que se traduz tanto no número de casos como de internações e de óbitos", acrescentou a secretária.

O estado de SP registrou 9.921 casos do novo coronavírus nas últimas 24 horas, chegando a 558.508 no total. O número é o maior desde o início da pandemia, com exceção do registro no dia 19 de junho, quando um problema no

sistema do SUS repressou dois dias de resultados, que foram contabilizados todos de uma vez, causando um pico atípico de mais de 19 mil casos. Caso se mantenha na fase amarela do Plano São Paulo (nome dado à quarentena

progressiva), a capital deverá ter mudanças nas regras de isolamento.

Shoppings, galerias e o comércio de rua passarão a funcionar com até 40% de sua capacidade e por seis horas. O mesmo valerá para o setor de serviços, salões de beleza e barbearias.

Para bares e restaurantes, além dessas duas restrições, a regra é que apenas áreas arcaicas podem funcionar e o horário de funcionamento [fica] limitado até 17h ou seguindo o regramento do estabelecimento em que se encontra", como afirma a explicação do governo para esta fase.

"O município de São Paulo já estava numa região laranja e agora atingiu uma possibilidade de liberação um pouco maior, mas nós do comitê de saúde estamos emitindo uma nota técnica e solicitamos com o prefeito, que concordou plenamente, que seria interessante dar um tempo adicional por segurança", afirmou Carlos Carvalho, coordenador do comitê de contingência do estado.

Segundo o secretário de desenvolvimento do interior, Marcos Carvalho, com a nova atualização, quase 30 milhões de pessoas ficam nas fases 2 e 3 do aprofundamento da quarentena, 64,48% do estado. Ainda de acordo com Carvalho, 24,82% do estado precisará restringir ainda mais as regras de isolamento, enquanto as três regiões que avançaram representam 36,23%.

Na última quarta (24), Doria anunciou que as aulas presenciais deviam retornar em 8 de setembro, mas com restrições, faseamento, rodízio de estudantes e apenas se todos os departamentos de saúde do estado estiverem na fase amarela da quarentena.

Quando do anúncio, ainda nenhum setor do estado se encontrava na fase amarela. Em que pese três regiões terem avançado nesta sexta, outras cinco regrediram.

A Folha o secretário de educação, Rossieli Soares admitiu que, se eventualmente todas as regiões atingirem a fase amarela e uma delas regredir ao longo dos 28 dias, pode-se avaliar a abertura regionalizada, se a equipe de Sa-

ÚDE autorizar.

A determinação do governo Doria compreende de creches a universidades, das redes municipais, estaduais e privadas. O retorno das atividades seria faseado.

Na primeira etapa, as aulas voltam com 35% dos estudantes em sala. Depois, numa segunda fase, serão 70%, até chegar a 100% na terceira. Os protocolos englobam distanciamento entre os alunos, monitoramento das condições de saúde e protocolos de higienização. Além disso, atividades como feiras, congressos e festas ficam suspensas por tempo indeterminado.

"Acordos e durmo pensando em quantas mães têm que trabalhar e não têm com quem deixar os filhos. Entendo que possa haver uma volta anterior da educação infantil [fora da alçada do estado] em razão disso, ainda que haja forte reação contrária. É preciso discutir na sociedade", afirmou Rossieli.

Após o anúncio, a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de SP) ameaçou promover uma greve caso a retomada se concretize, por considerar a decisão precipitada.

Os números da Covid-19 em SP

258.508 casos

9.921 infecções foram confirmadas entre quinta e sexta; estado registra 5875 casos por 100 mil habitantes

13.966 mortes

207 óbitos confirmados em 24 h; a taxa no estado é de 31,7 mortes por 100 mil habitantes

65,4%

é o índice de ocupação de leitos de UTI no estado

156.200 testes

foram aplicados desde 19.mar até quarta (24)

37 km, às 14h

foi o pico de lentidão no trânsito na tarde desta sexta na capital paulista

Atingidos por enchentes na zona leste se unem contra Covid

Wesley Galzo

SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL O ano de Estevan Felipe Souza, 33, não tem sido fácil. Morador da Vila Itaim, na zona leste de São Paulo, o vendedor ambulante perdeu boa parte dos móveis que tinha em casa por conta das chuvas no começo do ano.

Quando começava a se recuperar do prejuízo, a família de Souza foi novamente abalada, dessa vez por causa da pandemia. Dois familiares, um tio e um primo, morreram vítimas da Covid-19.

"Não foi só eu, muitas famílias perderam tudo e até hoje não conseguiram se recuperar porque surgiu essa pandemia. Não tem horizonte para sair disso. Não estamos vivendo, estamos sobrevivendo, por causa desse vírus", conta Estevan.

Paí de seis filhos, Estevan vendia produtos nos trens e metrô de São Paulo e parou de trabalhar com receio dos riscos de pegar o vírus.

Apesar de não ter trabalho formal, ele teve o auxílio emergencial do governo federal negado duas vezes. A família sobrevive com o benefício do Bolsa Família e o auxílio recebidos pela esposa, além das doações dos vizinhos.

"Meus filhos estão dormindo em dois colchões que meu sogro armou, porque a beliche foi embora".

Nas últimas semanas, ele estava na fila da Feira da Amizade, uma ação organizada por moradores da zona leste, que tem buscado apoiar, com ali-



Feira da Amizade em frente ao Bar do Junior, na Vila Itaim Wesley Galzo/Agência Mural

mentos e materiais de higiene, a população da região.

Um dos organizadores é o padeiro Eriovaldo Silva, 58, que também é líder comunitário da região e esteve à frente das reivindicações durante o período crítico das chuvas.

"Durante a enchente, tive que fazer um rebuliço no nosso bairro para vir a Defesa Civil", conta o padeiro.

"Tudo que é bom a gente soma. O Eriovaldo trabalha na área da confeitaria, então ele costuma trazer cerca de 500 pãesinhos pra gente doar. A pessoa além de vir pegar as

frutas e os legumes já sai com o pão para o café do manhã", conta Anderson dos Anjos Oliveira, 40, que criou a Feira da Amizade há dois anos.

Antes da pandemia, eram dez famílias cadastradas, mas nos últimos três meses, por conta do novo coronavírus, houve um aumento expressivo no número de cadastros. Hoje são 520 famílias.

A inscrição é feita por meio de grupos no WhatsApp nos quais são passadas orientações sobre o local de realização da feira e os procedimentos de organização.

“ Não foi só eu, muitas famílias perderam tudo e até hoje não conseguiram se recuperar porque surgiu essa pandemia

Estevan Felipe Souza vendedor ambulante

"Minha preocupação maior em relação à feira é organização para que não haja aglomeração. A gente se preocupa muito com essa questão da saúde. Família com idosos nós levamos a feira na casa, para que evitem sair", ressalta.

Anderson é morador do Jardim Romano há 20 anos. Além do bairro, a ação tem chegado a Vila Itaim, Vila Mara, Vila Noemia, Jardim Robru e até Guaianases.

Desde o início da pandemia a feira ocorre em dois lugares fixos: no CEU Três Pontes, no Jardim Romano, e no Bar do Junior, estabelecimento de José Junior, 32, morador da Vila Itaim, que também teve perdas nos alagamentos.

Com as chuvas, nenhum produto do estoque do bar ou equipamento de trabalho foi salvo. O local que hoje serve de ponto para distribuição de alimentos foi utilizado para deixar dois barcos utilizados no transporte de moradores ilhados na época.

Sem poder trabalhar, Junior passava o dia conduzindo a embarcação para remover idosos das áreas em que a água subiu mais de um metro.

A quarentena fez com que ele fechasse de vez o estabelecimento. "Tem gente que está com mais dificuldade do que eu. Se você não consegue ajudar financeiramente, você colabora; descarrega um caminhão, organiza uma fila, empresta um material, em alguma coisa você está ajudando", explica.

Eriovaldo conta que os médicos da UBS Vila Itaim também

se engajaram na rede de solidariedade e contribuíam com doações de dinheiro para a compra de alimentos.

O líder comunitário afirma que a equipe médica que atende o posto de saúde é uma aliada importante na luta contra a Covid-19 e no apoio às famílias do bairro, mesmo sobrecarregados durante a pandemia. Apesar da dedicação dos profissionais da região, a precariedade do bairro e a falta de apoio tornam o trabalho difícil, com cada vez mais vítimas. "Aqui é um bairro abandonado pela prefeitura", diz Anderson.

A Subprefeitura de São Miguel teve o subprefeito exonerado durante a pandemia. "Eu tinha contato com o antigo subprefeito e na medida do possível ele até ajudava. Hoje, eu não tenho contato", conta Anderson.

Ela afirma ter feito contato com o chefe de gabinete da subprefeitura, que promete deslocar equipes para o bairro, mas não mais retornou contatos. Em nota, a subprefeitura afirma ter realizado ações de apoio às famílias logo após a enchente "com o devido acompanhamento da área de saúde, distribuição de insumos como produtos de higiene e limpeza e cloro para higienizações diversas".

Em relação ao novo coronavírus, a gestão disse que esterilizou os bairros entre os dias 1º e 4 de junho. Também diz manter contato constante com as lideranças comunitárias em reuniões online.

O presidente e o terrorista

Jair Bolsonaro incita à subversão da ordem política

Luís Francisco Carvalho Filho

Advogado criminal, presidiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004)

Com o fim da ditadura (eleição indireta de Tancredo e Sarney em 1985 e promulgação da Constituição em 1988), foi delineado o conceito de "entulho autoritário" para designar o conjunto de normas que permaneceu em vigor assombrando as liberdades no Brasil.

A incompatibilidade da Lei de Imprensa de 1967 com a Carta de 1988 só seria declarada em 2009: mais de 20 anos de atraso.

A Lei de Segurança Nacional editada pelo general Figueiredo em 1983 (mais suave que a LSN do general Ge-

isel, de 1978, que, por sua vez, já era mais branda que a LSN de 1969) ainda está em vigor. O Congresso não foi capaz de aprovar um marco legal destinado à proteção do regime democrático.

Leis de segurança nacional são inspiradas na Guerra Fria, na "guerra psicológica adversa", estão fora de moda, mas a de Figueiredo voltou a ser notícia. O Supremo Tribunal Federal tem reivindicado sua aplicação no inquietante caso das fake news. A Polícia Federal instaurou inquérito para in-

vestigar pronunciamento de Lula ofensivo a Bolsonaro. O ministro da Justiça, por conta da suástica de Hitler, desenhada pelo Bolsonaro desenfreado, determinou o enquadramento policial do chargista.

A proteção da honra presidencial pela LSN é resquício de uma época em que o governante era intangível. Não faz sentido. O Estado não é ele. O Estado são as instituições. Os governantes passam e alguns estão destinados ao lixo da história. O Brasil já decretou o impeachment de dois

Presidentes da República que perderam a capacidade de governar: o insulto a Bolsonaro ou a qualquer chefe de Poder é parte compreensível da convivência democrática.

É curioso retroceder no tempo e observar a carreira de Bolsonaro sob a ótica da Segurança Nacional. Entre outros atos de indisciplina, como mostra o livro do jornalista Luiz Maklouf de Carvalho ("O cadete e o capitão", Editora Todavia, 2019), foi acusado de planejar a explosão de bombas em Agulhas Negras.

Bolsonaro poderia ter sido enquadrado na LSN da época (a mesma de hoje), com pena de reclusão de três a dez anos para a prática de sabotagem contra instalações militares e previsão de punição dos "atos preparatórios". A LSN de Geisel previa 4 a 15 anos de cadeia.

O ensaio terrorista do jovem Bolsonaro ocorreu depois da abertura política e o Superior Tribunal Militar deu um jeitinho de decretar sua absolvição em 1988.

Mas se o delito tivesse acontecido no auge do regime militar, que ele tanto enaltece, o enredo seria diferente.

Culpado ou inocente, não importa, Bolsonaro teria experimentado a dor do pau de arara ou da cadeira de dragão e, certamente, não daria hoje tratamento de herói nacional a torturadores assassinos.

Se a LSN é inútil para a proteção da honra do presidente, não há impedimento técnico para considerá-lo um potencial infrator.

A lei prevê punição de crimes que "lesam ou expõem a perigo de lesão" o regime "representativo e democrático" e o "Estado de Direito".

Jair Bolsonaro tem sistematicamente incitado à "subversão da ordem política" e tem, sorrateiramente, estimulado a formação de grupos paramilitares para ataques ao Legislativo e ao STF.

O recolhimento circunstancial e intimidado de Bolsonaro nas últimas duas semanas, por conta da prisão de alguns de seus seguidores e pelo cerco judicial à corrupção familiar, é puro disfarce. Não faz desapapear os "atos subversivos" que tem colecionado desde a posse presidencial.

lfcarvalho@uol.com.br

DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Denúncia aponta sobrepreço de R\$ 60 mi em compras de SP

Secretaria de Saúde atribui aumento à pandemia da do novo coronavírus

Ivan Martínez-Vargas e João Gabriel

SÃO PAULO A Secretaria de Saúde do governo de São Paulo teria pago R\$ 63,64 milhões a mais por aventais e hastes plásticas neste ano em comparação com o valor de aquisição dos mesmos itens em 2019.

A denúncia, à qual a Folha teve acesso, foi feita ao TCU (Tribunal de Contas da União) e ao Ministério Público Federal em São Paulo pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL). Parte das aquisições foi feita com recursos repassados pelo governo federal.

O aumento nos valores varia entre 495% e 3.361,53%, segundo o documento. As compras não passaram por licitação, uma vez que foram feitas em caráter emergencial, em razão da pandemia.

Questionada, a Secretaria de Saúde respondeu que "é indevido [...] comparar preços prévios à dispersão do novo coronavírus". Também justificou a variação alta nos valores por dificuldade para encontrar fornecedores com disponibilidade de material, bem como situações de prazos incompatíveis com o ritmo da necessidade da rede pública de saúde.

A secretaria afirma que, antes de fazer qualquer aquisi-

ção emergencial, faz uma pesquisa de preço com ao menos três empresas.

Especialistas ouvidos pela Folha entendem que é necessária uma investigação sobre os fatos e que deveria haver mais transparência nas aquisições, mesmo em tempos emergenciais, com mais detalhes sobre as mercadorias compradas.

A compra de 500 mil unidades de hastes de plástico para coleta, usadas em exames para detecção do coronavírus, custou R\$ 2,25 milhões. O valor por unidade foi R\$ 4,50.

Em 2019, segundo dados do Sigeo (portal de compras da Fazenda estadual) usados pela denúncia, o mesmo item foi adquirido por R\$ 0,13 — a mesma quantidade adquirida agora custaria, portanto, R\$ 65 mil fosse mantido o preço.

A Secretaria de Saúde do governo afirmou que, desses contratos, dois já foram rescindidos, e um terceiro está em processo de rescisão, todos eles referentes a aventais descartáveis.

Um dos contratos, de R\$ 152 mil, previa o preço de R\$ 12,90 por item, mas foi cancelado por atraso na entrega.

Outro contrato apontado pela denúncia, de R\$ 6,45 milhões, firmado com a empresa W.Jotta Comércio Ltda., tinha

valor de R\$ 709,5 mil, segundo o governo estadual. Houve atraso na entrega de parte do material e rescisão por descumprimento contratual.

A terceira compra, de R\$ 3,3 milhões, formalizada com a empresa Dejamaro, também teve atraso na entrega e deveria ser cancelada, segundo a Secretaria de Saúde.

Em maio, o governador João Doria (PSDB) chegou a cancelar a compra de aventais adquiridos pelo estado após denúncias de que a empresa não entregara a quantidade contratada e a entrega em Itapevi e pertenciam a uma empresa da área de edição de livros.

Após o cancelamento, Doria trocou o fornecedor e o preço aumentou. Se na aquisição cancelada cada item saiu por R\$ 12,90, na nova o valor era de R\$ 14. A denúncia aponta que a nova compra foi feita pelo mesmo setor do governo.

Se comparado com o valor pago pelo item em 2019 (quando custou R\$ 1,45 a unidade), o aumento foi de 767%.

Para Danilo Carloti, cientista de dados e professor do Inspa, a pesquisa com três ou mais empresas não é garantia de que não houve superfaturamento. Ele também critica as descrições dos itens no portal de transparência estadual.

“O aumento de preços é natural em qualquer segmento em cenários de menor oferta x maior procura, e isto obviamente afeta o mercado de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e materiais hospitalares

nota da Secretaria de Saúde

“Se as contratações são tão transparentes, deveria haver uma descrição melhor e padronizada dos itens que estão sendo comprados para que pudéssemos comparar os valores praticados nesses contratos com outras aquisições. Isso é uma falha”, afirma.

Carlos Ari Sundfeld, professor de direito administrativo da FGV, afirma que os tribunais de contas precisam verificar a denúncia de Giannazi e, eventualmente, fazer uma investigação se houver indícios de irregularidades.

“Apenas o sobrepreço em um momento como atual não significa irregularidade. É um problema, mas é algo enfrentado por muitos governos, já que há escassez na oferta de produtos na área da saúde”, diz ele. “Como o Brasil inteiro está comprando [insumos hospitalares], os organismos de controle poderão verificar em que situações houve indício de relação indevida entre gestor e fornecedores.”

A punição pelo sobrepreço, segundo Sundfeld, só pode se dar se ficar comprovada má fé de gestores públicos ou erro grosseiro na aquisição.

O Ministério Público Federal em São Paulo afirmou que a denúncia “está sob análise inicial”. O TCU diz que não localizou processos sobre as aquisições.

Após a publicação da reportagem, a Secretaria de Saúde enviou novo posicionamento. Leia a íntegra a seguir.

“Em resposta à reportagem publicada pela Folha de S. Paulo ‘Denúncia aponta sobrepreço de R\$ 60 mi em compras de SP; Saúde rescinde 2 contratos’, em 26 de junho de 2020, a Secretaria de Estado da Saúde reitera que é

indevida e irrazoável a comparação de valores praticados no mercado em plena pandemia de COVID-19 com relação a preços de 2019. O aumento de preços é natural em qualquer segmento em cenários de menor oferta x maior procura, e isto obviamente afetou o mercado de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e materiais hospitalares.

Cabe também reforçar que o cancelamento da compra de aventais por parte da Secretaria, citado na matéria, ocorreu após manifestação do próprio fornecedor de que não poderia cumprir a entrega em termos de estoque e prazo até a data prevista. Dessa forma, a pasta pagou apenas pelo quantitativo que foi entregue e providenciou outra aquisição, dada a necessidade de reforçar estoques de EPIs para segurança dos profissionais de saúde.

Os especialistas ouvidos pela reportagem aparentemente desconhecem o Portal da Transparência do Governo do Estado de SP, pois nele estão contempladas informações completas sobre as aquisições, desde dados da empresa, valores, pagamento e descrição do produto. Segue abaixo a relação de campos disponíveis no portal para consultas a processos: Nome da secretaria; Número do processo; Modalidade de contratação; Empresa contratada/conveniada; CNPJ; CPF; Descrição da compra; Item; Quantidade; Valor unitário; Valor total; Empenho; Anexo da nota de empenho; Tipo de pagamento; Número do documento; Valor pago; Fonte do valor; Local de entrega.”

Crivella antecipa parte da reabertura no Rio

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), resolveu antecipar parte da terceira fase de reabertura das atividades na cidade, que estava prevista para a próxima quinta (2). Com isso, ficam liberados já a partir deste sábado (27) comércio de rua, salões de beleza e barbearias.

Restaurantes, bares e academias seguem o plano e devem abrir com restrições na quinta, assim como as praias, parques e ruas abertas para lazer — com o aluguel de barracas e cadeiras ainda vedado. Hoje só está permitido usar o calçado, o mar e os parques para atividades físicas.

Crivella também anunciou que, no dia 10 de julho, deve liberar que creches e escolas privadas retornem às aulas presenciais caso queiram. A retomada, porém, não será

obrigatória para professores e funcionários, que não devem perder o salário, nem para pais de alunos, que podem optar por aulas remotas.

Ainda pode haver mudanças nessa decisão, porque a prefeitura segue em negociação com o setor e tem uma reunião marcada nesta segunda (29). Já para a rede municipal de ensino, o retorno está previsto para o dia 1º de agosto, também com possibilidade de alterações.

“O comitê científico decidiu que podemos antecipar para este sábado essas medidas da fase três, porque as curvas de contágio do novo coronavírus estão caindo. O número de óbitos de ontem no Rio foi de 36 a menos do que em 25 de junho do ano passado, quando não havia Covid”, justificou o prefeito.

“Isso mostra que estamos com nível de infecção bem menor. Precisamos continuar

usando máscaras e higienizando as mãos, mas podemos retomar as atividades econômicas, porque precisamos manter os empregos e gerar trabalho e renda”, afirmou ele.

As regras para o comércio de rua incluem o horário restrito entre 11h e 17h, para não coincidir com os shoppings, que já estão permitidos há cerca de duas semanas das 12h às 20h, e assim evitar aglomeração nos transportes públicos. As lojas só poderão funcionar com 50% da capacidade.

Em relação aos salões de beleza e barbearias, o limite é de um terço da capacidade, e estão proibidos serviços de recepção, de bebidas e comidas e os atendimentos por vários profissionais simultaneamente, como corte de cabelo e manicure em um só cliente.

As academias também só poderão funcionar com agendamento de horário e limitação de um terço da capaci-

dade. Cada pessoa deve realizar suas atividades físicas em um espaço de ao menos seis metros quadrados, aulas de luta e dança não devem ter contato físico e piscinas e saunas devem continuar suspensas.

Os bares e restaurantes, que agora só estão permitidos com entregas, retiradas e drive-thru, poderão ficar abertos até as 23h a partir de quinta, com limite de 50% da capacidade e sem música ao vivo. A recomendação é para que sejam priorizados os espaços externos, como varandas.

O Rio iniciou seu plano de reabertura há três semanas. Ele prevê seis fases, implementadas a cada 15 dias caso os índices elencados estejam dentro dos padrões, como números de óbitos e leitos. Na fase atual, iniciada no dia 16, só estão liberados alguns comércios como lojas de decoração, mercados e hotéis. Pontos turísticos seguem fechados.

SEU AMOR CURTE UM JAPA?

ROOM SERVICE CAFÉ DA MANHÃ ESTACIONAMENTO SEGURANÇA CLEEN

ZUR

RESTAURANTE

CULINÁRIA JAPONESA E CONTEMPORÂNEA

2 RESTAURANTES

CAFETERIA

BAR

STUDIO

DIÁRIA

129,00

4 PESSOAS

98880-6303

11h 3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

HIGIENIZAÇÃO E RECOMENDAÇÕES OMS

EZHOTEIS COM. BR

WWW.EZHOTEIS.COM.BR

AV. ARMANDO FERRENTINI, 668 - ACLIMAÇÃO - SÃO PAULO - SP, AV. PAULISTA

O ESTADO DE S. PAULO

Especialistas pedem equilíbrio de contas

Só Orçamento sob controle garante queda de juros, dizem economistas; há temor de que projetos antigos peguem 'carona' na pandemia

Na avaliação de economistas, qualquer debate feito neste momento sobre a possibilidade de abrir mão de receita precisa considerar medidas compensatórias e o cenário fiscal delicado do País. "Se não conseguirmos manter equilibradas as contas públicas em 2021, não vamos conseguir manter os juros baixos, que serão os responsáveis pela recuperação", diz o economista Pedro Schneider, do Itaú.

Professor de administração pública da UnB, Roberto Bocaccio Piscitelli avalia que o baixo rigor dos parlamentares com as repercussões financeiras das propostas revelaria falta de responsabilidade com as questões orçamentárias. "É produto ou subproduto da cultura brasileira da falta de planejamento. Os deputados também lavam as mãos. Eles, na maior parte das vezes, não têm condições de apurar o impacto. Quando pedem ao Executivo, às vezes o retorno não ocorre. E o próprio Executivo não faz muita questão de examinar, não tem o cuidado de fazer estimativas razoáveis."

Desde o ano passado, o deputado Célio Studart (PV-CE) já

apresentou três projetos de lei que alteram o fluxo de receitas do governo. Um que atualiza a tabela do Imposto de Renda, outro que isenta produtos sustentáveis de IPI e um terceiro que isenta de diversos impostos preparações usadas na alimentação de animais domésticos. De acordo com o CLP, o primeiro texto teria um impacto negativo de R\$ 70 bilhões por ano às contas públicas e os outros dois, juntos, de R\$ 2 bilhões.

Studart, que está em seu primeiro mandato na Câmara, avalia que caberia aos parlamentares o foco nos benefícios sociais das proposições que formulam, de modo que não seria prudente abortar de antemão qualquer ideia com base apenas no tamanho da repercussão financeira. "A correção da tabela do Imposto de Renda, objeto de um dos nossos projetos de lei, é uma questão de justiça tributária debatida há anos no País e ainda sem solução."

O deputado também afirma que impactos e fonte de recursos são elementos que devem ser discutidos durante a tramitação das propostas. "É importante destacar outro aspecto: se o parlamentar faz uma proposição e o Congresso a aprova, cabe ao presidente da República vetar ou não e, em caso de sanção, é responsabilidade do Poder Executivo administrar os recursos para que a lei em questão seja cumprida."

Outro projeto, este de autoria do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP), prevê isenção de imposto de Renda sobre a aposentadoria e poderia causar um rombo de R\$ 6 bilhões por ano aos cofres públicos, ainda segundo cálculos do CLP. Neste ano, ele também apresentou proposta para deduzir cursos preparatórios do IR.

O deputado afirma que suas matérias beneficiam idosos, estudantes e pessoas com deficiência, além de aumentarem a renda das famílias e permitirem que recursos "voltem para a economia em forma de consumo". Para Lucena, as consequências financeiras devem ser debati-

ALGUNS DOS PROJETOS E O CUSTO AOS COFRES PÚBLICOS



● R\$ 4,5 bilhões

No fim de maio, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) apresentou projeto de lei que isenta de Imposto Sobre Produtos Industrializados carros comprados por idosos, com a justificativa de incentivar o setor automotivo.



● R\$ 6 bilhões

Projeto do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP) prevê isenção de IR sobre a aposentadoria e poderia causar um rombo de R\$ 6 bilhões por ano aos cofres públicos, segundo cálculos do Centro de Liderança Pública.



● R\$ 72 bilhões

O deputado Célio Studart (PV-CE) apresentou três PLs: um atualiza a tabela do IR, outro isenta produtos sustentáveis de IPI e um último isenta de diversos impostos preparações usadas na alimentação de animais domésticos.

FAVORECIDOS

● Isenção para motoristas de aplicativos tem destaque entre as propostas. Setores beneficiados

Indústria	17%
Profissionais autônomos de transporte	16%

Doentes e deficientes	10%
Agronegócios	9%
Instituições beneficentes e religiosas	4%
Professores e estudantes	4%
Profissionais de segurança	4%
Profissionais de saúde	3%
Profissionais do Judiciário	3%
Empresas de turismo e entretenimento	3%
Outros	27%

das em momento oportuno. "Os impactos orçamentários de propostas como essas e as eventuais ações de adequação orçamentária são tempestivamente analisados pela Comissão de Finanças e Tributação."

'Carona'. No fim de maio, o deputado Alexandre Frota (PSDB-

SP) apresentou projeto de lei que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) carros comprados por idosos, com a justificativa de incentivar a indústria automotiva. Segundo o Centro de Liderança Pública (CLP), esse projeto tem probabilidade média de ir à votação e traria um impacto considerado alto para as contas públicas, de R\$ 4,5 bilhões por ano. Apesar de ter entrado com o projeto no meio da pandemia,

apresentou projeto de lei que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) carros comprados por idosos, com a justificativa de incentivar a indústria automotiva. Segundo o Centro de Liderança Pública (CLP), esse projeto tem probabilidade média de ir à votação e traria um impacto considerado alto para as contas públicas, de R\$ 4,5 bilhões por ano. Apesar de ter entrado com o projeto no meio da pandemia,

apresentou projeto de lei que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) carros comprados por idosos, com a justificativa de incentivar a indústria automotiva. Segundo o Centro de Liderança Pública (CLP), esse projeto tem probabilidade média de ir à votação e traria um impacto considerado alto para as contas públicas, de R\$ 4,5 bilhões por ano. Apesar de ter entrado com o projeto no meio da pandemia,



O momento da reforma tributária

Crescimento é o caminho para as receitas aumentarem e fazerem frente ao desequilíbrio fiscal

A paralização abrupta dos sistemas produtivos no mundo, causada pela necessidade de bloqueios de cidades e do isolamento social forçados pelo vírus da Covid-19, está sendo enfrentada por toda parte com o aumento de despesas públicas. O retorno à normalidade depende de cada país. Há os mais bem estruturados, com finanças públicas que estavam organizadas, e que reúnem também outras condições estruturais que lhes permitem um retorno mais rápido e com menos distorções ao crescimento. E entre tantos outros há o Brasil, apanhado pela tempestade quando ainda tentava sair das dificuldades da falência do método heterodoxo adotado por Lula II e Dilma. O crescimento continua-



de Mercadorias e Serviços (ICMS), um para cada estado e o Distrito Federal, investimentos, produção, consumo. E não pela criação de novos gra-

va baixo, havia conseguido realizar uma reforma da Previdência sempre tentada sem êxito, até que o país foi obrigado a esquecer a austeridade nas finanças diante da debacle sanitária e social. Não havia escolha.

Antes de a crise passar e deixar os escombros, é preciso rearrumar a agenda das reformas, que continuam cada vez mais necessárias. E as circunstâncias aconselham que se dê prioridade à tributária, por sua capacidade de ajudar na retomada do crescimento, por meio do aumento da produtividade na economia, entre outras razões. Mesmo que haja mudanças que entrem em vigor aos poucos, ao longo dos anos, a reforma tem a capacidade de, ao sinalizar melhorias, oxigenar o ambiente de negócios desde já.

Todos os países sairão da epidemia com as contas públicas bastante deficitárias. O Brasil, que teria neste ano um resultado primário — sem considerar os juros da dívida — negativo na faixa de R\$ 120 bilhões, acumulará algo oito ou nove vezes maior, elevando a dívida pública em relação ao PIB de cerca de 75% a quase 100%.

Ganha, então, ainda mais relevân-

cial. Isso significa mais burocracia, sinônimo de custo para as empresas e de produtividade baixa. As pesquisas “Doing Business”, do Banco Mundial, que monitoram os ambientes de negócio, mostram a baixa competitividade do Brasil em vários quesitos essenciais às empresas.

Há duas propostas de reforma no Congresso, uma na Câmara, outra no Senado. Haverá uma terceira, em elaboração pelo governo. A linha geral das mudanças visa a reduzir o grande número de tributos, com a fusão de alguns para simplificar o sistema e dar uma lógica a ele. Segundo o jornal “Valor”, estudo do projeto que se encontra na Câmara, feito pelo economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, a pedido do Centro de Cidadania Fiscal, calcula que as mudanças podem gerar, em um período de 15 anos, um aumento da arrecadação anual de R\$ 753 bilhões, só pelo efeito do maior crescimento da economia decorrente da rearrumação dos impostos.

Este projeto unificaria cinco impostos: três federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). O que se encontra no Senado vai pelo mesmo caminho.

vamos, como fizeram os governos na redemocratização (Sarney, Collor, FHC, Lula/Dilma). As demandas por despesas sociais, investimentos e gastos públicos foram atendidas pelo aumento da carga tributária em cerca de dez pontos percentuais, de 25% para cerca de 35% do PIB, entre os anos 1980 e 2010. Em vez de uma racionalização nos gastos, criaram-se mais impostos, alguns batizados de contribuições para apenas a União arrecadar. Aumentou a barafunda tributária.

A crise econômica do coronavírus pressiona para a retomada da agenda das reformas, com destaque às mudanças tributárias, para que seja aumentado o chamado “PIB potencial”. Ele poderia crescer em até 33%, pelo estudo de Bráulio Borges. Se nada for feito, o Brasil retornará à semiestagnação do pós-recessão de Dilma (2015-16), com crescimentos não muito distantes de 1%. Se é que se pode chamar isso de crescimento. As mudanças tributárias que estão sendo propostas objetivam dar elasticidade e fôlego à economia, para ela subir de patamar na capacidade de produzir sem gerar distorções como inflação.

cia a reforma tributária neste momento em que as receitas do Estado precisam crescer para fazer frente ao grande desequilíbrio fiscal que se encontra em gestação. É também para atender aos clamores justos de um aumento das despesas sociais dirigidas aos de fato mais pobres, problema que ficou mais visível na epidemia.

Em vez de mais impostos, que já empanturram o contribuinte e atravancam a economia, deve-se modernizá-los, aproveitando para acabar de vez com distorções consensuadas. Por exemplo, haver 27 conjuntos de normas para o Imposto sobre Circulação

As reformas em discussão, ao unificarem impostos, eliminarem diferenças entre as alíquotas de ICMS e fazê-las incidir no destino e não na origem da produção de bens e serviços, acabam com a guerra fiscal entre os estados, causa de ineficiências no sistema produtivo. Melhoraram-se impostos que arrecadam mais da metade da carga tributária, algo como 20% do PIB.

Um conceito-chave é que a forma saudável de se aumentar a arrecadação tributária é pelo crescimento da economia, impulsionado por um volume crescente dos negócios —

Mudar o eixo tributário brasileiro vai além dessas propostas. É necessário também rever incentivos e isenções a pessoas jurídicas e também físicas, um dos mecanismos silenciosos de concentração de renda, ao lado de distorções nas aposentadorias e nas políticas de pessoal do funcionalismo público. Não surgiu do nada a característica de o Brasil ser um dos países mais iníquos do planeta. Esta é uma obra construída em gerações. Mudança nos tributos é uma das ações que também podem ajudar no enfrentamento de injustiças. Além de tudo.

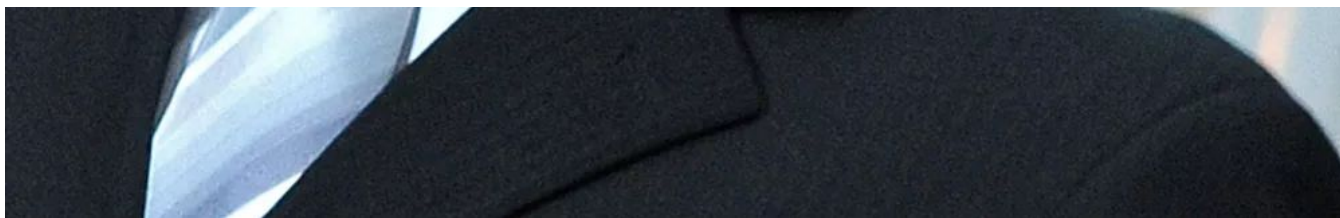
Mercado aposta em retomada do ajuste fiscal no próximo ano

Projeções indicam melhora gradual, aponta levantamento

Por **Fabio Graner** — De Brasília

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Gabriel Leal de Barros: dívida alta reduz espaço para política fiscal expansionista — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O mercado confia que o governo vai retomar a trilha do ajuste fiscal em 2021 e nos próximos anos, após a forte elevação de despesas neste ano por causa dos impactos da pandemia da covid-19. A avaliação consta de nota informativa elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, obtida pelo **Valor**, feita com dados coletados na pesquisa Prisma Fiscal.

O trabalho mostra que entre abril e junho as despesas projetadas para os três próximos anos vêm caindo mês a mês. Assim, a estimativa mediana do mercado para o gasto total do governo central no ano que vem está em R\$ 1,516 trilhão, com queda de 0,58% sobre o estimado em abril. Para 2022, caiu 1%. E para 2023, 1,34%, agora em R\$ 1,615 trilhão.

O texto destaca que as expectativas do mercado para 2020 em relação à situação fiscal são consequência das ações do governo em diferentes frentes no combate aos efeitos da pandemia, como na saúde e na assistência social.

“No entanto, observa-se que as projeções dos agentes de mercado para os próximos três anos indicam uma forte credibilidade na condução do processo de consolidação fiscal por meio da contenção dos gastos públicos e manutenção do teto de gastos”, diz a SPE. “Verifica-se que a despesa total esperada não foi impactada pelo aumento de despesa prevista para o ano atual. O mercado espera que o gasto primário total do governo central retornará para níveis ‘normais’, refletindo a credibilidade da política fiscal.”

A nota surge em um contexto em que muitos economistas têm questionado a necessidade e viabilidade de se manter o teto de gastos. Na quinta-feira, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou que a calamidade pública e o “Orçamento de Guerra” podem ser prorrogados, gerando gastos mais altos do que os previstos.

O subsecretário de Política Fiscal da SPE, Erik Figueiredo, reforçou, em entrevista ao **Valor**, a mensagem de que o mercado acredita que o governo vai circunscrever a elevação da despesa a este ano e que isso é uma conquista.

“O mercado confia que a política econômica vai ser mantida, que nós vamos manter a austeridade. Os números mostram que a previsão deles não foi muito influenciada pela covid-19 e que acreditam que os gastos vão ficar em 2020. A confiança do mercado é muito difícil de ser conseguida, temos de manter isso. É algo positivo porque o Estado é visto como um aliado”, afirmou Figueiredo.

Ele disse que o trabalho não fez uma abertura sobre as causas da queda nas projeções, se haveria algum fator específico a explicá-la. “Não fizemos decomposição por tipo de despesa. Estamos até pensando em incluir perguntas nesse mês no Prisma”, disse. Questionado se a queda recente da inflação, que levará a uma menor correção no teto de gastos, explicaria esse movimento, Figueiredo respondeu que os dados levantados não permitem fazer inferências, pois as projeções são feitas com metodologias próprias dos analistas.

Quando a LDO foi divulgada, a projeção do IPCA estava em 3,05% para este ano, mas agora elas estão abaixo de 2%. Para o teto de gastos, vale o resultado em 12 meses até junho, que deve mostrar um IPCA bem inferior a 3% e um espaço de crescimento menor na despesa.

Figueiredo considera que manter o suporte de gastos públicos no ano que vem para ajudar na retomada da economia não é o melhor caminho. “A gente trabalha respeitando o Orçamento, o teto de gastos e facilitando a ação dos entes privados. Essa é a ideia da retomada, baseada não no gasto público, e sim na facilitação da iniciativa privada”, disse, reforçando que é preciso continuar com a agenda de combate à má alocação de recursos, melhoria no crédito, melhora dos programas sociais e do mercado de trabalho.

Gabriel Leal de Barros, economista do banco BTG Pactual, concorda que há uma confiança de agentes econômicos no esforço de manter a consolidação fiscal e defende o retorno à austeridade no pós-pandemia.

Para ele, com uma dívida alta, o espaço para política fiscal expansionista diminui, mesmo que ela ocorra com investimentos, que nesse ambiente perderiam capacidade de estimular a economia. “A literatura também mostra que consolidações fiscais graduais são preferíveis a choques ou ajustes rápidos. O teto de gastos se propõe a fazer uma consolidação fiscal contínua e gradual”, disse.

O professor da Universidade Federal do ABC Fabio Terra disse ao **Valor** que acha muito difícil as projeções de mercado se confirmarem diante do quadro do país. “A projeção é bastante realista, tende a se frustrar. É muito difícil que se consiga fazer uma convergência de gastos para a situação de consolidação fiscal”, afirmou.

Para ele, se o país vier com uma austeridade forte, a recuperação da economia não virá, porque o setor privado está muito afetado pela crise. “Nessa situação, a única maneira de se dar dinâmica para recuperar é por meio do gasto público”, disse. E ponderou que a credibilidade fiscal não se dá só por meio de austeridade. “Ancorar expectativa do agente não quer dizer só austeridade fiscal. Basta olhar o que Japão, Reino Unido e EUA estão fazendo. Eles têm aumento de déficit primário forte, mas a comunicação com o mercado é muito bem feita, então isso cria ambiente propício e ancorado para que gastos públicos funcionem, inclusive trazendo gasto privado”, disse.

Para o economista, é preciso mudar a concepção de que a credibilidade precisa ser sinônimo de austeridade. É sinônimo de se mostrar que se sabe o que está fazendo com os gastos públicos”, acrescentou, ponderando que a lógica é que em momentos de bonança haja austeridade, mas em momentos de desânimo do setor privado o Estado entre em cena. “Tanto para um como para outro é preciso que se ancore bem as expectativas”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Lauro De Freitas
VARIZERO



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

O derretimento da demanda privada

Garantir uma trajetória fiscal sustentável será essencial para manter os juros em níveis baixos, um trunfo decisivo para a retomada

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O primeiro semestre chega ao fim com a certeza de que 2020 vai registrar o maior tobo do Produto Interno Bruto (PIB) da história brasileira, e com muitas dúvidas sobre as perspectivas de recuperação da atividade. Há grande incerteza sobre a reação de famílias e empresas, muitas das quais vão sair machucadas da crise, num cenário marcado pela resposta desastrosa do governo federal à pandemia da covid-19 e pelo relaxamento prematuro do isolamento social por vários Estados e municípios. Além disso, o cenário político segue outra fonte de incerteza.

As medidas para combater os efeitos da doença levarão a uma forte piora das contas públicas, necessária num quadro de forte retração da economia, mas que terá de ser enfrentada a partir do ano que vem. O déficit primário deve superar 10% do PIB, e a dívida bruta tende a encostar em 100% do PIB. Será preciso retomar o ajuste fiscal a partir de 2021, obviamente não de modo abrupto, mas de maneira a indicar a sustentabilidade das contas públicas. Com isso, os juros poderão continuar baixos, o que será essencial para estimular a demanda e facilitar a dinâmica do endividamento do setor público e do setor privado, como ressalta o economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero.

Juro baixo será crucial para a atividade e para aliviar dívidas



Ads by Teads

Em suas análises, Montero tem afirmado que o baque na economia não decorre tanto da perda de rendas na pandemia que, “ao contrário, são mais que substituídas por despesas e transferências públicas financiadas com endividamento público”. Segundo ele, “foi a propensão ao gasto privado - o consumo e o investimento - que derreteu, antes que sua renda”. É claro que há muitos casos de perda de renda durante a crise, mas Montero avalia que o tamanho total da expansão de despesas e transferências é superior a essa queda. “Haverá aumento no endividamento líquido de parte da sociedade, que gastará mais que sua renda. Mas haverá outra parte que gastará menos.”

Montero considera que o aumento do déficit primário (não inclui gastos com juros) vai injetar mais dinheiro na economia do que a crise vai subtrair. Segundo ele, o déficit primário do setor público consolidado deverá sair de R\$ 64 bilhões nos 12 meses até março para cerca de R\$ 800 bilhões nos 12 meses até dezembro. “Isso comporta de abril a dezembro de 2020 uma piora de R\$ 736 bilhões em relação a esses meses de 2019”, observa ele. “Esse é o adicional de gastos e transferências líquidas de rendas públicas no remanescente deste ano.” No mesmo período, o PIB nominal deverá cair R\$ 373 bilhões. Com isso, a política fiscal injetará R\$ 736 bilhões a mais de gastos e rendas líquidas nos três últimos trimestres de 2020 em relação a 2019, num PIB nominal que cairá algo como metade disso.

Para Montero, “a retração não é um problema primordialmente de oferta, que derruba a renda dos trabalhadores, levando consigo o seu consumo; fosse isso, os programas emergenciais resolveriam”. Economia, diz ele, é circulação. “No pós-pandemia, o que a política econômica precisa retomar é a propensão a gastar.”

Essa conjuntura não vai registrar apenas a maior queda histórica do PIB, mas também a maior e mais rápida piora fiscal, escreve Montero. “A combinação diz respeito a uma quebra na demanda privada interna a todas as luzes atroz. A economia vai demorar a recuperar essa demanda privada e, pior, precisará fazê-lo com a retirada desse fortíssimo estímulo fiscal.” Esse é o tamanho do desafio, que não pode prescindir do ajuste das contas públicas a partir de 2021, segundo Montero. “Mas é precisamente esse vento de frente, vindo da necessidade de ancorar o fiscal, que abre o espaço e a necessidade de continuar testando os limites da política monetária”, acrescenta. Ele vê espaço para os juros, hoje em 2,25% ao ano, caírem para 1,5%. E, para que as taxas sigam em níveis baixos, será preciso retirar os estímulos fiscais.

Na visão de Montero, o melhor retrato para o resultado primário está nas contas do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, cuja estimativa de um corte contratado de despesas em 2021, “em obediência ao teto de gastos, deve já alcançar os R\$ 400 bilhões”. Para sair do buraco, serão necessárias políticas agressivas de juros e de crédito, assim como a retomada da agenda de reformas, avalia ele. “À medida que as âncoras fiscais se sustentem, o espaço e a necessidade para menos juros crescem muito”, diz Montero, reiterando que “a política monetária poderá não ser a condição suficiente, mas será absolutamente a condição necessária”. Para ele, estratégias alternativas de retomada que questionem essas âncoras fiscais, hoje resumidas especialmente no teto de gastos, precisariam compensar os impactos das incertezas sobre a curva de juros e o risco-país, o que exigiria “promessas de multiplicadores fiscais poderosíssimos, difíceis de enxergar”. Ou seja, aumentos de despesas públicas teriam que provocar um efeito muito forte sobre a economia para contrabalançar os impactos negativos sobre os juros futuros e os prêmios de risco.

A saída da crise será complicada, a começar pelo fato de a reabertura precoce da economia poder levar ao recrudescimento da doença, exigindo a adoção de novas medidas rigorosas de isolamento mais à frente. O desemprego deve subir com força e muitas empresas de menor porte tendem a quebrar, por não conseguir acesso ao crédito.

Tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês é insustentável, mas ele deve ser estendido por alguns meses com valores menores, e há discussões para a adoção de um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa

Família, uma medida bem-vinda. Seria importante financiá-lo com o fim de subsídios e com a tributação maior da renda dos mais ricos, mas não é uma tarefa politicamente simples.

A política fiscal não terá como ser expansionista em 2021. O teto de gastos, que limita o crescimento das despesas da União, é um mecanismo que pode ser aperfeiçoado, mas mexer nele agora traz riscos que podem ser contraproducentes. O investimento público caiu para níveis muito baixos, que não cobrem nem a depreciação do estoque de capital do setor público. É importante encontrar espaço para aumentá-lo, enfrentando a rigidez dos gastos obrigatórios, como os de pessoal. Mas o investimento público não vai crescer com força de uma hora para outra, por causa da dificuldade de execução de projetos pelo setor público e dos limites do orçamento. Garantir uma trajetória sustentável para as contas públicas será essencial para manter os juros em níveis baixos, um trunfo decisivo para a retomada, ainda que não seja suficiente, como diz Montero.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Lauro De Freitas

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

6 Métodos para eliminar o suor e o odor da axila rápido

DERMOSEC

LINK PATROCINADO

Veja as oitenta mulheres mais lindas do Brasil

GLORIOUSA



Por **Gilberto Borça Jr. e Maurício Furtado**

Gilberto Borça Jr. é mestre em Economia pelo IE-UFRJ e Maurício... [ver mais](#)

Política econômica pós-covid-19

Não há ajuste fiscal possível em um contexto de enorme ociosidade dos fatores de produção

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A economia global passa por transformações. A pandemia da covid-19 se trata, simultaneamente, de um choque de oferta e de demanda. O choque de oferta advém da interrupção das cadeias de suprimento globais - com redução da oferta de insumos básicos para a produção - e da queda da oferta de trabalho devido ao isolamento social. Já o choque de demanda é proveniente da redução das exportações e dos dispêndios em consumo e investimento em função da queda de renda e do emprego. A resultante é um quadro desinflacionário mundial, o qual tem sido respondido com aumento de gastos e estímulos monetários.

Análise retrospectiva mais detida evidencia que tal expediente não é novo. A crise de 2008/09 fez com que as principais economias centrais combinassem programas de estímulos fiscais e reduções de suas taxas de juros, alcançando o que se convencionou chamar, na literatura de política monetária, de zero lower bound (ZLB).

Não há ajuste fiscal possível em um contexto de enorme ociosidade dos fatores de produção

À época argumentou-se que a política monetária, uma vez atingido o nível de juros nominal zero, perderia sua eficácia como instrumento de administração da demanda agregada. As economias estariam na chamada armadilha da liquidez, que se trata de uma situação em que os juros nominais atingem patamares tão baixos que qualquer tentativa de novas reduções faria os agentes econômicos entesourarem recursos, com efeitos nulos na atividade.

Contudo, tal prerrogativa mostrou-se equivocada. Ben Bernanke, presidente do Fed na ocasião, renovou as ferramentas de política monetária, utilizando o que ficou conhecido como instrumentos 'não-convencionais', que consistiam na conjugação de um processo de comunicação mais claro (forward guidance) - sinalizando juro zero por um longo período - com a compra maciça de títulos públicos de diversas maturidades (quantitative easing). Conjuntamente, os instrumentos não-convencionais se mostraram efetivos para afetar a curva de juros da economia. Isto é, mesmo com a taxa de juros básica de curto prazo próxima de zero, a política monetária se mostrou um instrumento eficaz para estimular a economia.

Não faltaram críticas a essas medidas. Chamou-se muita atenção aos riscos inflacionários que o crescimento do balanço patrimonial do Fed poderia gerar. Mas a realidade mostrou que essa visão estava equivocada. Diversos estudos acadêmicos atestaram a eficácia dos instrumentos não-convencionais de política monetária, e as pressões inflacionárias jamais ocorreram. As condições macroeconômicas não permitiram, ao longo de 12 anos, uma volta à normalidade na execução da política monetária, com as taxas de juros permanecendo baixas durante todo esse período, o que amorteceu a trajetória (ainda assim ascendente) das dívidas públicas. Tal cenário, com algumas variantes, se repetiu em muitas economias desenvolvidas.

Se a crise de 2008/09 levou as economias centrais a testarem níveis de juros nominais próximos de zero e instrumentos não-convencionais de política monetária, o cenário atual da covid-19 pode levar os países emergentes pelo mesmo caminho. Diversas economias emergentes vêm respondendo aos efeitos da pandemia com ampliação de gastos públicos e reduções acentuadas de taxas de juros. Para citar somente alguns exemplos: Chile, Peru, México, África do Sul, Colômbia, Romênia, Polônia, Coreia do Sul, o próprio Brasil etc.

É claro que a margem de manobra dos emergentes não é a mesma que a dos países centrais. Os EUA e a zona do euro possuem moedas de reserva internacional, fato que, na prática, elimina a possibilidade de fugas súbitas de capitais e crises cambiais. Esse cenário é diferente nos emergentes. Contudo, o que se tem observado é que parte considerável desses países tem conseguido adotar políticas monetária e fiscal expansionistas sem que efeitos perversos se materializem. De fato, ainda que seja esperado que moedas emergentes se depreciem como consequência dos baixos juros praticados, a recente instabilidade cambial devido à elevada incerteza, com episódios de “fuga para qualidade”, não veio acompanhada de crises cambiais.

Dessa forma, a resultante global do pós-covid19 para os emergentes tende a ser: 1- juro próximo ao effective lower bound (seja ele zero ou positivo) e adoção de políticas monetárias não-convencionais; 2- maiores níveis de dívida pública, porém com trajetória não explosiva devido ao baixo patamar dos juros; 3- câmbio mais depreciado, como consequência de um diferencial de juros menor em relação às economias desenvolvidas; 4- hiato do produto negativo, com alto desemprego e ociosidade do estoque de capital e 5- inflação baixa como decorrência do hiato negativo.

E como se encaixaria o Brasil no rol dos emergentes? O amplo volume de reservas internacionais pode e deve ser utilizado para suavizar a volatilidade cambial. A taxa básica de juros está em seu patamar histórico mínimo, e a julgar pelas declarações de membros do Copom - de que o objetivo é levar a inflação para a meta - não há motivos para crer que a Selic pare de cair. Mas com o effective lower bound próximo, o espaço monetário convencional atualmente é bem mais reduzido, e a possibilidade de uma atuação mais abrangente do BC com instrumentos não-convencionais no contexto da pandemia - via quantitative easing, compra de carteira de crédito privado de bancos e até mesmo o financiamento direto ao Tesouro Nacional - é o próximo passo desejável na tentativa de sustentação da atividade. Muitos emergentes já estão utilizando instrumentos não-convencionais de política monetária (www.ft.com/content/e5e40252-afdb-11ea-a4b6-31f1eedf762e).

Privilegiar, no curto prazo, medidas de estímulo à demanda agregada continua a ser o principal desafio para a retomada da atividade no Brasil. Não há ajuste fiscal possível em um contexto de enorme ociosidade dos fatores de produção - com a taxa de desemprego nas máximas históricas e amplo excesso de ociosidade - e um

crescimento pífio do PIB, como o observado entre 2017 e 2019. A gestão de curto prazo da atividade econômica não pode ser negligenciada. Ela deve ser realizada em paralelo às reformas estruturais que a economia e a sociedade precisam. As duas devem caminhar juntas, até porque o longo prazo não existirá se não vencermos os desafios de curto prazo.

Gilberto Borça Jr é mestre em Economia pelo IE-UFRJ.

Maurício Furtado é economista

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Lauro De Freitas

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

6 Métodos para eliminar o suor e o odor da axila rápido

DERMOSEC

LINK PATROCINADO

Quer conseguir crédito com o seu número do INSS? Simule sem sair de casa

PB CONSIGNADO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Juiz obriga Bolsonaro a usar máscara, sob pena de multa de R\$ 2 mil por dia

Supremo está a um voto de manter norma antielisão

Fundamentação de voto da relatora é favorável ao contribuinte

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

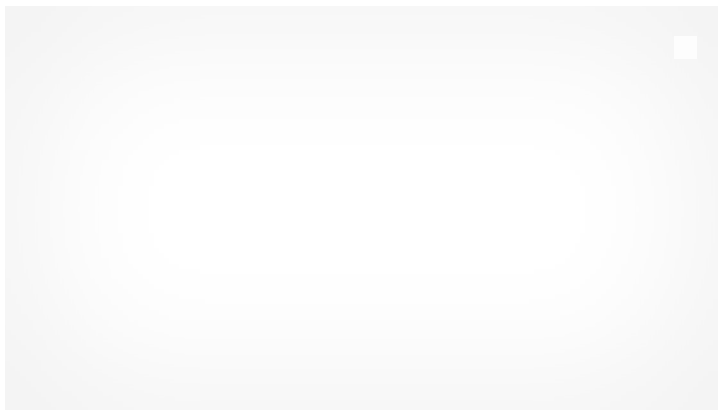


O Supremo Tribunal Federal (STF) está a um voto de decidir sobre a aplicação da chamada “norma antielisão”. Prevista no Código Tributário Nacional (CTN), é muito usada pela fiscalização para desconstituir operações realizadas pelas empresas que reduzem a carga fiscal - os chamados planejamentos tributários.

Cinco ministros votaram até agora e todos eles reconheceram a constitucionalidade da norma, estabelecida pelo parágrafo único do artigo 116 do CTN. Só falta mais um voto para que se tenha a maioria. O julgamento, que estava no plenário virtual da Corte, foi suspenso por um pedido de vista do ministro Ricardo Lewandowski e não tem ainda uma nova data definida para ser retomado.

Mas já vem chamando a atenção de especialistas. Se confirmar o placar, segundo eles, a decisão retratará uma situação rara: os ministros terão se posicionado contra o pedido do contribuinte, mas a fundamentação adotada será favorável.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A explicação para essa situação inusitada está no voto da relatora, a ministra Cármen Lúcia. Ela afirma que a norma não proíbe o contribuinte de buscar, pelas vias legítimas, a economia fiscal, “realizando suas atividades de forma menos onerosa, e, assim, deixando de pagar tributos quando não configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido lícitamente evitada”.

De acordo com advogados da área tributária, operações com vistas a unicamente reduzir tributos são amplamente rechaçadas pelo Fisco. Os contribuintes costumam ser autuados quando não conseguem demonstrar que existia um propósito

negocial para justificar tais atos. Essas cobranças são geralmente mantidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

As autuações estão geralmente fundamentadas no artigo 116 do CTN. O parágrafo único do dispositivo estabelece que a fiscalização pode desconstituir atos ou negócios feitos com a finalidade de dissimular a ocorrência de fato gerador.

“Se criou uma teoria em cima desse artigo. O Fisco exige um propósito negocial e esse propósito não pode ser a economia de tributos”, diz a advogada Valdirene Lopes Franhani, sócia do escritório Lopes Franhani.

A ministra Cármen Lúcia faz uma análise aprofundada do dispositivo em seu voto. Ela considera, inclusive, que a denominação “norma antielisão” não é apropriada. O parágrafo único do artigo 116, afirma, trata de norma de combate à evasão fiscal.

“Enquanto na primeira há diminuição lícita dos valores tributários devidos pois o contribuinte evita relação jurídica que faria nascer obrigação tributária, na segunda, o contribuinte atua de forma a ocultar fato gerador materializado para omitir-se ao pagamento da obrigação tributária devida”, diz em seu voto.

Os ministros analisam o tema por meio de ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) - ADI 2446. Acompanham, até agora, o voto de Cármen Lúcia os ministros Marco Aurélio, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

Se prevalecer esse entendimento, interpreta o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon, o Fisco só poderá desconsiderar as operações realizadas pelas empresas se demonstrar que houve fraude ou simulação. “Muda completamente de valor. Porque hoje o Fisco joga e o contribuinte tem que correr atrás. Agora, pelo voto da relatora e já acompanhado por quatro ministros, estamos entendendo que o Fisco terá que comprovar que há ilícito”, diz.

Para a advogada Valdirene Franhani, o posicionamento, se mantido, vai fortalecer as discussões sobre planejamento tributário no Judiciário. “Encerra muitos dos casos que os contribuintes perdem no Carf”, afirma.

A advogada cita como exemplo as autuações direcionadas a aproveitamento de crédito por grupos econômicos, planejamento com incorporação de ações e o chamado ágio interno - gerado a partir de operações intragrupo. “Se não provar que houve fraude, essas discussões serão canceladas.”

O procurador Paulo Mendes, que coordena a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STF, afirma, no entanto, que não é exatamente dessa forma que as coisas acontecem. Segundo o procurador, o planejamento tributário abusivo não se caracteriza pelo “simples fato de haver redução de carga tributária”, mas por a operação realizada ter servido para “escamotear os verdadeiros fatos jurídicos”.

“Existe um ponto de contato entre as teses do contribuinte e da Fazenda. Defendemos que o planejamento tributário lícito é possível”, diz. O procurador afirma ainda concordar com a ministra Cármen Lúcia sobre ter caráter antievasivo e não antielisivo. “O objetivo da norma é evitar planejamentos fraudulentos.”

O parágrafo único do artigo 116 é “desde sempre” discutido, observa o advogado Leandro Cabral, do escritório Velloza. O texto foi incluído no Código Tributário Nacional pela Lei Complementar nº 104, de 2001. Esse foi o mesmo ano em que a CNC propôs a ação de inconstitucionalidade - que depois de quase duas décadas ainda não tem desfecho no STF.

Houve, nesse período, duas tentativas de regulamentação da norma. Uma em 2002, por meio da Medida Provisória nº 66, e outra em 2015, por meio de outra MP, a nº 685. Nenhuma das duas foi mantida pelo Congresso.

O que se esperava com essa recusa, diz o advogado, era que o Fisco não praticasse atos de desconsideração. “Mas não foi isso o que aconteceu. Há outros dispositivos que, na visão da Receita, dão respaldo”, afirma. Por isso, para Leandro Cabral, a decisão do STF, se confirmada, será positiva, mas não resolverá a questão.

“Se continuarmos com a lente de deixar como está, sem regulamentação, será ruim para o contribuinte e será ruim para o Fisco. Se fosse regulamentada, com discussões no Congresso e a participação da sociedade, haveria segurança para ambos os lados porque existiriam parâmetros”, conclui o advogado.

Fim do socorro sem contrapartida

Recessão fornece uma oportunidade única para repensarmos o papel do Estado

Por Mariana Mazzucato e Antonio Andreoni

29/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



A crise da covid-19 e a recessão fornecem uma oportunidade única para repensarmos o papel do Estado, especialmente suas relações com as empresas. O antigo pressuposto de que o governo é um fardo para a economia de mercado foi desmistificado. Redescobrir o papel tradicional do Estado como um “investidor de

primeira instância" - e não apenas um prestador de última instância - tornou-se uma pré-condição à formulação eficaz de políticas na era pós-covid-19.

Felizmente, os investimentos públicos aumentaram. Enquanto os Estados Unidos adotaram um pacote de estímulo e resgate de US\$ 3 trilhões, a União Europeia implementou um plano de recuperação de 750 bilhões (US\$ 850 bilhões) e o Japão organizou uma ajuda adicional de US\$ 1 trilhão para famílias e empresas.

Longe de ser um passo adiante no controle estatal da economia, os socorros condicionados provaram ser uma ferramenta eficiente para conduzir as forças produtivas dentro do interesse de objetivos estratégicos e amplamente compartilhados

Entretanto, para os investimentos levarem a uma economia mais saudável, resiliente e produtiva, dinheiro só não é suficiente. Os governos também precisam restabelecer a capacidade de desenhar, implementar e fiscalizar condicionalidades aos beneficiados, para que o setor privado opere de uma maneira mais propícia a um crescimento inclusivo e sustentado.

O apoio do governo às corporações assume muitas formas, incluindo subsídios diretos em dinheiro, isenções fiscais e empréstimos concedidos em condições favoráveis ou garantias do governo - sem mencionar o papel abrangente desempenhado pelos bancos centrais, que vêm adquirindo bônus corporativos numa escala maciça. Essa ajuda deveria vir com certas condições, como a exigência para que as empresas adotem metas de redução de emissões e tratem seus funcionários com dignidade (em termos de remuneração e condições de trabalho). Felizmente, essa forma de intervenção estatal não é mais um tabu.

E há alguns bons exemplos disso. A Dinamarca e a França estão negando ajuda estatal a qualquer companhia domiciliada em paraísos fiscais designados na UE e impedindo que grandes recebedores paguem dividendos ou recomprem suas próprias ações até 2021. Nos EUA a senadora Elizabeth Warren pediu condições mais rígidas para socorros financeiros que incluem salários mínimos maiores, representação dos trabalhadores nos conselhos corporativos e restrições duradouras sobre dividendos, recompras de ações e bonificações a executivos. E no

Reino Unido, o Banco da Inglaterra (BoE) pressionou por uma moratória temporária sobre os dividendos e recompras.

Impor tais condições ajuda a gerenciar estrategicamente os recursos financeiros, garantindo que eles serão reinvestidos produtivamente, em vez de serem capturados por interesses especulativos mesquinhos.

A indústria aérea dos EUA, por exemplo, conseguiu até US\$ 46 bilhões em empréstimos e garantias, desde que as empresas receptoras mantenham 90% de seus quadros de funcionários, cortem a remuneração executiva e evitem a terceirização para fora do país. Enquanto isso, a Áustria condicionou o socorro à sua indústria aérea à adoção de metas climáticas. A França introduziu metas de cinco anos para a redução das emissões domésticas de dióxido de carbono.

Conforme disse recentemente o presidente da França, Emmanuel Macron, “precisamos não só salvar o setor automobilístico como transformá-lo”. Ao conceder €8 bilhões em empréstimos ao setor, seu governo está exigindo em troca a produção de mais de um milhão de automóveis movidos a energia limpa até 2025. Além disso, tendo recebido €5 bilhões, a Renault terá de manter abertas duas fábricas importantes na França e contribuir para um projeto franco-alemão de produção de baterias elétricas.

Alemanha e França estão adquirindo ou aumentando (respectivamente) a participação acionária estatal em companhias aéreas, alegando necessidade de proteger infraestruturas estratégicas.

Mas há também exemplos negativos. O socorro à indústria automobilística se deu de maneira diferente na Itália. O FCA Group convenceu o governo italiano - que historicamente sempre forneceu grandes subsídios à Fiat - a conceder à sua subsidiária FCA Italy um empréstimo garantido de €6,3 bilhões sem basicamente nenhuma condição. A FCA Italy deverá se fundir com o PSA Group da França até o fim deste ano, e o próprio FCA Group não é mais uma companhia italiana. Nascido em 2014 com a fusão da Fiat com a Chrysler, está domiciliado na Holanda e sua sede financeira fica em Londres. E pior: a companhia tem um histórico ruim de manutenção de compromissos de investimentos na Itália.

Em outros casos negativos, grandes companhias e setores alavancaram seus monopólios ou poder de barganha dominante para pressionar contra a condicionalidade, ou exploraram o apoio do banco central, que tende a vir com menos condições, ou mesmo nenhuma. Por exemplo, no Reino Unido a EasyJet conseguiu acessar 600 milhões de libras (US\$ 746 milhões) em liquidez do BoE, apesar de ter distribuído 174 milhões de libras em dividendos um mês antes. E nos EUA, a decisão do Federal Reserve (Fed) de começar a comprar bônus de alto rendimento e maior risco vem alimentando temores de risco moral. Entre aqueles que devem sair ganhando estão os produtores de xisto americano, que já estavam altamente alavancados e em sua maioria não lucrativos antes da chegada da pandemia.

Longe de ser um passo adiante no controle estatal da economia, os socorros condicionados provaram ser uma ferramenta eficiente para conduzir as forças produtivas dentro do interesse de objetivos estratégicos e amplamente compartilhados. Quando elaborados ou implementados incorretamente, eles podem limitar a capacidade produtiva e permitir que especuladores e “insiders” obtenham riqueza para si próprios. Mas quando feitos da maneira correta, eles podem alinhar o comportamento corporativo às necessidades da sociedade, assegurando um crescimento sustentado e uma melhor relação entre os trabalhadores e empresas. Se a crise não for desperdiçada, essa deverá ser uma parte do legado pós-covid-19 **(Tradução Mario Zamarian)**.

Mariana Mazzucato, professora de Economia da Inovação e Valor Público e diretora do UCL Institute for Innovation and Public Purpose, é autora de “The Value of Everithing: Making and Taking in the Global Economy”. Siga- no Twitter: @MazzucatoM.

Antonio Andreoni, é professor associado de Economia Industrial e diretor de pesquisas do UCL Institute for Innovation and Public Purpose, é professor associado visitante na South African Research Chairs Initiative, da Universidade de Joanesburgo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça do showroom online Mercedes-Benz
MERCEDES-BENZ